



Instituto Migrações e Direitos Humanos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014



Instituto Migrações e Direitos Humanos

Rede Solidária para Migrantes e Refugiados

Quadra 07 – Conjunto C – Lote 01 – CEP 71540-400 – Vila Varjão/Lago Norte – Brasília – DF

Tel: (61) 3340-2689 e 82105085; Fax: (61) 3447-8043 – E-mail: imdh.diretoria@migrante.org.br e imdh@migrante.org.br

Site: www.migrante.org.br – Facebook: institutomigracoes

Sumário

Identificação da Entidade

Finalidades estatutárias

Princípios Norteadores

- Objetivo Geral

- Objetivos Específicos

Identificação dos Projetos

Atividades Realizadas:

Projeto O1: Migrantes Internos: atendimento e documentação

Projeto 02 - Imigrantes: atuação pelos Direitos de Cidadania dos imigrantes

Projeto 03 - Acolhida, Integração e Assistência a Refugiados e Refugiadas.

Projeto 04 - Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes

Projeto 05 - Rede Solidária para Migrantes e Refugiados e promoção do Voluntariado

Projeto 06 – Português e Introdução à Cultura para Refugiados e Imigrantes

Projeto 07 – Ação Pastoral junto a Migrantes e Refugiados (Mobilidade Humana)

Projeto 08 – Informação Pública, orientação a estudantes, publicações e outros

10 - Quadro Síntese

“À globalização das migrações, respondamos com a globalização da acolhida, da caridade e da solidariedade, para que os migrantes e os refugiados possam ter vida digna”.

(Papa Francisco, 2014)

IMDH - Relatório 2014

1. Identificação

Nome: Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH

CNPJ: 03.591.517/0001-90

Endereço: Quadra 7, Conj. C, Lote 1 - Vila Varjão/Lago Norte
71540-400 – Brasília – DF.

Tel.: (0055) (61) 3340-2689 - Fax (61) 3447-8043

Website: www.migrante.org.br

E-mails: imdh@migrante.org.br e imdh.diretoria@migrante.org.br

Fundação: 1999

Diretoria Estatutária:

Rosita Milesi, presidente, CPF nº 168.024.970-34

Alice Onzi, secretária, CPF 133.211.969-34

Osmar Favretto, tesoureiro, CPF nº 601.900.430-91

Finalidades Estatutárias:

- atuar na proteção dos direitos humanos, promoção da cidadania e assistência jurídica a migrantes - internos, internacionais ou retornados - e a refugiados, inclusive internos em penitenciárias, com particular atenção às crianças, mulheres, trabalhadores e famílias necessitadas;
- promover a reflexão jurídico-social sobre o tema das migrações;
- realizar gestões e iniciativas, junto a instâncias públicas e privadas, para avançar na defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes e seus familiares;
- manter registro, promover a análise e publicar dados e informações sobre mobilidade humana, contribuindo para o conhecimento e sensibilização da sociedade sobre assuntos e questões relacionadas à área;
- disponibilizar, por meios práticos e eficazes, serviços de informação, esclarecimento e orientação a imigrantes e emigrantes;
- promover condições para que refugiados e imigrantes necessitados tenham acesso à aprendizagem do idioma e à capacitação e treinamento em atividades de geração de renda e de inserção no mercado de trabalho;
- promover a integração de migrantes e refugiados e favorecer-lhes oportunidades para realização de atividades de caráter cultural, de suporte à educação, de formação e complementação na dimensão humana, de fé, social e comunitária;
- prestar atendimento e assistência aos solicitantes de refúgio, aos refugiados e aos migrantes e providenciar programas de atenção a mulheres, crianças e pessoas em situação de particular vulnerabilidade.

[illegible]

Projetos e correspondentes atividades realizadas

Projeto O1 - Migrantes Internos: atendimento e documentação

O Projeto “Migrantes Internos” está voltado à população em situação de risco social e se destina a obter-lhe a documentação básica - Certidão de nascimento, de casamento ou de óbito de familiares -, para possibilitar-lhe o acesso aos serviços sócio-assistenciais e direitos de cidadania.

Período de Realização:

Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2014 a 31.12.2014.

Descrição das Ações:

Compreende serviços de atendimento a migrantes internos indocumentados, em condição de risco social. Consiste na busca em Cartórios do País da Certidão de Nascimento, de Casamento ou de óbito de migrantes internos que tenham perdido ou extraviado o documento original ou que não tenham certeza sobre seu Registro de Nascimento. O serviço consiste em:

1. Atender migrantes internos indocumentados para providência da segunda via do Registro de Nascimento ou de Casamento, bem como da Certidão de Óbito, quando for o caso.
2. Acompanhar os processos e solicitações enviadas aos Cartórios, visando o resultado mais eficaz possível.
3. Fortalecer a parceria do IMDH com os órgãos de assistência do GDF, especialmente, CRAS, CREAS e outras entidades públicas, e viabilizar ações de recíproca colaboração para qualificação da ação de atendimento;

Público alvo:

Migrantes internos indocumentados residentes no Distrito Federal, encaminhados ao IMDH pelo GDF, através dos CRAS, CREAS, albergues públicos e outras instâncias da Administração ou que atuam com pessoas em situação de vulnerabilidade.

Metas de Atendimento:

Atender até 250 pessoas no ano.

Abrangência territorial: Distrito Federal

O público atendido é formado por migrantes de todo o País, residentes no DF, e a busca de Certidões e outros documentos estende-se pelo País todo, nos mais diversos Cartórios e Municípios.

Desenvolvimento do Projeto:



Toda pessoa nascida em território brasileiro tem como direito de cidadania receber a Certidão de Nascimento. Esse documento é de fundamental importância sendo substituído apenas em decorrência de casamento ou óbito, quando passam a ter validade as respectivas certidões registradas em cartório. A Certidão de Nascimento é primordial, pois garante o acesso a todos os demais documentos de que necessitam as pessoas para ter acesso ao trabalho e aos diversos serviços públicos e direitos sociais.

Conforme a Lei 9.534/97, a emissão da 1ª via da Certidão deve ser gratuita. A Lei também garante a quem não tem condições financeiras o direito de isenção da taxa para obter a 2ª via.

A realização deste projeto é uma parceria com os Órgãos Públicos do DF, para atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitem destes documentos e que, por serem migrantes nascidos fora do Distrito Federal, necessitam de ajuda, sem ônus, para os obterem. Assim, o IMDH recebe as solicitações dos interessados, com encaminhamento dos órgãos públicos (CRAS, CREAS e outros), identifica e entra em contato com os Cartórios, envia-lhes os necessários requerimentos e documentação exigida, enfim, faz toda a mediação até obter as solicitadas Certidões.

Tabela 1.1 – Processos referentes à obtenção de Certidões, acompanhados em 2014

Pedidos de anos anteriores	142
Pedidos iniciados em 2014	133
TOTAL	275

Tabela 1.2 – Situação dos processos em 31 de dezembro de 2014

Certidões positivas obtidas e entregues		43
Certidões negativas obtidas e entregues		03
Pedidos encerrados por desistência dos interessados		06
Pedidos encerrados porque cartório não respondeu		02
Pedidos em Trâmite	Certidões obtidas e não retiradas pelo interessado	18
	Aguardando resposta dos Cartórios	203
TOTAL		275

Fonte: Banco de Dados do IMDH

Tabela 1.3 - Migrantes que fizeram solicitação de Certidões em 2014

	NOME	ENCAMINHADO POR	ESTADO DE ORIGEM	SOLICITAÇÃO
1.	Adão F. C.	CREAS/Samambaia	BA	2.ª Via C. Nasc.
2.	Adelino J. da S.	CAPSad/Samambaia	PI	2.ª Via C. Nasc.
3.	Adílio S. dos S.	CREAS/Gama	SP	2.ª Via C. Nasc.
4.	Admerval G.	CREAS/Estrutural	PR	2.ª Via C. Nasc.
5.	Adriana R. F. A.	CREAS/Samambaia	SP	2.ª Via C. Nasc.
6.	Albertina F. L.	CREAS/Samambaia	GO	2.ª Via C. Nasc.
7.	Alecsandra da S. C.	CRAS/Paranoá	PB	2.ª Via C. Nasc.
8.	Alexandre O. D.	Casa Santo André	SP	2.ª Via C. Nasc.
9.	Aloisio C. L.	Casa Santo André	PB	2.ª Via C. Nasc.
10.	Amarildo M. F.	CRAS/Varjão	GO	2.ª Via C. Nasc.
11.	Andresa de M. S.	CRAS/Varjão	PE	2.ª Via C. Nasc.

12.	Antônia C. de S.	CRAS/Varjão	BA	2.ª Via C. Nasc.
13.	Antônia E. H.	Individual	PE	2.ª Via C. Nasc.
14.	Antônia M. de S.	CRAS/Brasília	CE	2.ª Via C. Nasc.
15.	Antonio A. R. N.	CRAS/Varjão	MA	2.ª Via C. Nasc.
16.	Antônio B.	CREAS/Samambaia	pe	2.ª Via C. Nasc.
17.	Antônio C. de S.	CRAS/Varjão	MG	2.ª Via C. Nasc.
18.	Antonio C. F. M.	Cidade Acolhedora	MA	2.ª Via C. Nasc.
19.	Antonio E. de A.	Creas/Samambaia	CE	2.ª Via C. Nasc.
20.	Antonio P. E.	CREAS/Gama	CE	2.ª Via C. Nasc.
21.	Antônio. E. M. L.	Casa Santo André	CE	2.ª Via C. Nasc.
22.	Aparecido J. de C.	INDIVIDUAL	MG	2.ª Via C. Casam.
23.	Ariovaldo P. M.	CREAS/Gama	PI	2.ª Via C. Nasc.
24.	Arlindo J. L.	CREAS/Brazlândia	BA	2.ª Via C. Casam.
25.	Arlindo P. dos S.	Casa Santo André	BA	2.ª Via C. Nasc.
26.	Artur N. P. B	CRAS/Varjão	TO	2.ª Via C. Nasc.
27.	Betania A. da S.	CREAS/Samambaia	PE	2.ª Via C. Nasc.
28.	Carlos F. C. dos S.	CRAS/Ceilândia Sul	PI	2.ª Via C. Nasc.
29.	Carlos P. G.	Casa Santo André	BA	2.ª Via C. Nasc.
30.	Celso J. F.	CAPSAd/Sobradinho II	MG	2.ª Via C. Casam.
31.	Cícero R. M.	CRAS/Ceilândia Sul	PE	2.ª Via C. Nasc.
32.	Cilene A. C.	CREAS/Samambaia	PI	2.ª Via C. Nasc.
33.	Claudemir V. S.	Casa Santo André	PI	2.ª Via C. Nasc.
34.	Claudeval F. de A.	GDT/HRAN	PE	2.ª Via C. Nasc.
35.	Claudio de S.	CRAS/Riacho Fundo I	PR	2.ª Via C. Nasc.
36.	Davi dos S. M.	CRAS/Varjão	BA	2.ª Via C. Nasc.
37.	Deise V. de L.	Individual	ES	2.ª Via C. Nasc.
38.	Denilson L. dos S.	CRAS/Varjão	PI	2.ª Via C. Nasc.
39.	Donizete A. M.	Casa Santo André	SP	2.ª Via C. Nasc.
40.	Edilene F. da S.	Individual	MA	2.ª Via C. Casam.
41.	Eduardo P. P.	Cidade Acolhedora	RJ	2.ª Via C. Nasc.
42.	Eleonice da S. S.	CREAS/Samambaia	MA	2.ª Via C. Nasc.
43.	Élika S. P. de S.	Individual	MA	2.ª Via C. Nasc.
44.	Emanuel B. D.	Cidade Acolhedora N11	SP	2.ª Via C. Nasc.
45.	Emílio L. da S.	CRAS/Estrutural	PE	2.ª Via C. Casam.
46.	Enoque C. da P.	CRAS/Varjão	BA	2.ª Via C. Nasc.
47.	Eva R. do N.	Cidade Acolhedora N11	TO	2.ª Via C. Nasc.
48.	Fabriciano C. da S.	Individual	PI	2.ª Via C. Nasc.
49.	Florentina M. dos S.	CRAS/Varjão	MG	2.ª Via C. Nasc.

50.	Francenilde C.	CRAS/Recanto das Emas	MA	2.ª Via C. Nasc.
51.	Francisca C. P. de S.	CRAS/Varjão	PI	2.ª Via C. Nasc.
52.	Francisca das C. A. da S.	Cons. Tutelar/Sta Maria	MA	2.ª Via C. Nasc.
53.	Francisca J. S. L.	CRAS/Estrutural	PI	2.ª Via C. Nasc.
54.	Francisco B. D.	Casa Santo André	CE	2.ª Via C. Nasc.
55.	Francisco das C. A. S. F.	CREAS/Samambaia	PI	2.ª Via C. Nasc.
56.	Francisco G. dos S.	Cidade Acolhedora	PR	2.ª Via C. Casam.
57.	Francisco K.	CREAS/Brasília	PR	2.ª Via C. Nasc.
58.	Gilberto B. da S.	Creas/Samambaia	GO	2.ª Via C. Nasc.
59.	Gilclecio A. da S.	Casa Santo André	PE	2.ª Via C. Nasc.
60.	Gilluan de C. S.	CRAS/Varjão	MA	2.ª Via C. Nasc.
61.	Gleides C. D.S.	CRAS/Ceilândia	MA	2.ª Via C. Nasc.
62.	Iolanda M. dos R.	CRAS/PSUL	TO	2.ª Via C. Nasc.
63.	Ivanete dos S. S.	CREAS/Samambaia	MG	2.ª Via C. Nasc.
64.	Ivoneide B. dos A.	CREAS/Samambaia	MA	2.ª Via C. Nasc.
65.	Izabel de S.	CRAS/Varjão	MG	2.ª Via C. Nasc.
66.	Janaína A. P.	CRAS/Estrutural	SP	2.ª Via C. Nasc.
67.	Jéssica C. B.	CRAS/Guará	BA	2.ª Via C. Nasc.
68.	Jesuita R. de S.	CRAS/Varjão	MG	2.ª Via C. Nasc.
69.	Job H. J.	CRAS/Varjão	MG	2.ª Via C. Nasc.
70.	Jorge H. da C.	CAPSad/Samambaia	RJ	2.ª Via C. Nasc.
71.	Jose C. M.	CREAS/Samambaia	PE	2.ª Via C. Nasc.
72.	Jose E. T. D.	CRAS/Itapoã	GO	2.ª Via C. Nasc.
73.	José J. da S.	CRAS/Estrutural	PE	2.ª Via C. Nasc.
74.	José L. da S. A.	CREAS/Samambaia	BA	2.ª Via C. Nasc.
75.	José M. dos S.	CRAS/Varjão	CE	2.ª Via C. Casam.
76.	José N. de J. B.	CRAS/Paranoá	BA	2.ª Via C. Nasc.
77.	José R. A. F.	CRAS/Itapoã	MG	2.ª Via C. Nasc.
78.	José R. da S.	Individual	BA	2.ª Via C. Nasc.
79.	Josefa P. da S.	CRAS/Ceilândia Norte	PB	2.ª Via C. Nasc.
80.	Jovelino N. da S.	CREAS/Samambaia	BA	2.ª Via C. Nasc.
81.	Juliane de S. V.	CREAS/Samambaia	SP	2.ª Via C. Nasc.
82.	Kátia R. O. R.	Cidade Acolhedora	MG	2.ª Via C. Casam.
83.	Kellington G. dos S.	CRAS/Varjão	SP	2.ª Via C. Nasc.
84.	Leidiane dos S. B.	UAMA/Guará	BA	2.ª Via C. Nasc.
85.	Lucilene da S.	CRAS / Brasília	PE	2.ª Via C. Nasc.
86.	Lucimar S. S.	CRAS/Taguatinga	BA	2.ª Via C. Casam.
87.	Luiz T.	CREAS/Samambaia	BA	2.ª Via C. Nasc.

88.	Lusilene B. R.	Individual	RO	Cert. de Óbito pai
89.	Manuel R. de S.	CRAS/Paranoá	CE	2.ª Via C. Nasc.
90.	Marcilio N. de S. R.	CRAS/Recanto das Emas	PI	2.ª Via C. Nasc.
91.	Marcos S. A. de A.	CREAS/Samambaia	RN	2.ª Via C. Nasc.
92.	Maria A. de S.	CREAS/Samambaia	GO	2.ª Via C. Nasc.
93.	Maria C. da S.	CAPS/Sobradinho	RJ	2.ª Via C. Nasc.
94.	Maria D. da S. A.	Individual	MA	2.ª Via C. Nasc.
95.	Maria da C. da S. F.	CRAS/Varjão	PB	2.ª Via C. Nasc.
96.	Maria de F. M. da S.	CREAS/Samambaia	MA	2.ª Via C. Óbito pai
97.	Maria de L. R.	CRAS/Paranoá	BA	2.ª Via C. Nasc.
98.	Maria do S. do N.	CREAS/Samambaia	CE	2.ª Via C. Nasc.
99.	Maria E. R. da S.	CREAS/Gama	BA	2.ª Via C. Nasc.
100.	Maria G. J.	CRAS/ Paranoá	MG	2.ª Via C. Casam.
101.	Maria H. da S.	CRAS/Samambaia	MA	2.ª Via C. Nasc.
102.	Maria I. da C.	Cidade Acolhedora	BA	2.ª Via C. Nasc.
103.	Maria I. de M. M.	CRAS/Psul	PI	2.ª Via C. Nasc.
104.	Maria I. F. R.	CRAS/ Paranoá	BA	2.ª Via C. Nasc.
105.	Maria I. R. D.	CREAS/Samambaia	BA	2.ª Via C. Nasc.
106.	Maria J. N. de S.	CRAS/Taguatinga	PI	2.ª Via C. Nasc.
107.	Maria P. da S.	Individual	PI	2.ª Via C. Casam.
108.	Maria R. da C.	Cidade Acolhedora	BA	2.ª Via C. Nasc.
109.	Maria S. H.	Individual	PE	2.ª Via C. Nasc.
110.	Mauro F. de O.	CRAS/Recanto das Emas	BA	2.ª Via C. Nasc.
111.	Micaela J. S.	CREAS/Ceilândia	BA	2.ª Via C. Nasc.
112.	Moisés A. F.	CRAS/Recanto das Emas	PI	2.ª Via C. Nasc.
113.	Nayara M. dos S.	CRAS/Paranoá	GO	2.ª Via C. Nasc.
114.	Nelito H. da S.	Cidade Acolhedora	AL	2.ª Via C. Nasc.
115.	Nelson F. da S.	ALBERCOM	BA	2.ª Via C. Nasc.
116.	Nezir da S. F.	CRAS/Recanto das Emas	BA	2.ª Via C. Casam.
117.	Nicolau V. B.	Cidade Acolhedora N11	SP	2.ª Via C. Nasc.
118.	Orandi C. C.	CECOSAL	PR	2.ª Via C. Nasc.
119.	Pablo R. dos S.	CRAS/Paranoá	RJ	2.ª Via C. Nasc.
120.	Palmira P. de J.	CRAS/Paranoá	BA	2.ª Via C. Nasc.
121.	Pedro L.	Individual	TO	2.ª Via C. Nasc.
122.	Raimunda F. da S.	CREAS/Samambaia	MG	2.ª Via C. Nasc.
123.	Raimundo N. de O.	CRAS/Samambaia	CE	2.ª Via C. Nasc.
124.	Rogério da C. de A.	CRAS/Paranoá	BA	2.ª Via C. Nasc.
125.	Sara P. da S.	CRAS/Riacho Fundo II	MG	2.ª Via C. Nasc.

126.	Sebastião G. B.	CRAS/Paranoá	CE	2.ª Via C. Nasc.
127.	Sebastião S. da C.	Cidade Acolhedora	PB	2.ª Via C. Nasc.
128.	Sergio V. B.	INDIVIDUAL	MG	2.ª Via C. Nasc.
129.	Severina M. de A.	CRAS/Psul	MG	2.ª Via C. Nasc.
130.	Severino M. dos S.	SEDEST/Centro Diversidade	PE	2.ª Via C. Nasc.
131.	Sinval M. de S.	CRAS/Varjão	MG	2.ª Via C. Nasc.
132.	Teódulo D. da S.	CREAS/Ceilândia	BA	2.ª Via C. Casam.
133.	Wesley A. da S.	SEDEST/DF	DF	2.ª Via C. Nasc.

Gráfico 1.1 – Estado de nascimento dos Migrantes que solicitaram Certidões em 2014

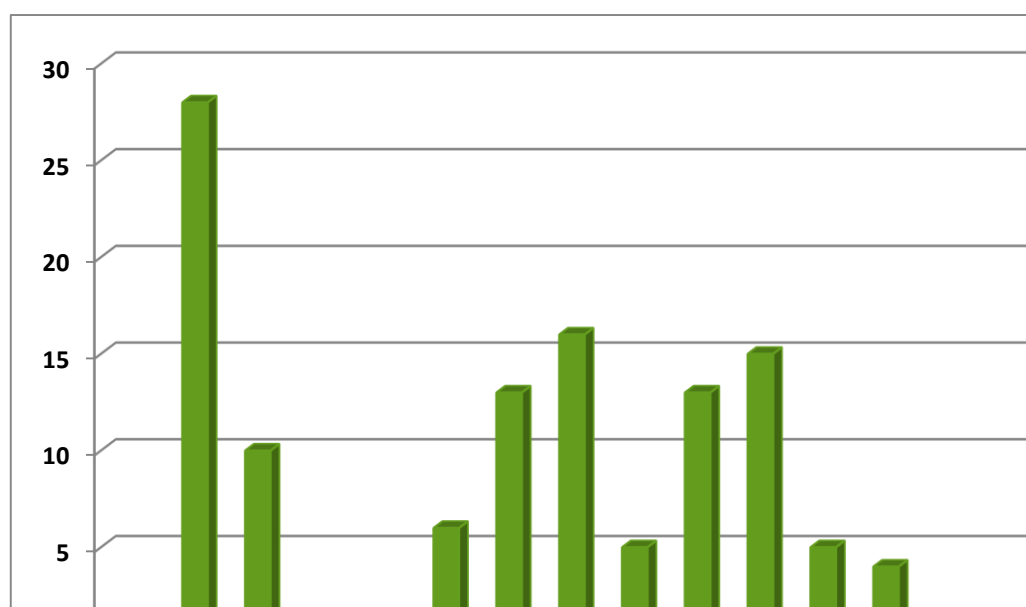
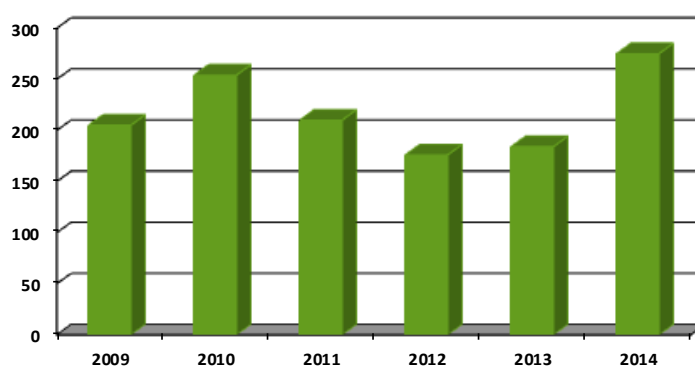


Gráfico 1.2 – Total de Migrantes atendidos neste Projeto



Avaliação dos Resultados

O primeiro ponto positivo é o fato de terem sido atendidas todas as pessoas que procuraram o IMDH para obter os documentos básicos (2ª via) – Certidão de Nascimento, de Casamento ou de óbito de algum de seus familiares. Foram obtidas 43 Certidões positivas e 3 negativas. Neste caso de obtenção de Certidão negativa é igualmente um bom resultado, pois este documento possibilita ao titular pleitear ao Juiz da Vara dos Registros Públicos a realização de “registro tardio”.

Lamenta-se que os cartórios sejam tão lentos para atender às solicitações. Mas, o importante é que a persistência e a reiteração dos pedidos acabam por ter um resultado bastante positivo, conseguindo documentar, sem ônus, pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Ouro aspecto muito positivo é parceria entre o IMDH e os Órgãos de Assistência Social do GDF. É perceptível a importância desta cooperação entre poder público e a sociedade civil para garantir aos migrantes a documentação que lhes permita o acesso aos direitos sociais e o exercício da cidadania.

Total de pessoas beneficiadas: 275 pessoas

Projeto 02: Imigrantes - Defesa de Direitos, Documentação, Assistência Humanitária

O Projeto “**Imigrantes – Defesa de direitos**” objetiva defender os direitos, prover assistência e documentação de imigrantes em situação de vulnerabilidade, para contribuir na atuação em favor dos direitos de Cidadania dos Imigrantes no Brasil, com atenção especial à documentação, assistência social e jurídica, acesso às políticas públicas e promoção da integração no País.

Período de Realização:

Serviço sistemático de 01.01.2014 a 31.12.2014.

Descrição das Ações:

Serviços de atendimento jurídico e humanitário a imigrantes, orientação, defesa de direitos, ações de sensibilização da sociedade e atuação por inclusão em Políticas Públicas, bem como por uma nova Lei de Migrações no Brasil:

- Prestar orientação e assistência a migrantes em busca de sua regularização migratória;
- Colaborar na articulação por uma nova Lei de Migrações no Brasil e pela Ratificação da Convenção sobre a proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias;
- Participar e colaborar nas reuniões do CNlg;
- Fomentar ações sociais e jurídicas de incidência por políticas públicas.
- Elaborar, imprimir e difundir materiais de apoio, em outros idiomas, além do português;
- Dar continuidade e ampliar oportunidades aprendizagem de português para migrantes ou encaminhá-los a cursos promovidos por entidades específicas;
- Acompanhar os processos, informar os imigrantes sobre as etapas, documentos e providências administrativas necessárias para a regularização migratória;
- Prestar assistência material em casos de necessidade;
- Orientar para emprego e direitos relativos ao trabalho.
- Viabilizar a prorrogação de validade dos passaportes;
- Atuar para possibilitar, do ponto de vista legal e prático, a reunião familiar.

Público alvo:

Imigrantes residentes no Brasil, inclusive os solicitantes de refúgio haitianos (vez que, em geral, sua situação é de migrantes).

Abrangência territorial: Nacional e internacional.

Desenvolvimento do Projeto:

2.1 Processos e Dados diversos

O acompanhamento e defesa de processos somou 216 casos. Estes processos chegam ao IMDH diretamente pelos interessados ou através das entidades da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados. As tabelas a seguir detalham informações sobre estes casos.

Tabela 2.1 – Processos defendidos no ano

Processos	Quantidade
Processos de anos anteriores	116
Processos iniciados em 2014	100
TOTAL	216

Tabela 2.2 - Classificação dos processos segundo a decisão final em 2014

Decisão	Total
Deferidos	76
Indeferidos	03
Arquivados	10
Processos em trâmite	127
Total	216

Tabela 2.3 – Classificação por tipo de solicitação

Tipo de pedido	Processos
Naturalização	19
Residência Permanente	72
Outros: republicação, expedição de CIE, anistia, reunião familiar...	125
Total	216

Tabela 2.4 - Países de procedência dos imigrantes

País	Qtde.		País	Total
Angola	09		Libéria	01
Argentina	01		Marrocos	02
Bangladesh	01		Nigéria	01
Bolívia	44		Paraguai	01
China	01		Peru	02
Colômbia	02		Portugal	04
Cuba	01		Rep. Dem. do Congo	10
Estados Unidos	01		São Tomé e Príncipe	01
França	02		Sudão	01
Haiti	128		Suíça	01
Itália	01		Uruguai	01
Total Geral				216

2.2 Atuação no Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

O IMDH é membro observador no CNIg e participa de todas as reuniões Plenárias e dos GTs aos quais se inscreve, colabora na análise e defesa de processos, propõe políticas públicas e leva ao CNIg as demandas que as entidades da Rede e outras lhe fazem chegar. O IMDH participou das reuniões plenárias conforme a seguir se registra:

Tabela 2.5 – Participação nas Reuniões do CNIg e síntese dos temas tratados

Data	Resumo
11/02/2014	Apresentação do "Observatório das Migrações Internacionais"; Relato do GT: "Análise do ingresso de haitianos no Brasil"; Relato do GT que trata dos resultados da "Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de Imigração Laboral Qualificada"; Debate sobre o Seminário de Migração Laboral; Assuntos diversos. Total de Processos Relatados: 217.
11/03/2014	Concessão dos vistos com base na Resolução nº 86/2010; Adequação das normas que regem o procedimento de concessão de autorização de trabalho a artistas estrangeiros; Relato do GT que trata dos resultados da "Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de Imigração Laboral Qualificada" - Concessão de visto temporário ao estrangeiro que venha ao Brasil para verificar a viabilidade econômica e financeira para exploração de sistema ferroviário brasileiro; Relato do GT: "Análise do ingresso de haitianos no Brasil"; Assuntos diversos. Total de Processos Relatados: 209.
08/04/2014	Apresentações: Resultados da Conferência sobre Políticas para migrantes realizadas pela Prefeitura de São Paulo; Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio - COMIGRAR; Concessão dos vistos com base na Resolução nº 86/2010; Relato do GT: "Análise do ingresso de haitianos no Brasil". Apresentação dos resultados finais da pesquisa sobre a migração haitiana (prof. Duval Fernandes); Apresentação do Relatório de Missão ao Haiti realizada pela Secretaria de Direitos Humanos/PR e Gabinete de Segurança Institucional - GSI/PR; Relato do GT que trata da adequação da norma que rege o procedimento de concessão de autorização de trabalho a artistas estrangeiros - Resolução Normativa nº 69/2006; Relato do GT que trata da regularização dos estrangeiros que estão cumprindo pena no Brasil; Assuntos diversos. Total de Processos Relatados: 179.
13/05/2014	O IMDH não pode participar desta reunião.
03/06/2014	Relato do GT que trata da análise do Projeto de Lei que institui a "Lei de Imigração"; Relato do GT: "Análise do ingresso de haitianos no Brasil"; Reunião para tratar dos resultados da "Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de Imigração Laboral Qualificação"; Assuntos diversos; Processos a serem relatados. Total de Processos Relatados: 133.
12/08/2014	Relato do GT que trata da análise do Projeto de Lei que institui a "Lei de Imigração"; Relato do GT: "Análise do ingresso de haitianos no Brasil"; Relato do GT que trata do procedimento de concessão de autorização de trabalho a artistas estrangeiros - Resolução Normativa nº 69/2006; Relato do GT que trata dos resultados da "Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de Imigração Laboral Qualificada"; Relato do GT que trata da concessão dos vistos com base na Resolução nº 86/2010; Assuntos diversos - Força tarefa e Seminário MPT unido ao ponto anterior, pois o GT vai aguardar. Total de Processos Relatados: 143.

16/09/2014	Relato do GT: "Análise do ingresso de haitianos no Brasil" - Painel sobre "Novos Fluxos Migratórios ao Brasil" - Protocolos de Acolhida - 10h; Relato do GT que trata da análise do Projeto de Lei que institui a "Lei de Imigração"; Assuntos diversos - Apresentação dos dados estatísticos do 1º semestre/2014; Total de Processos Relatados: 125.
21/10/2014	Apresentação: Atração transfronteiriça de recursos humanos altamente qualificados - Cross Border Highly-Skilled Human Resources Attraction- Consultora Sra. Maria Vincenza Desiderio - (estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC - 10h; Apresentação da Comissão de Especialistas (instituída pela Portaria nº 2162 de 31 de março de 2013) da proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações - 11h; Relato do GT: "Análise novos fluxos migratórios ao Brasil"; Relato do GT que trata da análise do Projeto de Lei que institui a "Lei de Imigração"; Assuntos diversos; Total de Processos Relatados: 113.
11/11/2014	Relato do GT que trata da análise do Projeto de Lei que institui a "Lei de Imigração"; Assuntos diversos; Total de Processos Relatados: 125.
09/12/2014	Aprovação do Calendário Anual de Reuniões 2015; Aprovação das atas da VII e IX Reuniões Ordinárias do CNlg de 2014; Relato do GT que trata da análise do Projeto de Lei que institui a "Lei de Imigração"; GT: "Análise dos novos fluxos migratórios ao Brasil" – Prorrogação da vigência da Resolução Normativa nº 97/2014; Assuntos diversos – Apresentação dos dados estatísticos do 3º Trimestre/2014; Total de Processos Relatados: 120.
Total de pessoas assistidas na análise, defesa e decisão de processos: 1.364	

2.3. Consultas recebidas e respondidas:

Na perspectiva de oferecer soluções aos problemas práticos e também para capacitar os agentes sociais e os próprios imigrantes, o IMDH presta atendimento às mais variadas demandas, com grande incidência em questões jurídico-administrativas. Foram 453 demandas às quais foi dada resposta, orientação e solução. É um serviço permanente de *advocacy*, o qual inclui um amplo universo de casos e demandas que chegam à instituição principalmente por telefone, por e-mail e outros meios de contato. Estas demandas visam ajudar os imigrantes, os profissionais da área e as instituições, na solução de questões que afetam a vida do público alvo, que necessita de apoio e assistência profissional, mas sem ônus financeiro. O serviço é gratuito. Total de beneficiados: 453

2.4. Atividades de Informação, Sensibilização e por Políticas Públicas

Participação e atuação do IMDH, em parceria com outras instituições, na realização de eventos e atividades relacionadas à causa dos Migrantes:

- ✓ 06 de fevereiro de 2014 – Brasília – DF – Reunião no IMDH para apresentação dos projetos realizados pelo Instituto para representantes da Assessoria Internacional do MEC. Ir. Rosita, Pablo, Carlos César e Ludmyla fizeram a apresentação.
- ✓ 13 de fevereiro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita participou da reunião na Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com a

presença de Valéria Gonelli, Secretária Nacional Adjunta de Assistência Social, e Telma Maranhão, diretora do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS. A reunião teve como objetivo discutir os desafios e alternativas para a estruturação de serviços sócio-assistenciais diante do novo cenário da imigração no Brasil.

- ✓ 22 de fevereiro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita realizou palestra na Universidade Católica, sobre tráfico de pessoas para formação de agentes pastorais, com a participação de Faruk – imigrante do Bangladesh - que deu um depoimento sobre sua trajetória para o Brasil.
- ✓ 23 de fevereiro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita participou de evento realizado pela Embaixada das Filipinas.
- ✓ 26 de fevereiro de 2014 – Brasília – DF – No Colégio Marista Taguatinga, Ir. Rosita e William Andrade realizaram Videoconferência sobre Tráfico de Pessoas.
- ✓ 06 de março de 2014 – Brasília – DF – No Seminário de Capacitação sobre Tráfico de Pessoas Ir. Rosita proferiu a palestra e coordenou o debate de aprofundamento com os participantes. O Evento aconteceu na Paróquia São Sebastião, em parceria com a rede Um Grito pela Vida. Participantes: 250 pessoas.
- ✓ 19 de março de 2014 – Luziânia – GO – Ir. Rosita realizou palestra sobre Tráfico Humano para formação do clero diocesano de Luziânia. Palestra aconteceu dentro de Seminário sobre Tráfico de Pessoas promovido pela rede Um Grito pela Vida.
- ✓ 20 de março de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita realizou palestra sobre Tráfico de Pessoas para formação de alunos e professores do Colégio La Salle. O evento realizado em parceria com a rede Um Grito pela Vida.
- ✓ 22 de março de 2014 – Brasília – DF – Em evento promovido pelo Centro Cultural de Brasília, Ir. Rosita proferiu palestra sobre Tráfico Humano, na Sessão Café Cultural.
- ✓ 25 de março de 2014 – Brasília – DF – Em evento promovido pelo IMDH, Palestra sobre Tráfico Humano, proferida por Ir. Rosita, para agentes da comunidade da Paróquia São José Operário. Beneficiados: 35 pessoas.
- ✓ 26 de março de 2014 – Brasília – DF – IMDH, na pessoa de Pablo Mattos, participou da Mesa Redonda “Pauta da Sociedade Civil Organizada para 2014” organizada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. O encontro tinha como objetivo ouvir o ponto de vista das principais organizações representativas da sociedade brasileira para assim coordenarem as atividades do ano de 2014.
- ✓ 29 de março de 2014 – Brasília – DF – Em parceria com o Setor Mobilidade Humana, da CNBB, o IMDH promoveu atividade de formação de jovens e adolescentes, em São Sebastião, sobre Tráfico de Pessoas. Participantes: 80 pessoas.
- ✓ 06 de abril de 2014 – Brasília – DF – Em evento organizado pela rede Um Grito pela Vida, Ir. Rosita realizou uma palestra sobre Tráfico de Pessoas para formação de agentes da comunidade de Itapoã.
- ✓ 16 de abril de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita, Ir. Claudina, William e Pe. Sidnei participaram do lançamento nacional da Campanha contra Tráfico de Pessoas na Sede da CNBB.

- ✓ 29 de abril de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita realizou palestra no Colégio Hilda Hares para formação de professores sobre o Tráfico de Pessoas.
- ✓ 05 e 06 de maio de 2014 – Brasília – DF – Conferência do IMDH – Ir. Rosita – com o tema “Práticas Promissoras de Atendimento ao Migrante” no workshop de apresentação de resultados “Migrações Transfronteiriças: Fortalecendo a capacidade do Governo Brasileiro para gerenciar novos fluxos migratórios (MT Brasil)”. O evento foi organizado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.
- ✓ 20 de maio de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita proferiu palestra no Workshop de Consulta Pública com a Sociedade Civil Sobre a Política e o Plano Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- ✓ 23 de maio de 2014 – Brasília – DF – Reunião entre Pastoral da Mobilidade Humana, IMDH e Gerência de Assuntos Consulares e Diplomáticos do Governo de Goiás quando foram discutidos encaminhamentos, prevenção e atendimento às vítimas de Tráfico de Pessoas. O encontro ocorreu na sede da CNBB.
- ✓ 28 de maio de 2014 – Brasília – DF – Palestra de Ir. Rosita e Prof. Hedel de Andrade Torres sobre o “Tráfico Humano e seus possíveis reflexos na Copa do Mundo” na UPIS. Participaram também Rebeca, voluntária do IMDH, e Ir. Claudina Scapini. Participantes: 200 pessoas.
- ✓ 07 de junho de 2014 – Brasília – DF – IMDH coordenou a Roda de Conversa sobre Migrações e Tráfico de Pessoas. A roda de conversa fazia parte das comemorações da 29ª Semana Nacional do Migrante organizada pela Pastoral do Migrante. Participantes: 30 pessoas.
- ✓ 08 de junho de 2014 – Brasília – DF – Palestra de Ir. Rosita e o William Andrade na Seminário sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, voltado à formação dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília.
- ✓ 17 a 19 de junho de 2014 – Genebra – Suíça – Ir. Rosita participou da “NGOs Consultation”, Encontro promovido pelo ACNUR, e realizado no *International Conference Center Geneva*. Trata-se de um encontro para consulta com ONGs de muitos países, objetivando promover a colaboração das entidades na atenção aos refugiados.
- ✓ 19 a 21 de agosto de 2014 – Brasília – DF – Encontro Nacional da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Justiça, da Caridade e da Paz – CNBB. Ir. Rosita coordenou a conferência que teve como tema: Migrações Internacionais – novos fluxos para o Brasil.
- ✓ 26 de agosto de 2014 – São Paulo – SP – Conferência sobre “Políticas Públicas de Migração no Brasil: Avanços e desafios em nível nacional, regional e global”, organizada pela Missão Paz, Rede Internacional de Migração Scalabrini e *Fundación Scalabrini Chile*. O encontro teve como objetivo debater questões relativas aos atuais movimentos migratórios no Brasil. Na ocasião, Ir. Rosita fez apresentação e deu entrevista à imprensa sobre diversos aspectos da integração de imigrantes e refugiados.
- ✓ 11 de setembro de 2014 – Brasília – DF – IMDH colaborou com palestra e a intérpretes no Encontro promovido pelo Centro de Saúde de Samambaia, com o Diretor, Dr. Marcos Trajano, sobre cuidados com a saúde para refugiados e imigrantes.
- ✓ 11 a 13 de setembro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita participou como observadora e relatora do Encontro Nacional de Formação Turismo, Caminho de Evangelização, organizado pela Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Justiça, da Caridade e da Paz – CNBB.

- ✓ 16 de setembro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita, Bárbara e Graça, voluntárias do IMDH, participaram da exibição e comentários com a plateia relativos ao documentário “Por um punhado de dólares – os novos emigrados” de Leonardo Dourado, no projeto Teste de Audiência da Caixa Cultural Caixa Cultural.
- ✓ 20 de setembro de 2014 – Brasília – DF - Ação Saúde voltada à População de Imigrantes e Refugiados em Samambaia/DF. Foi realizada pela equipe do centro de saúde e o IMDH, com apoio de outros colaboradores, no Centro de Saúde nº 3 em Samambaia. Teve como objetivo a orientação e assistência básica de saúde para os imigrantes da região de Samambaia Norte. Atuaram no evento, pelo IMDH, Ir. Rosita, Pablo, Bárbara e as voluntárias, Marília e Luisa.
- ✓ 25 de setembro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita realizou palestra sobre Migração Internacional e a ação do IMDH para os alunos da Faculdade Evangélica de Taguatinga. Participantes: 35 pessoas.
- ✓ 07 a 09 de outubro de 2014 – Brasília – DF – Realização do X Encontro Nacional das Redes de Proteção organizado pelo IMDH e vários outros parceiros. Participaram 43 entidades, a maioria integrante da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados. O encontro visou contribuir para o fortalecimento da articulação da sociedade civil e projetar ações e compromissos para consolidar e avançar na acolhida e inserção de refugiados e migrantes na sociedade brasileira.
- ✓ 15 a 17 de outubro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita, Bárbara, Camila e Ir. Claudina participaram e colaboraram no Seminário Internacional “Mulheres – Fome, Pobreza e Tráfico Humano”, organizado pela Cáritas e envolveu entidades e pastorais do Brasil e de outros países que desenvolvem trabalho com mulheres direta ou indiretamente. No dia 16, Ir. Rosita coordenou uma das mesas.
- ✓ 22 e 23 de outubro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita participou do workshop de apresentação de resultados “Migrações Transfronteiriças Fortalecendo a capacidade do Governo Brasileiro para gerenciar novos fluxos migratórios (MT Brasil)”.
- ✓ 29 de outubro de 2014 – São Paulo – SP – Participação na oficina sobre Protocolos de Atendimento aos Imigrantes e Inserção no Mercado de Trabalho. A oficina foi realizada no Município de São Paulo e foi promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Secretaria de Políticas Migratórias/SP.
- ✓ 08 de novembro de 2014 – Brasília – DF – O IMDH promoveu e realizou Encontro comemorativo ao Dia Mundial das Crianças. O local do Encontro foi o Centro de Cultura do Varjão com uma programação cultural variada que incluiu: capoeira, roda de percussão, jogos, diversões, e contou com a presença de muitas crianças refugiadas e imigrantes e respectivas famílias e de vários colaboradores e pessoas da comunidade.
- ✓ 29 de novembro de 2014 – Brasília – DF – IMDH participou e colaborou ativamente no debate realizado pelo Fórum de Trabalhadores do SUAS/DF, voltado à elaboração do Estatuto do Fórum que visa congregar os trabalhadores e trabalhadoras da área social do DF.
- ✓ 30 de novembro de 2014 – Brasília – DF – Ir. Rosita, a imigrante Marthe e a solicitante de Refúgio Maria Matilde participaram do encontro organizado pelo ACNUR entre representantes da Rede Borboletas, organização não governamental da Colômbia, com outras ONGs e grupos da sociedade civil que atuam no DF.

IMIGRANTES HAITIANOS



Os haitianos tem sido e ainda são o maior grupo de imigrantes de uma mesma nacionalidade a chegar ao Brasil nas últimas décadas. O IMDH presta atendimento aos residentes ou em trânsito por Brasília e estende seus serviços em âmbito nacional, especialmente no que se refere ao acompanhamento de processos, informações sobre reunião familiar, comunicações sobre residências permanentes deferidas, acesso ao mercado de trabalho, renovação de passaportes, orientação jurídica e outras demandas ou necessidades destes imigrantes. É um serviço amplo e aberto a todos.

Como é sabido, os haitianos não preenchem os requisitos para refúgio. A solução migratória que lhe concede o governo brasileiro é a residência por razões humanitárias, tendo como base a RN 27, do CNlg e a Resolução Recomendada 08/2006 também do CNlg.

A diversidade de serviços que o IMDH lhes oferece é muito extensa. Aqui registramos alguns, mas é apenas uma relação exemplificativa:

1. Acompanhamento e assistência nos processos de residência permanente

Em continuidade aos serviços prestados nos anos anteriores, o IMDH acompanhou as publicações referentes a imigrantes haitianos no Diário Oficial da União, divulgou entre todos os membros da RedeMiR, bem como às empresas que contrataram haitianos, a associações de imigrantes, a órgãos públicos, enfim, buscou orientar e assistir aos beneficiados com a residência permanente. Neste serviço, em torno de 900 imigrantes residentes em regiões fora de Brasília foram beneficiados. Além destes, foram acompanhados e assistidos em todas as etapas de seus processos, 128 haitianos residentes em Brasília, dos quais 32 tiveram seus processos deferidos, 1 arquivado e 95 seguirão em trâmite em 2015.

2. Interação com a Embaixada do Haiti

A parceria entre o IMDH e a Embaixada do Haiti se fortaleceu no ano de 2014. Um dos principais apoios é a renovação de passaportes, prestado pelo IMDH aos haitianos de várias regiões do País. Neste serviço 109 pessoas foram beneficiadas com orientações, informações, e envio de formulários para a formalização dos pedidos à Embaixada do Haiti em Brasília. Já foi obtida a renovação de 70 passaportes. Além do apoio na renovação de passaportes, o IMDH também presta assistência em outras ocasiões e circunstâncias especiais, tais como: falecimento de imigrantes, questões criminais envolvendo imigrantes haitianos, questões graves de saúde, entre outros.

3. Serviços diversos na área de assistência

O atendimento pessoal e familiar importa em muitas providências e ações tanto assistenciais quanto de apoio e promoção de melhores condições de vida.

Tabela 2.6 – Assistência a haitianos prestada na sede do IMDH

Item	N. de pessoas
Documentação	79
Fornecimento de alimentação – Cesta básica	91
Atendimento social	159
Encaminhamento para o trabalho	91
Orientações sobre Reunião Familiar	16
Atendimento para questões de saúde	35
Assistência a mães gestantes	5
Enxovais parciais para bebês	5
Envio de Formulários para renovação de passaporte	109
Renovação de passaportes na Embaixada	70
Acompanhamento a internados em hospitais	5
Assistência em caso de falecimento	2
Total	672

Fonte: Registros constantes no IMDH

4. Aulas de português

As aulas de português são um importante meio de integração dos imigrantes tanto no âmbito social quanto laboral. É o ponto básico para que a pessoa possa comunicar-se e inserir-se efetivamente em seu novo ambiente. Assim, ampliou-se a rede de colaboradores para o ensino do idioma, bem como os horários a fim de facilitar o acesso a maior número de interessados.

Esta convivência nas aulas de português e o contato com os professores e a comunidade local favoreceram muito a realização e outras atividades muito valiosas como, por exemplo, a celebração do Dia Mundial do Refugiado e do Dia Universal das Crianças.

O relatório e os dados sobre o número de beneficiados com aulas de português constam no Projeto 06, do presente Relatório.

5. Publicações

Outro serviço prestado pelo IMDH aos imigrantes haitianos é a produção e distribuição das cartilhas **“Ann Pale Potigé – iniciação ao idioma português”** e **“Guia de Orientação para trabalho aos Haitianos”**.

As publicações são uma produção conjunta entre IMDH e Ministério do Trabalho e Emprego, com a colaboração de outras organizações e pessoas que atuaram na produção do texto e na correspondente tradução para o Creolle.

Foram produzidas **10.000 cartilhas** de cada, as quais vem sendo distribuídas tanto pelo IMDH como por outras organizações. O material está disponível também para download, no site do IMDH e do MTE.

6. Associação dos Imigrantes Haitianos de Brasília

O ano de 2014 começou promissor já com a Celebração da Festa Nacional do Haiti no dia 1º de janeiro. Ao longo do ano foram realizadas diversas reuniões. Foram decididos os coordenadores, o nome oficial da Associação, também as melhores formas de integração com os demais haitianos no DF, assim como traçar os âmbitos de atuação. A associação conseguiu avançar em muitos pontos quanto à formação e articulação, no entanto, ainda é necessário progredir para integrar o maior número de haitianos possível.

Avaliação dos Resultados

A manifestação das pessoas envolvidas neste projeto foi muito positiva. No item da assistência jurídico-administrativa foram acompanhados 216 processos, dos quais 76 foram deferidos, 03 indeferidos, 10 arquivados e 127 continuarão a ser acompanhados em 2015. Também é positivo o resultado do acompanhamento e defesa de 1.364 processos junto ao CNig. Além destes, foram atendidas 11 pessoas em situação de vulnerabilidade que pediram apoio ao IMDH para superar o momento crítico em que se encontravam.

Destaca-se a importância da parceria entre as entidades da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, beneficiando principalmente os próprios imigrantes, pois viabiliza um atendimento sem ônus para eles, com alto índice de resultado positivo.

Em 2014, a temática das migrações recebeu maior atenção da mídia. O fato despertou a sensibilidade da sociedade em geral o que pode ser percebido na maior procura do IMDH para palestras, seminários, conferências e encontros, somando mais de 35 eventos.

Quanto aos haitianos, o total de pessoas beneficiadas foi de 1.809, e imigrantes de outras nacionalidades foram 1.653 pessoas.

Total de pessoas beneficiadas: 3.462

Projeto 03 - Acolhida, Integração e Assistência a Refugiados e Refugiadas.

O projeto “Acolhida, Integração e Assistência a Refugiados e Refugiadas” tem a finalidade de acolher, assistir, defender os casos e colaborar na integração dos solicitantes de refúgio e refugiados/as, fortalecendo as ações articuladas entre o IMDH, as entidades-membro da Rede, o ACNUR, CONARE e demais envolvidos na causa.

Período de Realização:

Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2014 a 31.12.2014.

Descrição das Ações:

- Prestar atendimento assistencial e humanitário, e promover a integração de Refugiados, inclusive Reassentados, no Brasil;
- Atender, orientar e assistir os solicitantes de refúgio e refugiados, atuando na defesa de seus direitos e orientação em suas demandas;
- Prestar assessoria jurídica, analisar os casos, elaborar pareceres e subsidiar a análise e decisão do CONARE sobre as solicitações de refúgio e pedidos de reconsideração de eventuais indeferimentos, quando de interesse dos refugiados.
- Orientar e assistir aos refugiados e refugiadas, na perspectiva de facilitar o processo de seu acesso ao mercado de trabalho.
- Colaborar com o CONARE e no Grupo de Estudos Prévios, para a devida instrução e defesa das solicitações de refúgio e respectivos processos;
- Atuar, em parceria com o ACNUR, em ações de sensibilização, informação e envolvimento da sociedade, particularmente na capacitação de agentes para a atenção aos refugiados;
- Promover a discussão de temas e avanços em políticas públicas para este segmento.

Público alvo:

Solicitantes de Refúgio, Refugiados e refugiadas no Brasil, especificamente os/as residentes nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e o Distrito Federal, bem como todos os em trânsito por Brasília.

Metas de Atendimentos:

Atender todos os casos, estimados em 300, de solicitantes de refúgio e refugiados da Região Centro-Oeste e dos Estados de Rondônia e Acre e os demais que nos forem encaminhados pelo CONARE e ACNUR; participar e colaborar em no mínimo 10 sessões do Grupo de Estudos Prévios e 10 reuniões plenárias do CONARE;

Recurso financeiro utilizado:

Convênio com ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados) e com o CONARE/MJ (Comitê Nacional para Refugiados), recursos próprios do IMDH e de outros doadores e apoiadores.

Recursos humanos envolvidos:

Assistente de integração, assistente administrativo/financeiro, assistente no setor jurídico e recepcionista, voluntários e diretoria do IMDH.

Abrangência territorial:

Nacional, com ênfase nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá.

Desenvolvimento do Projeto

3.1. Atendimento, Acolhida e Assistência.

O IMDH é responsável, contando com o apoio de ACNUR e CONARE, pelo atendimento integral aos solicitantes de refúgio e refugiados dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Distrito Federal.

O atendimento é amplo e inclui todos os serviços e orientações de que necessitam os solicitantes de refúgio e os refugiados: apoio emergencial, orientações básicas, bolsa subsistência, alimentação e outras necessidades pessoais e familiares, encaminhamento para serviços específicos, atendimento jurídico, acompanhamento de processos, pedidos de reconsideração e recurso jurídico, entre outros. A prestação desses serviços se dá, fundamentalmente, de modo presencial e, também, por muitos outros meios: e-mails, telefone, redes sociais, visitas, envio de materiais e apoios financeiros.

Outro meio de atenção a esta população é a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados – RedeMiR, articulada pelo IMDH e em plena atuação há 10 anos. Envolve atualmente 54 entidades engajadas no tema e atenção ao refúgio e à migração. Em 2014 foi realizado o X Encontro Nacional (7 a



9 de outubro) com o tema: “Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR): Fortalecimentos e Avanços” (vide relatório no capítulo próprio da Rede). A Rede é um suporte de particular importância nos diferentes pontos do País, viabilizando o atendimento aos refugiados e o apoio recíproco entre as entidades.

A equipe do IMDH, bastante pequena, mas muito dedicada ao atendimento aos solicitantes de refúgio e refugiados no IMDH é composta por: Carlos César Barbosa, Daniel Yuri Almeida, Bárbara da Costa Vieira e Pablo Mattos (na foto, com um

grupo de solicitantes de refúgio, no IMDH, em dezembro de 2014). O trabalho é amplamente apoiado por voluntários e voluntárias.

Em síntese, os serviços prestados a solicitantes de refúgio e a refugiados consistiram no seguinte:

3.2 Dados e estatísticas

- Concessão de Bolsa Subsistência, de acordo com a necessidade e a composição familiar, mediante avaliação de cada caso e com parecer específico para fins de auxílio financeiro. Total de bolsas subsistência concedidas: **781**
- Auxílio Transporte: constatada a necessidade, **79 solicitantes** e refugiados foram atendidos com auxílio transporte;
- Força tarefa para a documentação: foi realizada de 06 a 15 de agosto, em parceria com a Polícia Federal, Secretaria de Governo do GDF e Administração de Samambaia. Total de pessoas beneficiadas: **240 pessoas**, sendo a grande maioria de solicitantes de refúgio de Gana.
- Em setembro realizou-se a “Ação Saúde” em Samambaia, promovida pelo IMDH e Centro de Saúde n. 3/GDF, de Samambaia Norte. Relatório específico no item 3.3.2, deste Capítulo.

- Alimentação: no período inicial após a chegada dos solicitantes de refúgio, enquanto aguardam a obtenção dos documentos, é necessário prover apoio alimentação, visto não terem condições de trabalhar e prover o próprio sustento. Assim, o IMDH manteve campanha permanente de coleta de alimentos e forneceu 100 cestas básicas a solicitantes de refúgio e a refugiados;
- Educação: A chegada de famílias com crianças requer providências para o ingresso destas à Escola. Com todos os chegados, esta providência foi tomada, seja orientando os pais a providenciarem a matrícula, seja fazendo os contatos diretamente com as Escolas para garantir tal direito às crianças, bem como providenciando tradução de documentos. Total de crianças que tiveram acesso à Escola: 10
- Empreendedorismo: O IMDH encaminhou solicitantes e refugiados ao SEBRAE, onde puderam obter mais orientações sobre como abrir uma empresa. Foram encaminhados: **8 pessoas**.
- Outros serviços: todos os solicitantes de refúgio recebem orientações por escrito, bem como são orientados em contato pessoal sobre: acesso aos serviços de saúde (Cartão SUS), emprego, restaurantes comunitários, agências do trabalhador, situações de emergência, sindicatos, etc.
- O IMDH mantém também um serviço de informações por e-mail, telefone, Skype e facebook, além dos serviços prestados no atendimento presencial. Em termos de consultas por escrito ou via telefônica, foram atendidos **642** imigrantes e refugiados.
- No segundo semestre de 2014, o IMDH disponibilizou um novo serviço: elaboração do currículo e orientações individualizadas sobre postura pessoal e providências para acesso ao mercado de trabalho. Este serviço é desenvolvido inteiramente por voluntários, na sede do IMDH. Representou um grande impulso para os refugiados. Foram ajudados com elaboração do CV **34 solicitantes de refúgio** e o correspondente retorno sobre oportunidades de emprego foi bastante significativo.
- Agendamento para obtenção de Carteira de Trabalho e Previdência Social: mais um serviço disponível no IMDH, o qual realizou **43 agendamentos** para requerer CTPS no Ministério do Trabalho.
- Foram atendidas **39 crianças e adolescentes**, com idade entre 1 e 18 anos. Desse total, 16 são refugiados e 23 são solicitantes de refúgio. Todas receberam a atenção específica de que necessitavam particularmente apoio com bolsa subsistência, cuidados médicos e garantia de acesso à Escola.
- Continuidade do curso de português em três locais do DF: Samambaia Norte, Varjão e na UNB, em parceria com NEPPE (relatório específico consta em capítulo próprio).

Tabela Geral de solicitantes de refúgio e refugiados atendidos em 2014

Novos Solicitantes de refúgio e refugiados atendidos em 2014	1112
Solicitantes de refúgio e refugiados de anos anteriores	479
Total de pessoas atendidas em 2014	1591

Fonte: Registros no banco de dados do IMDH

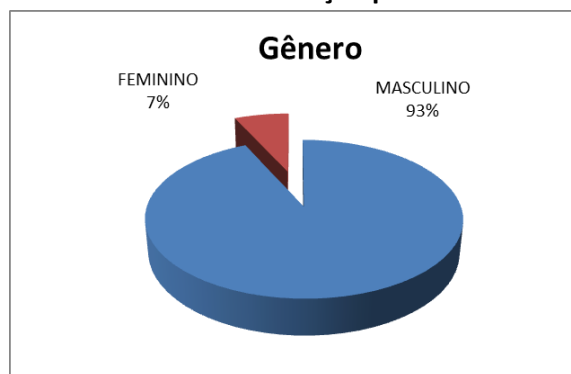
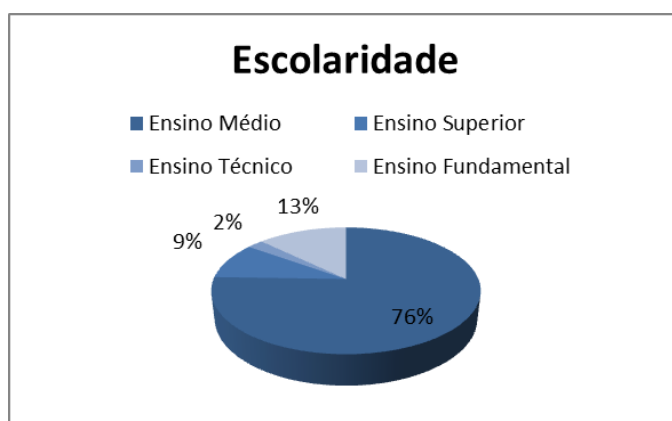
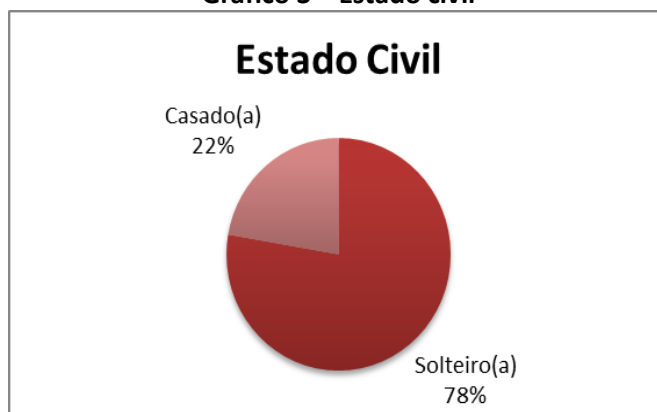
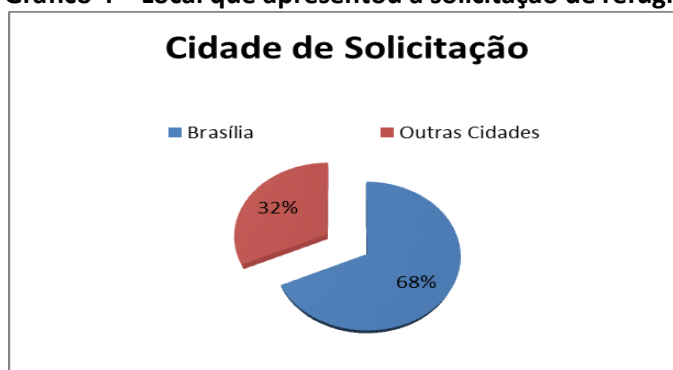
Gráfico 1 – Classificação por Gênero**Gráfico 2 – Escolaridade****Gráfico 3 – Estado civil****Gráfico 4 – Local que apresentou a solicitação de refúgio**

Tabela 1 – Novos solicitantes em 2014, por idade

Idade	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 18 anos	40	9	49
19-30 anos	569	23	592
31-40 anos	339	29	368
41 a 50 anos	65	9	74
51-60 anos	18	5	23
Acima de 60 anos	4	2	6
TOTAL	1035	77	1112

Fonte: registros do IMDH

Tabela 2 – Novos Solicitantes de Refúgio em 2014, por nacionalidade

País	Total	País	Total
Afeganistão	12	Iraque	17
África do Sul	3	Jordânia	1
Bangladesh	49	Líbano	3
Benin	2	Mali	2
Bolívia	2	Marrocos	2
Cabo Verde	2	Nigéria	28
Camarões	5	Palestina	13
Colômbia	14	Paquistão	196
Costa do Marfim	1	Quênia	1
Costa Rica	1	RDC	11
Cuba	5	República Dominicana	50
Egito	1	Senegal	160
Espanha	1	Serra Leoa	1
Gambia	1	Síria	69
Gana	405	Somália	27
Guiné	2	Sudão	5
Guiné – Bissau	6	Togo	2
Índia	3	Uganda	1
Irã	3	Venezuela	5
Total: 1.112 novos solicitantes no ano			

Tabela 2 – Processos de solicitantes de refúgio na região de abrangência do IMDH concluídos em 2014

Processos deferidos em 2014	100
Processos indeferidos em 2014	8
Desistências	2
Concessão de Residência pelo CNlg	51
Total	161

Fonte: Informações enviadas ao IMDH pelo CONARE

São de grande importância os convênios que o IMDH mantém com o ACNUR e o CONARE. Os recursos obtidos através destes convênios asseguram a atenção básica aos solicitantes e refugiados,

bem como contribuem parcialmente na manutenção da instituição. O IMDH conta com recursos de outras fontes, assim como com recursos próprios, mas os convênios são fundamentais na causa.

Para viabilizar estes Convênios, todas as providências e medidas preparatórias foram tomadas. A articulação com os órgãos concedentes foi sempre transparente e eficaz. Registramos aqui alguns momentos desta articulação:

- 28 a 30 de janeiro - São Paulo -SP – Reunião de Coordenação com os parceiros do ACNUR.
- 10 a 14 de fevereiro– Visita do auditor do ACNUR à sede do IMDH para auditar o Convênio ACNUR 13/BRAB/PF/IMDH.
- 6 de junho – Estiveram na sede do IMDH os funcionários do ACNUR, Rafael Rodovalho e Barbara Amaral, para avaliação e acompanhamento da execução do Convênio ACNUR 14/BRAB/PF/IMDH.
- 12 de novembro - Visita das representantes do ACNUR, Carolina Smid e Bárbara Amaral, para a última revisão do Convênio ACNUR 14/BRAB/PF/IMDH
- 31 de outubro – Encerramento do Convênio MJ 791214/2013
- 3 de dezembro – Aprovação da prestação de contas do Convênio MJ 791214/2013 pelo CONARE/MJ.

Além disto, o atendimento à população de interesse sempre foi fortalecido pela contínua interação do IMDH com lideranças governamentais, universidades, instituições religiosas e sociedade civil em geral, procurando sensibilizar a sociedade, subsidiar pesquisadores, jornalistas e estudantes de várias regiões do país e do exterior, além de promover e organizar eventos, elaborar e divulgar artigos e publicações várias.

3.3 Iniciativas e Ações diversas

3.3.1 Celebração do Dia Mundial do Refugiado

No dia 20 de junho, celebra-se o Dia Mundial do Refugiado. É habitual, por parte do IMDH, motivar e subsidiar a celebração desta data, fornecendo material com dados atualizados sobre a temática do refúgio no Brasil, organizar eventos, celebrações e debates, buscando sensibilizar e envolver a sociedade neste compromisso humanitário. Em 2014, a celebração em Brasília, ocorreu no dia 22 de junho, no Centro de Eventos da Vila Varjão. Linda confraternização, organizada pelos professores e professoras de português – voluntários do IMDH.

Grande confraternização, muita alegria, conagração entre as mais variadas nacionalidades, apresentações culturais, diversão, bingo, tudo contribuiu para a aproximação das pessoas, o envolvimento da comunidade, a sensibilização da sociedade, em torno deste tema do refúgio e da atenção e avanços necessários para que os refugiados tenham uma efetiva atenção e integração em nosso País. Houve 110 participantes beneficiados.

3.3.2 Ação Saúde para Refugiados e Imigrantes

Promoção e Realização:

- Centro de Saúde n. 3, do GDF, Samambaia Norte/DF e
- Instituto Migrações e Direitos Humanos

Local e data da realização: Centro de Saúde n. 3, de Samambaia Norte – DF – 20/09/2014.

O Distrito Federal (DF) é destino e trânsito de migrações internacionais e se configura também como porta de entrada e residência de imigrantes, refugiados e refugiadas. Em geral, acompanhar as migrações internacionais e as questões de refúgio é atribuição do governo federal. Mas, é na esfera local que ocorre efetivamente a integração destas pessoas. Igualmente, é na esfera local, que se busca promover ações essenciais para a efetiva acolhida e para suprir as necessidades básicas, sobretudo na fase inicial de sua chegada, sempre muito crítica por não possuírem condições ou recursos para prover alimentação, moradia, roupas, atenção à saúde, etc.

Assim, considerando que em junho e julho de 2014, chegaram muitos solicitantes de refúgio de Gana, após a realização de uma força tarefa para obter para todos eles a documentação – Protocolo da Polícia Federal, CPF e Carteira de Trabalho – o diretor do Centro de Saúde de Samambaia percebeu a necessidade de realizar uma ação de saúde, para oferecer a esta população oportunidade de acesso a consultas, vacinas, e outros serviços de saúde que a rede pública pode disponibilizar. Foi fundamental a ação do IMDH naquela Região Administrativa por isto foi construindo uma parceria que sensibilizou os profissionais da saúde, especialmente o Diretor do CSSam03, onde a maior parte dos refugiados reside. O Diretor destaca a ação do IMDH que, segundo ele expressa, “tem prestado apoio, atenção e assistência, especialmente no compartilhamento das informações acerca dos domicílios e nas ações de tradução em eventos públicos voltados para aquela população”.

Justificativa

A população de migrantes e refugiados (documentados ou não) se configura como grupo populacional em situação de vulnerabilidade sob os aspectos: social, econômico e político. A vulnerabilidade se dá principalmente na fase inicial, a partir de sua chegada até conseguir razoável integração e condições de autonomia, na comunidade local. O idioma representa uma barreira muito séria para o acesso aos direitos sociais, devido à distância entre os idiomas de quem chega e dos que já estão no território. Diante da falta de uma política pública distrital que regulamente o acesso de migrantes internacionais à saúde, faz-se necessária a realização de ações de saúde específicas, que garantam o direito de acesso à saúde de forma universal, equânime e integral, de acordo com os princípios constitucionais que fundamentam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Objetivo Geral: Prover acesso ao SUS de maneira universal, equânime, integral para todos os imigrantes e refugiados residentes em Samambaia.

Objetivos Específicos • Promover saúde e inclusão nos sistemas de informação do SUS; • Facilitar o acesso a ações de prevenção e proteção à saúde; • Prevenir os agravos infecciosos e crônicos mais prevalentes; • Promover assistência integral à saúde; • Obter dados que possam facilitar ou favorecer o planejamento da atenção à saúde da população de migrantes e refugiados.

Método Pretende-se identificar a população de imigrantes e refugiados(as) em situação de vulnerabilidade, no território da Samambaia, por meio de uma ação de saúde, a ser realizada no CSSam03, nos moldes de uma campanha vacinal, porém com maior quantidade de serviços ofertados e integrados. Após a ação, de posse de todos os dados levantados, pretende-se fazer encaminhamento responsável das pessoas, para suas respectivas equipes para a continuidade das ações de assistência.

Cronograma:

- Agosto: Reuniões com a DIRAPS para formalizar a construção de ação específica; Reuniões com o DHR para identificar parcerias para possíveis intervenções; Reunião Inter setorial de planejamento com DIRAPS, NVEI, NSS, Coord. Regional de DST, AIDS e Hepatites Virais, NCIH; Convite aos servidores do CSSam03 para participar da ação;

- 11/09/2014 – Ação de diálogo com os migrantes da área de abrangência do CSSAM 03;
- 18 e 19/09/2014 – Reunião de alinhamento para finalizar a organização do evento e sanar as necessidades identificadas do planejamento;
- 20/09/2014 – “Dia D”. Ação integral de assistência em saúde. Ações programadas: 1) Confecção de cartão SUS e realização de Cadastro no SIAB, por meio da Ficha A; 2) Identificação de pessoas



sob vulnerabilidades; 3) Pesquisa e captação de sintomáticos respiratórios e avaliação de Tensão Arterial; 4) Orientação e tratamento para infestação por vermes; 5) Prevenção do câncer do colo uterino em população alvo; 6) Consulta de médico e de enfermeiro para rastreio de DST e DCNT, com avaliação de risco cardiovascular e realização de ECG, quando necessário; 7) Imunização: imunobiológicos padrão para adulto conforme acordado na reunião com

NVEI (Tríplice Viral, dT, Sabin, Febre Amarela e Hepatite B); 8) Realização de Teste Rápido (Sífilis e HIV) com orientação pré e pós teste; 9) Sorologia para hepatites virais e Doença de Chagas; 10) Distribuição de Preservativos masculinos e femininos e material informativo bilíngüe; 11) Orientações acerca dos direitos e equipamentos públicos de apoio aos migrantes e refugiados no Brasil (parceria do IMDH).

Avaliação Final: A ação foi realizada integralmente ao longo do dia 20 de setembro. Havia sido programada para ocorrer das 08h às 11h30min, mas na realidade se estendeu até 16:30 horas, podendo assim atender inclusive os que voltavam após o trabalho. Foi unânime a percepção e a manifestação de que foi um sucesso. Foram atendidas **97 pessoas**, tendo sido oferecidas a cada uma todas as Ações programadas, segundo suas necessidades ou características pessoais. Além dos serviços prestados, é de se ressaltar a solidariedade de todos os participantes, profissionais da saúde, auxiliares e tradutores. Uma valiosa iniciativa e um ótimo resultado, cujo desdobramento se estende no tempo, sendo que cada um dos atendidos terá seu caso acompanhado ou encaminhado às respectivas equipes de acompanhamento no próprio Centro de Saúde ou outras unidades, se for o caso.

Ir. Rosita Milesi – Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

Thais Fonseca Lima, Coordenadora

Marcos Antônio Trajano Ferreira ENASF/CSSam03 Gerência/CSSam03

Ciente e de acordo, Alexandra Gouveia de Oliveira Miranda Moura DIRAPS/CGSSAM

3.3.3 Diagnóstico Participativo - Realizado na Sede do IMDH, dia 11/12/2014

O diagnóstico participativo com refugiados e solicitantes de refúgio já é uma prática habitual das entidades de atenção aos refugiados no Brasil. Esta prática é estimulada e acompanhada diretamente pelo ACNUR, o qual recomenda, entre outros itens, que se leve em consideração a questão da Transversalidade de Idade, Gênero e Diversidade (IGD, em inglês “Age, Gender & Diversity Mainstreaming” – AGDM).

O objetivo principal do diagnóstico é identificar as lacunas, falhas e problemas percebidos pelos refugiados, propor encaminhamentos para solução, bem como destacar pontos positivos ou boas práticas que os solicitantes e refugiados perceberam no período de 2014 e apresentar sugestões e propostas para 2015.

Para melhor considerar a dimensão de gênero, idade e diversidade, a atividade foi realizada em três grupos separados: Mulheres e crianças; Homens que já entendem e falam um pouco português; Homens cujo idioma ainda é somente o Inglês.

Objetivos específicos:

- implementar um sistema que amplie a participação dos refugiados no planejamento das ações e atividades para 2015;
- reforçar a capacidade operativa, de forma que todos os funcionários assumam responsabilidade em promover a igualdade de gênero e os direitos dos refugiados;
- operacionalizar a Agenda para a Proteção, com uma abordagem baseada nos direitos e nas comunidades (*rights and community based approach*).

Homens - Número de Participantes: 10

Tema	Lacunas/Problemas	Sugestões/Propostas/ Idéias	Pontos muito positivos
<u>Educação:</u>	Demora no reconhecimento de diplomas e Certificados; É difícil trabalhar e estudar, devido aos horários e demora no transporte público; Poucas informações sobre as possibilidades de aperfeiçoamento e educação oferecidos no Brasil; Oferta de aulas de português não beneficia os moradores de todas as cidades Satélite do DF e o deslocamento aos locais onde há aula é difícil e caro;	Realizar mais convênios com as Universidades, para facilitar o acesso do refugiado ao ensino superior; Melhorar o acesso dos migrantes e refugiados ao estudo; As Universidades poderiam ofertar disciplinas em língua estrangeira; Capacitar mais os agentes públicos para oferecerem maiores informações sobre possibilidades de educação no Brasil; Aumentar a oferta de aulas de português para refugiados;	As aulas de português que são oferecidas pelo IMDH e UNB em vários locais do DF; O transporte escolar gratuito – DFTrans
<u>Documentação:</u>	O tempo de espera para obter a decisão do CONARE é muito longo; Demora do CONARE em marcar e realizar as entrevistas; Falta de informações/orientação por parte do governo, o que obriga as pessoas a pagarem para outros solicitantes (intermediários que estão no Brasil há mais tempo) para obter certas informações e serviços; Falta de divulgação suficiente sobre os serviços que o IMDH pode prestar; Demora na emissão das Carteiras de Trabalho;	Aumentar os postos públicos de atendimento ao estrangeiro, sobretudo no que se refere à expedição da CTPS. Em todo o DF apenas dois lugares fazem esse serviço. Maior celeridade do CONARE em marcar as entrevistas; Sensibilizar órgãos governo e a sociedade a fim de tornar conhecido e reconhecido o protocolo que o solicitante utiliza como documento. Seria bom obter informações sobre o IMDH já ao solicitar refúgio na Polícia Federal;	A força tarefa realizada pelo IMDH em parceria com a Polícia Federal, CONARE e Ministério do Trabalho, com apoio do GDF; Ponto positivo a destacar: foram bem atendidos quando necessitaram de serviços públicos. A simples obtenção de Documentos já é um ponto muito positivo;
<u>Moradia</u>	A Moradia é um problema na chegada; nas primeiras semanas não há alternativa senão ficar em casa de amigos até que consiga um lugar. Faltam abrigos públicos; Contam somente com contatos pessoais para encontrar moradia; Dificuldades em lidar com os proprietários de imóveis, por não terem fiador, não sabem o idioma e podem ser facilmente	Propor ao Governo que habilite mais albergues que possam acolher os refugiados e os migrantes, pelo menos na fase inicial de sua chegada.	Os colegas da mesma nacionalidade em geral são aqueles que apoiam para acolher na chegada;

	enganados;		
<u>Integração e discriminação</u>	Maiores problemas ficam por conta da barreira linguística e da falta de um programa de governo para integração de refugiados; Relatam problemas em termos de relações trabalhistas (empregador x empregado), tal como falta de pagamento, falta de clareza de direitos, etc.;	Trabalhar mais a dimensão cultural para favorecer a interculturalidade e a vida dos imigrantes e refugiados;	A acolhida carismática do povo brasileiro; Com as pessoas do Brasil é fácil de fazer amizade; em geral, os brasileiros são receptivos com estrangeiros; O restaurante comunitário é muito especial, a comida é boa; O apoio do IMDH é muito bom em todos os serviços: alimentação, ajuda nos documentos, apoio, atendimento, orientação.
<u>Saúde:</u>	O sistema de saúde do Brasil não tem diferença entre estrangeiros e brasileiros, por isso não há dificuldade de acesso à saúde. Há dificuldade ou problemas no atendimento quando o migrante ou refugiado fala outra língua; Relatam experiências bastante positivas, os únicos problemas ficam por conta do idioma;	Para solucionar o problema indicado, os refugiados propõem que os centros de Saúde deveriam contar com pelo menos uma pessoa que fale inglês para servir de tradutor ou intérprete no atendimento sempre que necessário;	Muito positiva a “Ação Saúde” realizada pelo Centro de saúde de Samambaia Norte em parceria com o IMDH, pois todos os refugiados e solicitantes puderam ser atendidos e receberam medicação.
<u>Trabalho</u>	Dificuldade em exercer a própria profissão no Brasil. Reclamações sobre as jornadas do trabalho mais extensas do que a lei estabelece; Dificuldade para saber onde há vagas disponíveis no mercado. Atraso no pagamento dos salários e outras vezes o não pagamento.	O MTE poderia intensificar a fiscalização nos lugares de maior presença de trabalhadores estrangeiros; Sugerir a contratação de migrantes e refugiados em entidades públicas nacionais, estaduais ou regionais criando mais opção para a inserção laboral. O governo deveria ter uma central para informar sobre vagas e facilitar esta informação aos refugiados e imigrantes e seus contatos com as empresas.	E muito positiva a possibilidade e também facilidade de obter CTPS é de grande valia para todos; Ter emprego é um aspecto muito positivo
<u>Reunião Familiar</u>	A família como célula da sociedade deve estar reunida, porém não é fácil para o migrante trazer sua família e garantir-lhe a documentação necessária. Muita demora em iniciar o procedimento de reunião familiar o que acaba colocando familiares em situação de perigo;	Sugerir que CONARE dê prioridade às solicitações de reunião familiar.	

MULHERES - Participantes: 3 Mulheres, duas crianças e um bebê.

Tema	Lacunas/ entraves	Sugestões/Propostas/	Pontos positivos mais destacados
<u>Educação</u>	É difícil procurar emprego porque a	Implementar mais cursos de	Muito boa e importante a

o	<p>gente não sabe falar português e é fundamental saber a língua portuguesa.</p> <p>A maior dificuldade para criança é porque não fala português e por isso a escola faz dificuldade na aceitação.</p> <p>Às vezes faltam vagas para as crianças nas escolas da região.</p> <p>Existe problema na educação porque os professores não falam uma segunda língua como o espanhol ou inglês.</p> <p>Onde não há aula de português, a gente tem que aprender a língua no trabalho.</p>	<p>português em outras regiões do DF;</p> <p>Solicitam capacitação em confecção.</p> <p>Seria necessário que os professores nas Escolas se capacitassem na língua espanhola para melhorar o atendimento às crianças imigrantes.</p>	<p>mediação e as iniciativas do IMDH para aulas de português, porque são necessárias e fazem uma grande diferença na vida;</p> <p>Foi muito importante o acompanhamento do IMDH para conseguir vaga na escola para as crianças;</p> <p>Muito positivo o ingresso do filho na Escola e o tratamento dispensado ao menino pelos professores;</p> <p>Ter o transporte escolar gratuito pelo DFTrans é uma coisa muito boa.</p>
<u>Documentação:</u>	<p>A solicitação de refúgio demora até mais de dois anos para ser decidida, segundo uma participante;</p> <p>Entre outras coisas a polícia questionou porque não fiz meu pedido pelo Acordo do MERCOSUL. Mas, eu quero refúgio por causa da perseguição;</p>	<p>As decisões do CONARE são muito burocráticas e morosas; precisa agilizar.</p> <p>Pensar na agilização dos processos e decisão do CONARE dos casos de pedido de refúgio.</p> <p>Quando acumula muitos processos na PF e tem que agendar com muito tempo, seria bom fazer uma força tarefa e colocar tudo em dia;</p>	<p>O atendimento no IMDH, na Polícia Federal e Superintendência do Trabalho foi muito boa;</p> <p>Quando o processo é feito com base em filho brasileiro os documentos saem mais rápido, é melhor do que refúgio;</p> <p>As participantes manifestam que estão contentes porque todas tem carteira de trabalho, identidade e CPF.</p>
<u>Moradia</u>	<p>O aluguel muito caro, porque no início, quando chegou, foram morar em 4 mulheres no apartamento, mas depois, quem conseguiu emprego saiu e a que tem nenê ficou sozinha, tendo que assumir o aluguel.</p> <p>Há pessoas que gostariam de poder comprar casa ou terreno, mas aqui no DF isto é praticamente impossível;</p> <p>Há donos de imóveis que exploram os imigrantes porque são novos e não tem alternativa senão alugar direto com os proprietários;</p>	<p>Brasília necessita aumentar sua capacidade de acolher temporariamente a população vulnerável.</p> <p>É urgente aumentar capacidade de abrigos temporários para pessoas necessitadas e pessoas em vulnerabilidade.</p> <p>Que as pessoas em situação de vulnerabilidade tenham um auxílio para pagar aluguel durante pelo menos 3 meses;</p>	<p>É muito bom o aluguel destinado a funcionários da empresa (algumas empresas oferecem casa gratuitamente).</p>
<u>Integração e discriminação</u>	<p>As migrantes e refugiadas sentem resistência das pessoas por causa do idioma.</p> <p>Uma das participantes disse que não conseguiu ser atendida no CRAS porque não havia ninguém que falassem ou entendesse inglês.</p>	<p>Fazer capacitação a agentes do governo principalmente de órgãos que atendem o público.</p> <p>Deveria haver alguém que entenda e fale um pouquinho de outros idiomas nos locais de atendimento, inclusive nos CRAS e CREAS.</p>	<p>Uma criança que participou do Diagnóstico disse que os companheiros da escola e o professor tratam bem, que está feliz e que tem muitos amigos no colégio.</p> <p>“No Brasil por ser um País cosmopolita e heterogêneo não existem sintomas de discriminação</p>

			na população”, afirma uma participante.
<u>Saúde:</u>	Uma participante diz que sente dor abdominal, mas o médico só passa remédio que não resolve o problema. Uma participante que tem um bebê de 4 meses afirma que fez o pré-natal e o parto pelo SUS e que sempre foi bem atendida.	Ter gente que entenda inglês ou espanhol nos Centros de Saúde e nos Hospitais	Tive atendimento médico e hospitalar muito bom, especialmente durante a gravidez e o nascimento da minha filhinha; Outra afirmou que o filho tem assistência de saúde e está sendo vacinado. Uma das participantes disse que tem plano de saúde pela empresa do marido e sempre foi bem atendida.
<u>Trabalho</u>	A maioria das refugiadas e migrantes tem problema no momento de procurar trabalho por não saber o idioma. Há poucas oportunidades de emprego para mulheres e também há escassez de vagas na área que as mulheres se sentem preparadas.	Pedem para fazer cursos de capacitação em costura e confecção	A explicação à empresa que podemos trabalhar regularmente.
<u>Reunião Familiar</u>	Esperou um ano para vir ao Brasil, depois que o marido já estava aqui; A reunião familiar foi por conta própria, pagou do bolso sua passagem. Tem outra filha na África e faz um ano que não a vê. Pretende trazê-la assim que seja possível.	Pedem que haja mais rapidez nos processos de reunião familiar, pois é muito angustiante estar longe dos filhos; Uma vez que o governo demora muito para decidir os processos, pedem que seja possível fazer reunião familiar dos filhos mesmo enquanto estão aguardando a decisão.	O apoio que o IMDH deu quando ela veio ao Brasil, junto com o menino, para reunir-se com o marido que já estava aqui.

As pessoas beneficiadas na realização do Diagnóstico participativo foram 16, sendo 10 homens, 3 mulheres e três crianças.

3.4. Outros Eventos e Atividades de Capacitação

O IMDH incentiva, apoia, organiza e participa de eventos de cunho formativo e informativo com a intenção de divulgar e sensibilizar a sociedade para a causa do refúgio e das migrações. Com a promoção, atuação e participação de sua equipe, destacam-se os seguintes eventos:

- a) 26 de março – Brasília – DF - Reunião com representantes da Casa de Acolhida Santo André, para estreitar os laços e fortalecer a parceria, no que se refere ao encaminhamento de solicitantes de refúgio necessitados de albergamento.
- b) 16 de abril – Brasília – DF – Conferência do lançamento do livro e sessão de autógrafos do Sr. Presidente da República de Gana, John Dramani Mahama, por ocasião da 2ª Bienal do Livro e da Leitura de Brasília

- c) 24 de maio – Brasília – DF – Reunião com o Grupo de Cônjuges de Chefes de Missão Diplomática, visando estabelecer uma parceria e apoio na assistência a refugiados. A reunião resultou num projeto de apoio financeiro que permitiu ajudar **a 54 pessoas**.
- d) 30 de maio a 1º de junho – São Paulo – SP – 1ª Conferência sobre Migração e Refúgio – COMIGRAR. O IMDH participou deste processo com a realização de várias conferências no DF e também enviando delegados à Etapa Nacional, realizada em São Paulo.
 - e) 22 de junho – Brasília – DF – O IMDH, com a fundamental coordenação dos professores e professoras de português do Varjão e de Samambaia organizou, com o apoio do ACNUR, a festa em comemoração ao Dia do Migrante e Refugiado.
 - f) 15 de setembro – Brasília – DF – Reunião com o Diretor Geral do DFTrans, senhor Jair Tedeschi, para apresentar o pedido e justificar o direito ao Passe Livre para os solicitantes de refúgio que frequentam as aulas de português em diferentes localidades, mas todos vinculados à UNB. Foi uma reunião muito produtiva, sinalizando a possibilidade de atendimento a este pleito, devendo, para tanto, atender as exigências habituais. Ficou marcada uma reunião posterior, nos próximos dias, com o Coordenador do Passe Livre DFTrans para estabelecer os procedimentos práticos sobre o tema.
 - g) 18 de setembro – Brasília – DF – Reunião com o Coordenador do Passe Livre, do DFTrans, para tratar dos detalhes e encaminhamentos relativos à emissão do passe livre aos estudantes de português, conforme reunião havida aos 15 de setembro, com o Diretor do DFTrans. Foram estabelecidos os procedimentos a serem feitos pelo IMDH e UNB. A reunião foi muito produtiva, e o resultado foi a concessão do Passe livre a todos os alunos que necessitassem se deslocar para as aulas tanto para Samambaia, quanto para o Varjão, igualmente aos alunos frequentadores do NEPPE. Total de beneficiados: 20
 - h) 18 de setembro – Brasília – DF – Reunião entre IMDH e Dr. Marcos Trajano, do Centro de Saúde nº 3, em Samambaia Norte, para traçar os detalhes da Ação de Saúde para solicitantes de refúgio e refugiados residentes naquela região.
 - i) 20 de setembro – Brasília – DF – Realização da Ação de Saúde em Samambaia. Relatório completo consta no item 3.3.2, do presente Capítulo.
 - j) 8 de novembro – Brasília – DF – Comemoração do Dia Universal da Criança. Ampla e bela comemoração, promovida por IMDH, com apoio do ACNUR e IKMR. O evento ocorreu na Casa de Cultura do Varjão, cedida gratuitamente pela Administração da Região XXIII (Varjão). Valiosa oportunidade de integração de crianças refugiados, imigrantes e autóctones, assim como favoreceu a aproximação de famílias e sua inserção na realidade brasileira, através de apresentações lúdicas e artísticas de diversos países. Participaram 50 imigrantes e refugiados.
 - k) 30 de novembro – Brasília – DF – Encontro, na Cidade Satélite Estrutural, com as integrantes da 'Rede Borboletas', ONG colombiana que recebeu do ACNUR o Prêmio Nansen 2014. O IMDH, representado pela Diretora e algumas refugiadas, participou do encontro e pode conhecer melhor a história do grupo, suas lutas, seus avanços, além de participar dos debates e apresentações culturais promovidas por diferentes organizações sociais de apoio e defesa dos direitos da mulher, do Distrito Federal.
 - l) 2 e 3 de dezembro – Brasília – DF – Evento para a celebração dos 30 anos da Declaração de Cartagena, instrumento regional de grande importância na proteção aos refugiados. Contou com a presença do senhor Ministro da Justiça, do Alto Comissário das Nações Unidas para os

Refugiados, Ministros de Estado de países da América Latina, membros da Sociedade Civil e demais convidados. Pelo IMDH estiveram presentes, a Diretora e vários colaboradores.

3.5 COMIGRAR

A 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio – COMIGRAR foi uma iniciativa governamental que abordou a questão migratória no Brasil, mobilizando nacional e internacionalmente diversos atores interessados no tema e nas discussões dos conceitos centrais da política migratória.

A etapa culminante ocorreu nos dias 30 de maio e 1º de junho de 2014, em São Paulo. Foi coordenada pelo Ministério da Justiça em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações – OIM e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Ao longo de todo o processo que culminou na Conferência Nacional, houve o envolvimento de migrantes, refugiados, profissionais envolvidos na temática migratória, estudiosos, pesquisadores, sociedade civil e representações diversas que vivenciam a realidade da migração e do refúgio. Todo o processo visou promover e motivar a reflexão coletiva, buscando elaborar aportes para a construção de um Plano Nacional de Migração e Refúgio. Durante todo o processo de implementação da 1ª COMIGRAR houve a realização de eventos participativos, mobilizando a população e todos os atores locais que por motivos de trabalho ou outros estavam direta ou indiretamente ligados à temática migratória.

O IMDH, representado pela Diretora e por refugiados delegados, residentes em Brasília, participaram da etapa nacional, em São Paulo. Antes, porém, O IMDH participou ativamente na preparação, execução e avaliação da COMIGRAR no Distrito Federal, com as seguintes realizações:

- a) 16 de janeiro - Reunião do Comitê de Acompanhamento das Políticas em Migração e Refúgio. O ponto central da reunião foi o debate e a compreensão da COMIGRAR, preparando e estimulando a equipe para a realização das etapas preparatórias à Conferência Nacional.
- b) 18 de fevereiro - Conferência regional da COMIGRAR em Samambaia - DF.
- c) 27 de fevereiro - Reunião na Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST em preparação à Conferência Distrital – COMIGRAR do Distrito Federal e suas conferências preparatórias.
- d) 28 de fevereiro - Conferência regional da COMIGRAR em Sobradinho - DF.
- e) 01 de março - Conferência livre em Samambaia com os alunos, colaboradores e professores do curso de português para imigrantes e refugiados. Além das propostas e sugestões debatidas, foram escolhidos os delegados, para a Conferência Distrital, uma refugiada síria e um solicitante de refúgio de Bangladesh. Participaram ao todo 107 pessoas.
- f) 7 de março – Conferência Regional no Gama, com a participação e colaboração do IMDH.
- g) 8 de março – Conferência Livre no IMDH. Houve exposição de temas, debates e troca de ideias sobre a temática das migrações e do refúgio. Foram feitos trabalhos em grupo, elaboradas propostas para a COMIGRAR e eleitos dois delegados.
- h) 14 de março – Reunião na SEDEST em preparação à COMIGRAR Distrital.

- i) 21 de março – Realização da I Conferência sobre Migração e Refúgio do Distrito Federal, com dupla finalidade: avaliar e propor iniciativas para avançar na questão e em políticas migratórias no DF, bem como elaborar propostas e eleger os delegados do DF à Conferência Nacional (COMIGRAR).
- j) 26 de março - Reunião de avaliação da COMIGRAR – DF. O resultado dos trabalhos foi considerado altamente positivo, de grande proveito e com significativas propostas tanto para o DF quanto para o âmbito nacional, com vistas a implementar políticas públicas em favor dos migrantes e dos refugiados.

3.6 Setor de Proteção

A atuação do Setor de Proteção está centrada em dois eixos fundamentais: a) a representação da sociedade civil junto ao CONARE, o que pressupõe a realização de entrevistas de elegibilidade e participação de reuniões do GEP e do CONARE; b) a assistência aos refugiados e solicitantes de refúgio no âmbito do processo administrativo de refúgio e nas consultas jurídicas referentes a questões cotidianas, relativas à sua permanência no país. Em ambas as atividades, o setor de Proteção experimentou consideráveis desafios em função do aumento de atendimentos, em especial de solicitantes do Paquistão e Gana.

3.6.1. Entrevistas

As entrevistas são parte essencial na instrução do processo de reconhecimento da condição de refugiado. Além do foco na análise do mérito do refúgio, a entrevista é também uma oportunidade para identificar necessidades específicas na assistência aos solicitantes e refugiados. As entrevistas realizadas pelo assistente jurídico objetivam colher as informações necessárias para apreciação da solicitação de refúgio. O parecer de elegibilidade que o setor jurídico emite é uma composição das informações prestadas pelo solicitante quando da entrevista e as informações alcançadas por meio de uma pesquisa de país de origem para visualizar a real situação no ambiente de origem do solicitante.

Tabela 1 – Pessoas atendidas e entrevistadas para elaboração do Parecer de Elegibilidade

País de nacionalidade dos solicitantes	Solicitantes entrevistados
Paquistão	121
Gana	119
Bangladesh	26
RDC	09
Afeganistão	09
Outros países	32
Total	316

Uma das maiores dificuldade enfrentadas durante as entrevistas foi a questão linguística. Como visto na tabela, foi expressivo o número de solicitações de nacionais do Paquistão, dos quais, uma parcela significativa não se expressava em nenhum dos idiomas de domínio dos entrevistadores, pois a maior parte dos solicitantes fala idiomas locais das regiões de origem. Por isso, foi necessário o auxílio de interpretes e estes foram trazidos pelos próprios solicitantes. Cabe aqui ressaltar que, apesar da boa vontade, nem sempre possuem a capacidade e o conhecimento técnico para exercer com competência essa função. Não havendo recursos para contratar profissionais, o caminho é valer-se dos colegas de boa vontade dos solicitantes.

Quanto aos ganeses, em geral, são fluentes em inglês e, assim, o idioma não foi problema. A dificuldade, no caso, ficou por conta do número elevado de solicitantes em um curto espaço de tempo. Ademais, em regra, os solicitantes de Gana chegavam ao escritório do IMDH em grupos numerosos, impossibilitando a entrevista imediata. Optou-se pelo agendamento para data posterior, mas não sem realizar um atendimento por grupo, onde eram sanadas dúvidas, fornecidas orientações gerais com relação ao procedimento de refúgio, bem como sobre direitos e deveres de solicitantes de refúgio no Brasil. Apesar da dificuldade de retornarem posteriormente para a entrevista, entende-se que o método de prestar algumas orientações em grupo foi o mais adequado e eficiente no contexto, pois assim, todos receberam informações básicas importantes para sua vida no Brasil.

3.6.2 Apoio ao CONARE para a realização das entrevistas:

Sempre atento à importância da realização das entrevistas não apenas pela sociedade civil e pelo CONARE, o IMDH buscou auxiliar na garantia deste procedimento. Disponibilizou, no primeiro semestre de 2014, espaço e apoio na sede do próprio Instituto para os entrevistadores do CONARE.

A partir de junho, o CONARE remanejou seu espaço e as entrevistas passaram a ser realizadas no Ministério da Justiça. Mas, o apoio do IMDH foi mantido, agora através do agendamento das entrevistas, do encaminhamento dos solicitantes de refúgio e do acompanhamento de todo o desenrolar desta etapa de fundamental importância para uma justa avaliação das necessidades de proteção dos solicitantes. O tempo que o CONARE dedica para as entrevistas é bastante limitado e o total de encaminhados pelo IMDH aos entrevistadores do CONARE foi de apenas 47 pessoas.

O setor de proteção, além da entrevista para fins de elegibilidade, também se encarrega de prestar informações e orientações legais. Para tanto, é imprescindível que o solicitante tenha a oportunidade de conversar reservadamente com o profissional, sem o temor de que qualquer informação seja erroneamente utilizada em seu desfavor. A importância deste encontro reservado está inclusive expressa no ordenamento jurídico brasileiro, assim como nos tratados de direitos humanos, para os mais diversos procedimentos, não podendo ser diferente com a solicitação de refúgio.

3.6.3 Elaboração de pareceres

A partir da realização da entrevista, o assistente de proteção elabora o parecer de elegibilidade, emitindo a opinião técnica sobre o mérito do reconhecimento da condição de refugiado. Em 2014, em virtude da chegada de novos e diversos fluxos migratórios ao território brasileiro, com variados e originais relatos, e com as mais diversas e desafiadoras situações vividas em seus países de origem, a elaboração de pareceres devidamente fundamentados foi um desafio constante.

No total, foram elaborados 109 pareceres. Ademais, a partir do segundo semestre buscou-se manter o encaminhando mensal de pareceres ao CONARE, a fim de contribuir para a eficiência e celeridade do procedimento. Entre setembro e novembro de 2014, foram encaminhados ao CONARE 49 (quarenta e nove) pareceres de elegibilidade, mas, lamentavelmente, apenas 03 (três) casos foram incluídos em pauta e decididos pelo CONARE. É verdade que a eventual impossibilidade de entrevista e decorrente ausência de parecer da sociedade civil não representam, *a priori*, um óbice à tomada de decisão quanto ao mérito da solicitação de refúgio. Mesmo assim, não sendo imperativo para a resolução do processo, o IMDH buscou dar a atenção e seriedade ao cumprimento desta etapa, pois a considera fundamental para orientar e auxiliar para uma justa e correta decisão.

A descrição pormenorizada dos pareceres é muito mais ampla do que o presente relatório. Porém, cabe referir brevemente algumas questões recorrentes entre os fluxos migratórios mais significativos do ano de 2014, ou seja, paquistaneses e ganeses.

Quanto ao Paquistão, a maior parte dos solicitantes alega serem perseguidos por forças não governamentais ligadas ao Talibã. Em geral, tal relato tende a ensejar um parecer positivo, embasado em perseguição contra grupos sociais diversos, tais como comerciantes, professores de escolas para meninas, trabalhadores de vacinação contra poliomielite, ativistas de direitos, entre outros. A perseguição contra membros de partidos políticos também parece ser uma constante no Paquistão, em especial contra partidos laicos, ou que visem promover a independência da região da Caxemira. Por fim, ainda no Paquistão, vale mencionar a relação entre sunitas e xiitas, que parece haver se deteriorado nos últimos meses, ocasionando um aumento de solicitantes alegando esse conflito como razão fundamental para deixar seu país de origem.

Com relação aos solicitantes de Gana, registra-se que um número considerável não alega perseguição em seu país de origem, apontando como razões de imigração, sobretudo, questões econômicas e/ou fatores alheios à temática do refúgio. Entretanto, foram identificadas algumas situações de perseguição naquele país, que apontam para a condição de refugiado. Em especial, dois grupos estariam nessas condições. Em primeiro lugar, indivíduos de orientação homossexual, uma vez que tal conduta é tida como ilegal em Gana. Segundo, existem indicativos que determinados conflitos agrários em Gana são tão graves, que podem caracterizar perseguição contra proprietários rurais.

3.6.4. Apoio ao Setor através do voluntariado

Com muita satisfação, o IMDH destaca uma iniciativa que muito beneficiou e contribuiu para a eficiência e produção de trabalho do setor jurídico. Trata-se da incorporação de voluntários, tanto para colaborar em algumas entrevistas, quanto, sobretudo, nas pesquisas de país de origem e na busca de subsídios para a melhor elaboração dos pareceres de elegibilidade. Com, isto, a partir do segundo semestre, o setor contou com o apoio de quatro voluntários de diferentes áreas, de modo a possibilitar uma informação interdisciplinar importante para o Setor e acima de tudo para a eficiência da ação em favor dos solicitantes de refúgio.

Há duas modalidades de colaboração dos voluntários da área: presencial e à distância. Assim, foi possível atender às possibilidades dos voluntários e também aos diferentes âmbitos da demanda neste setor. Com satisfação, registra-se que o auxílio desses voluntários em muito benéfica, pois permitiu uma análise mais detalhada e pormenorizada das questões e problemáticas apresentadas pelos solicitantes de refúgio e pela realidade dos diversos países de procedência.

3.6.5. Elaboração de peças Recursais

Em 2014, o Setor de Proteção dispensou assistência legal a solicitantes que tiveram seus pedidos indeferidos, elaborando os respectivos Recursos ao Ministro da Justiça, como prevê a legislação de refúgio do Brasil. A elaboração dos recursos foi precedida por uma breve entrevista que objetiva contextualizar a questão e verificar a existência de novos elementos pertinentes à demanda. No total, foram elaborados 08 recursos ao Ministro da Justiça, referentes a solicitações de refúgio indeferidas pelo CONARE. Não há decisões pro parte do Ministro e os casos terão continuidade em 2015.

3.6.6. Atendimentos Diversos

A condição de refugiado pode implicar em várias dúvidas de cunho jurídico, considerando o desconhecimento do solicitante sobre a legislação do país em que ele se encontra. Neste contexto, o Setor de Proteção prestou auxílio a solicitantes e refugiados esclarecendo e oferecendo orientações pontuais em resposta às demandas que foram apresentadas, em especial no que se refere a esclarecimentos sobre questões trabalhistas. Ainda, conforme a demanda apresentada, buscou-se dirigir os casos mais complexos às instituições responsáveis pelos temas levantados: Defensoria Pública, Polícia Federal, sindicatos, entre outros.

Ainda no que se refere a atendimentos diversos, vale referir a entrevista realizada e todos os encaminhamentos e contatos necessários para viabilizar a reunião familiar solicitada por um refugiado do Paquistão. Todos os procedimentos foram feitos e o caso foi encaminhado ao ACNUR, para o suporte deste Órgão na vinda da família. O caso foi sempre acompanhado e já teve o resultado esperado, pois a família, composta por 5 membros (esposa e 4 filhos) chegou ao Brasil em 10 de dezembro de 2014.

3.6.7. Acompanhamento de Ações Judiciais

Entre as orientações e encaminhamentos prestados durante o ano de 2014, cabe destacar o caso de um menor de idade oriundo de Gana, que chegou ao Brasil desacompanhado. Nestas circunstâncias, realizou-se o contato e encaminhamento do menor à Defensoria Pública do Distrito Federal, para ingresso da Ação de Guarda e Responsabilidade. A referida ação foi autuada em 08 de novembro de 2014, sob o número 2014.01.3.010674-2. Em 19 de dezembro de 2014, obteve-se como medida liminar, em caráter provisório, o Termo de Guarda e Responsabilidade em favor do menor em questão. Atualmente o processo aguarda decisão de mérito definitiva por parte do Juiz da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

OIMDH atuou em processos semelhantes em 2013, os quais foram autuados sob os números 2013.01.3.008911-7 e 2013.01.3.008912-5, envolvendo dois menores desacompanhados, vindo do Bangladesh. Durante o ano de 2014, realizou-se o acompanhamento das referidas ações, as quais seguiram um trâmite mais lento do que o desejado, em especial por força da não concessão da medida liminar. Neste sentido, o processo 2013.01.3.008911-7 foi arquivado, em razão do adolescente para o qual se buscava obter a guarda haver completado a maioridade. Já a ação 2013.01.3.008912-5 ainda encontra-se em andamento, aguardando a decisão de mérito.

Outro ponto significativo do Setor de Proteção foi o acompanhamento de procedimentos criminais envolvendo solicitantes de refúgio, no caso o Auto de Prisão em Flagrante n.º 17289-63.2014.4.01.3500, autuado perante a 11.ª Vara Federal de Goiânia/GO, que versa sobre suposta falsidade ideológica de quatro solicitantes de refúgio do Paquistão. Considerando que o referido procedimento foi instaurado em Goiânia, buscou-se articular junto à Defensoria Pública Federal para que o processo fosse transferido para a Comarca de Brasília, garantindo o cumprimento das condições impostas para concessão da liberdade provisória dos requeridos na comarca de sua residência, no âmbito da Carta Precatória n. 0049907-70.2014.4.01.3400. Atualmente os procedimentos estão em curso, aguardando uma decisão definitiva por parte da Justiça Federal.

3.6.8. Serviços Prestados

A tabela a seguir registra as atividades e serviços prestados pelo setor jurídico no ano:

Tipo de Ação/Serviço	Quantidade
Entrevistas realizadas	316
Pareceres elaborados	109
Recursos ao Ministro da Justiça	08
Outros serviços (orientações em geral)	15
Entrevista Reunião Familiar	01
Total de pessoas atendidas	340

Fonte: IMDH, Brasília – DF

3.6.9. Treinamento do Profissional do Setor de Proteção

O profissional do Setor de Proteção teve a oportunidade de participar de treinamento e capacitação, em oficina específica - Oficina sobre Procedimentos de Determinação da Condição de Refugiado – promovida pelo ACNUR, realizada na Casa das Nações Unidas no Brasil, de 10 a 12/12 de 2014. Participou, também, de outros momentos e reuniões promovidas pelo ACNUR e CONARE.

3.6.10. Perspectivas para 2015

Com o objetivo também de avançar no devido atendimento deste setor, reitera-se necessidade de avaliar formas de solução nos casos em que se faz necessário contar com intérpretes para certos idiomas que não são de domínio comum. Embora tais entrevistas possibilitem verificar elementos básicos para a elegibilidade, parece que o auxílio de um intérprete profissional permitiria maior aprofundamento sobre a realidade em determinados países, qualificando ainda mais os serviços prestados pelo assistente jurídico.

Outro ponto que poderia ser reavaliado pelo CONARE é a questão da disponibilidade de documentos do processo para que o profissional possa melhor entender a condição do solicitante. Idealmente, no momento da entrevista, o assistente de proteção deveria ter à disposição os documentos que compõe o pedido de refúgio, em especial o formulário apresentado à Polícia Federal. Mas, por ora, o setor jurídico tem acesso somente aos documentos pessoais do solicitante e ao protocolo. Isto pode prejudicar uma análise mais profunda do caso - ainda que não completamente – e a análise das garantias e direitos previstos na Lei n.º 9.474/97 e na Lei n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Assim, entende-se que o aprimoramento em termos de procedimentos e do próprio processo de solicitação de refúgio, quiçá com a utilização de ferramentas de processo eletrônico como já realizado no âmbito do poder judiciário, significaria um avanço efetivo na salvaguarda de direitos e garantias de refugiados e solicitantes de refúgio.

3.7. Publicações Específicas e Mídias Sociais

- a) O IMDH buscou ampliar o uso das redes sociais, sobretudo a sua página no *Facebook*, como importante meio para a sensibilização e informação da sociedade sobre a temática das migrações e do refúgio. Foi também reelaborado o site www.migrante.org.br e de modo a torna-lo mais ágil e de maior utilidade.
- b) O folder do IMDH foi atualizado e difundido, levando ao conhecimento dos interessados informações sobre refúgio, sobre o CONARE e sobre o elenco de entidades da Rede de Migrantes e Refugiados - RedeMiR.
- c) Foi publicada a Edição n. 9 do Caderno de Debates “Refúgio, Migrações e Cidadania”. A tiragem é de 1000 exemplares, para distribuição à sociedade, estudantes, bibliotecas, pesquisadores e participantes dos eventos organizados ou apoiados pelo IMDH, ACNUR e outra organizações.
- d) Foram inúmeros os artigos produzidos pela equipe do IMDH e seus colaboradores. A publicação destes textos e artigos ocorreu em Revistas, Livros, Redes Sociais, Veículos de comunicação e periódicos, voltados sempre à sensibilização da sociedade, informação pública, capacitação de agentes, suporte a estudantes e a pessoas interessadas na temática do refúgio e na defesa e assistência aos refugiados.

3.8 Decisão Especial CNIg – CONARE

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em entendimento jurídico e humanitário com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), decidiu, em reunião de 10.12.2013, conceder residência permanente, mediante critérios previamente estabelecidos, para imigrantes e solicitantes de refúgio que se encontram no Brasil e que há meses ou anos aguardavam uma solução para a sua condição migratória. Nacionais de Bangladesh, Senegal, Guiné, Gana, Somália e várias outras nacionalidades puderam contar, assim, com a possibilidade de obter sua regularização migratória. Inicialmente, uma listagem de 4.482 nomes foi enviada pelo CONARE ao CNIg. Posteriormente, esta listagem foi sendo completada, incluindo-se outras pessoas abrangidas pela referida decisão. Estas pessoas, em parte, obtiveram efetivamente a residência permanente, mas, a grande maioria, ainda aguarda os trâmites necessários, conforme prometido pelo CONARE.

Em 2014, o IMDH atendeu e orientou a muitos solicitantes de refúgio constantes na referida listagem, os quais vivem a angústia de ter recebido uma promessa de regularização, mas cuja efetivação está muito lenta e sem ordem cronológica, o que torna um tanto desordenado o cumprimento da medida e deixa as pessoas desorientadas, sem condições de seguimento de seus processos.

Dentre aqueles que tiveram seus processos decididos e publicados no Diário Oficial da União, o IMDH atendeu e assistiu a **51 pessoas**, para viabilizar os trâmites legais, preenchimento do formulário no site da Polícia Federal, agendamento, emissão de GRUs, bem como com vale transporte, nos casos de maior vulnerabilidade.

4. Avaliação dos resultados

O atendimento e orientação a todos os solicitantes de refúgio e refugiados que buscaram o IMDH já é um aspecto altamente positivo. Ninguém ficou sem atendimento e sem o apoio básico necessário, embora sempre no limite dos recursos que o IMDH conseguiu obter. Houve uma crescente demanda, mas isto não impediu que todos fossem atendidos. Algumas ações foram particularmente significativas e de grande efeito positivo, tais como: a Ação Saúde, a força tarefa com a Polícia Federal e Ministério do Trabalho para documentação dos ganeses, o Diagnóstico Participativo, a celebração do Dia Mundial do Refugiado, o deferimento de vários processos de solicitantes de refúgio em situação de alta vulnerabilidade, a documentação de solicitantes menores de idade desacompanhados, e o avanço na assistência para integração social e laboral, especialmente com o serviço de elaboração de currículos e encaminhamento às empresas.

Quanto ao Setor de Proteção, a avaliação do profissional da área registra que os resultados foram positivos e podemos dizer muito significativos. A realização do número de entrevistas (316) e elaboração de pareceres (109), ações centrais do Setor, são muito significativos e foram de grande valia no contexto do devido processo legal.

Um ponto altamente positivo foi a contribuição valiosa que o setor recebeu com a presença de voluntários. As atividades de pesquisa de país de origem e elaboração de pareceres são aprimoradas consideravelmente através graças a esta colaboração.

Total de beneficiários: 2.259 pessoas (1591 solicitantes de refúgio e refugiados no atendimento social; 391, no Setor de Proteção; 277 em outras atividades)

Projeto 04 - Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e atenção às vítimas

O projeto “**Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e atenção às Vítimas**” tem o objetivo de contribuir no enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, buscando prevenir a ocorrência desta violação de direitos, prestar assistência às vítimas deste crime, e incidir em políticas públicas para fortalecer o combate ao tráfico humano em suas diversas dimensões.

Período de Realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2014 a 31.12.2014.

Descrição das Ações:

- Contribuir na informação e sensibilização da sociedade, a fim de que seja mais atuante na denúncia de casos de tráfico e que atue contra possibilidade de ocorrer esta grave violação de direitos;
- Atuar na prevenção ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes
- Prestar assistência humanitária a vítimas de tráfico humano.
- Articular-se com órgãos públicos para melhorar as condições de atendimento a vítimas de tráfico de pessoas
- Participar de iniciativas do governo e da sociedade civil voltadas ao enfrentamento ao tráfico humano.

Público alvo: a sociedade em geral, a comunidade local, e vítimas de tráfico humano.

Metas de Atendimentos: alcançar o maior número possível de pessoas na sociedade, atender os casos de vítimas de tráfico humano no DF que forem encaminhadas ou identificadas pelo IMDH, atuando em parceria com os órgãos públicos locais.

Recursos humanos envolvidos: Equipe do IMDH e voluntários.

Abrangência territorial: local e Internacional.

Desenvolvimento do Projeto

O ano de 2014 foi marcado pela realização da Campanha da Fraternidade que teve como tema o Tráfico Humano. Esta campanha, embora sendo uma iniciativa da Igreja Católica, procura envolver todas as forças da sociedade, de modo a aprofundar e debater amplamente o tema a que está voltada.

O IMDH envolveu-se profundamente nesta campanha, buscando contribuir com palestras, seminários, encontros e debates. Algumas destas atividades seguem registradas:

Data	Atividade	Local	Realizada por	Benefi.
22/02	Palestra e formação para agentes de Pastoral	Universidade Católica de BSB	Ir. Rosita Milesi e Faruk Hossain	300
26/02	Videoconferência para os alunos maristas de toda a região centro e nordeste	Colégio Marista Taguatinga	Irmã Rosita Milesi e William Andrade	400
27/02	Formação para professores	Instituto Marista de Solidariedade	William Andrade	20
06/03	Palestra para os agentes	Paróquia São	Irmã Rosita Milesi	17

	sociais	Sebastião		
08/03	Formação para agentes e lideranças	Igreja São Vicente de Paulo - Planaltina	William Andrade	30
19/03	Seminário sobre Tráfico Humano	Diocese de Luziânia	Irmã Rosita Milesi	40
20/03	Palestra para alunos e professores	Colégio La Salle.	Irmã Rosita Milesi	80
22/03	Conferência no “Café Cultural”	CCB	Irmã Rosita Milesi	50
25/03	Palestra para agentes da comunidade	Paróquia São José Operário	Irmã Rosita Milesi	25
29/03	Formação para adolescentes	Paróquia S. Luiz Orione	Irmã Rosita Milesi	55
06/04	Palestra para agentes da comunidade	Itapoã	Irma Rosita Milesi	18
16/04	Lançamento da Campanha nacional contra o tráfico humano	Sede CNBB	Presidência CNBB	--
29/04	Formação para professores	Colégio Hilda Hares	Irmã Rosita Milesi	20
23/05	Reunião com a Gerência de Assuntos Consulares e Diplomáticos do Governo de Goiás	Sede da CNBB	Irmã Rosita Milesi, Claudina Scapini, Pe. Sidnei Dornelas	8
27/05	Seminário sobre Enfrentamento ao tráfico de Pessoas com alunos do curso de Direito	Faculdade Projeção - Sobradinho	William Andrade (IMDH), Pe. Sidnei e membro da SNJ	90
08/06	Roda de Conversa: formação para os agentes da Pastoral do Migrante	Pontifícias Obras Missionárias	Irmã Rosita Milesi	35
09/06	Seminário sobre Enfrentamento ao tráfico de Pessoas para alunos do Direito	Universidade Católica de Taguatinga	William Andrade, Ir. Rosita	57
11/06	Caminhada em memória das vítimas do Tráfico Humano	Esplanada dos Ministérios	Participação do IMDH	--
14/06	Lançamento da Campanha “Jogue a favor da Vida”	CRB Nacional	Ir. Maria Raimunda a Aparecida	28
	Formação para alunos da faculdade de direito	Faculdade UNIP	Professor Hedel e Ir. Rosita Milesi	85

Várias outras atividades foram realizadas

Outras atividades:

- Em 30 de janeiro – Encontro de coordenação do GT de enfrentamento ao tráfico de pessoas, debate sobre a temática e definição de alguns compromissos, além das primeiras reflexões sobre Seminário Nacional. Participantes: 5 pessoas
- 08 e 09 de agosto – Encontro da equipe de coordenação ampliada do GT de Enfrentamento ao tráfico de pessoas, debatendo sobre o plano de ação e particularmente sobre a realização do III Seminário Nacional, objetivando reunir representantes de todas as grandes regiões do País. Participantes: 15 pessoas
- 28 e 29 de outubro – Seminário, promovido em parceria com o GT da CNBB, no qual se realizou uma Reflexão teológico-pastoral sobre o tráfico humano; avançou-se, também, na preparação do III Seminário Nacional sobre ao tráfico de pessoas.

- Acompanhamento de um caso concreto, em relação a uma pessoa desaparecida há mais de 16 anos. O IMDH auxiliou um familiar a buscar caminhos indicativos de sua trajetória e prestou apoio emocional a parentes afetados pelo caso.
- Parceria e apoio à campanha “Vamos encontrar nossas Crianças”, promovida pelo Conselho Federal de Medicina, visando prevenir o desaparecimento de crianças, principalmente evitar que sejam vítimas de tráfico. Está nos objetivos da Campanha, também, difundir orientações para recuperar as que desaparecem.

Avaliação dos Resultados:

Este projeto foi avaliado por diversos segmentos da sociedade, pois o IMDH contribuiu significativamente na Campanha da Fraternidade 2014, cujo tema foi o Tráfico Humano. Assim, quando concluída a CF, e compilada a avaliação, a constatação foi altamente positiva, destacando, sobretudo, a amplitude das ações desenvolvidas, especialmente a palestras e os debates realizados em escolas, paróquias e outros espaços atingindo os jovens.

O tema do tráfico ainda é muito invisível e as vítimas não querem ser identificadas, muitas vezes por medo das ameaças dos “coyotes” e devido ao “poder” das redes que atuam traficando e explorando pessoas. Por isso, as vítimas identificadas ainda são poucas e a atuação deve centrar-se muito na prevenção. Foi o que ocorreu nas atividades realizadas pelo IMDH, em parceria com várias outras entidades parceiras na causa.

Total de pessoas beneficiadas: 1.358

Projeto 05 - Rede Solidária para Migrantes e Refugiados e Promoção do Voluntariado

O **Projeto da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados e de Promoção do Voluntariado** visa contribuir no fortalecimento das ações da sociedade civil e na articulação com instâncias públicas em prol da defesa dos direitos de migrantes e refugiados e da capacitação dos agentes que atuam na área da mobilidade humana; como parte complementar e de fortalecimento, procura promover o voluntariado e articular sua ação e colaboração na atenção ao público alvo.

Período de Realização:

Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2014 a 31.12.2014.

Descrição das Ações:

Compreende serviços de capacitação de agentes sociais e públicos, bem como suporte e informação a todas as entidades que integram a Rede, com fornecimento de material informativo e formativo:

- Fortalecer as ações locais ou nacionais da Rede Solidária (aproximadamente 50 instituições), em parceria com ACNUR e CONARE.
- Realizar um Encontro anual para aprofundar e debater temas de interesse coletivo e avançar na conquista de políticas públicas em favor das populações de interesse.
- Oferecer assessoria jurídico-administrativa às entidades membros da Rede e de seus agentes para regularização de migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados assistidos nas respectivas localidades.
- Promover e envolver o voluntariado como forma de envolvimento da comunidade e para fortalecer a atenção às populações de interesse, principalmente as pessoas mais necessitadas, bem como suprir a demanda de recursos humanos para um bom atendimento.

Público Beneficiário:

Agentes das entidades da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados e de instituições que atuam na área e pessoas com condições de colaborar voluntariamente na atenção às pessoas em mobilidade.

Metas de Atendimentos:

Realizar um Encontro nacional anual; atender todas as solicitações vindas das entidades. Enviar às entidades parceiras, com regularidade, matérias,, subsídios ou publicações de interesse; colaborar em seminários e atividades de capacitação de agentes.

Recurso financeiro utilizado:

Recursos do convênio com o ACNUR, do Convênio com o CONARE, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e próprios do IMDH.

Recursos humanos envolvidos:

Toda a equipe do IMDH, colaboradores e voluntários.

Abrangência territorial: Nacional.

Participação dos usuários:

As entidades da Rede participam de todo o processo e da própria realização dos Encontros, Seminários, eventos, capacitação, ao final dos quais é feita avaliação escrita e coletadas as sugestões e propostas, cujo cumprimento delas é também avaliado pelas próprias entidades e seus agentes.

Desenvolvimento do Projeto

Parte I: Realização do X Encontro da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados-RedeMiR

A principal atividade deste projeto é a promoção e realização do Encontro anual da RedeMiR. Em 2014, realizou-se X Encontro. Segue o respectivo relatório.

5.1 Introdução

O X Encontro Nacional das Redes de Proteção ocorreu de 7 a 9 de outubro de 2014, em Brasília-DF, com o tema “Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR): Fortalecimento e Avanços”. O evento foi promovido pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Setor Pastoral da Mobilidade Humana da CNBB e Organização Internacional para as Migrações (OIM), com o apoio do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)/Ministério da Justiça e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Reuniu em torno de 85 pessoas de 42 instituições de todas as regiões do país, e teve o objetivo de resgatar a trajetória da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, contribuir para o fortalecimento da articulação das entidades que trabalham com a questão, e projetar ações e compromissos para consolidar e avançar na acolhida e inserção de refugiados e migrantes na sociedade brasileira (a programação encontra-se em Anexo).



5.2 Acolhida, Apresentação e Mística (08/10/2014, das 08h30 às 10h00)

Coordenada por William César Andrade, a atividade inicial do Encontro consistiu na apresentação dos participantes. De acordo com a procedência, os presentes reuniram-se em grupos por cada região do país com o objetivo de apresentarem-se uns aos outros e avaliarem conjuntamente as principais dificuldades enfrentadas (as “súplicas”), bem como os avanços conseguidos (os “louvores”) na atenção aos migrantes e refugiados.

Após o momento de apresentação, iniciou-se uma atividade de mística, nomeada “Momento da Solidariedade Universal”. O animador (William Andrade) introduziu a intenção do momento (a de saudar a solidariedade e as conquistas existentes em relação à causa dos migrantes e refugiados, mas também a de lembrar as dificuldades que acometeram muitas pessoas em mobilidade), e dois oradores foram escolhidos para evocar tragédias que vitimam/vitimaram migrantes em seus fluxos. Como fechamento, William e Ir. Rosita Milesi (IMDH) voltaram a afirmar e agradecer a rede de solidariedade tecida em torno dos migrantes e refugiados, saudando a presença de todos para o Encontro.

Saudação das entidades (10:30h)

Na breve saudação das entidades promotoras do Encontro, compuseram a mesa Jorge Peraza (OIM), Andrés Ramirez (ACNUR), Ir. Rosita Milesi (IMDH), Pe. Sidnei Dornelas (Setor Pastoral da Mobilidade Humana – CNBB), e João Guilherme Granja (Ministério da Justiça/Conare).

Jorge Peraza cumprimentou os parceiros e organizadores do evento e expôs sua satisfação em constatar o crescimento da RedeMiR. Em seguida, João Guilherme Granja reafirmou o empenho do Ministério da Justiça (principalmente através do secretário Paulo Abrão) em tratar como central a proteção de direitos dos que estão em mobilidade, em aprofundar e ampliar as ferramentas para refúgio, e em honrar a tradição brasileira de abertura ao migrante. Após direcionar um agradecimento a Ir. Rosita Milesi (IMDH), Andrés Ramirez sublinhou a ampliação de instituições participantes do Encontro das Redes, além da presença de associações de migrantes e do representante da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Pe. Sidnei Dornelas saudou os presentes em nome do Setor Pastoral da Mobilidade Humana da CNBB, e, seguindo algo destacado pelos outros expositores, reconheceu a importância do trabalho “na ponta” e a relevância do Encontro das Redes de Proteção, por ser ocasião em que se reúnem as instituições que atuam nas bases e os órgãos que prestam serviços relacionados à mobilidade humana. Encerrando esta mesa, Ir. Rosita Milesi externou sua satisfação com a realização do X Encontro, agradeceu a todas as entidades e registrou a diversidade de instituições presentes, assim como a incorporação de novas associações de migrantes.

5.3 Conferência “Cartagena + 30” (11:00h)

Ir. Rosita Milesi (IMDH), mediadora da sessão, apresentou os componentes da mesa: Andrés Ramirez (representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil); João Guilherme Granja (diretor do departamento de estrangeiros do Ministério da Justiça, representando o presidente do Conare, Paulo Abrão); Fabrício Toledo de Souza (advogado da Cáritas do Rio de Janeiro). Antes de passar a palavra aos palestrantes, Ir. Rosita introduziu a sessão atentando para o significado da Declaração de Cartagena na caminhada da América Latina na questão dos refugiados e a importância da comemoração de seus 30 anos.



Andrés Ramirez abriu sua fala contextualizando o que fora a Declaração de Cartagena, o porquê de ela ter surgido e os motivos para celebrar seus 30 anos. A Declaração de Cartagena não foi construída por acaso no continente. A América Latina, região aparentemente pacífica, vivenciou, em um passado recente, ditaduras em vários países (Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina, Peru etc.) e grandes guerras na América Central (Nicarágua, El Salvador e Guatemala), que levaram a um alto número de pessoas mortas e deslocadas internamente ou que se refugiaram em países vizinhos (como México, Belize, Honduras, Costa Rica). Por causa dos deslocamentos forçados, entidades e governos que trabalhavam

com a questão perceberam os limites da Convenção de 1951 de Refugiados, então restrita à perseguição individual. A Declaração de Cartagena de 1984 conseguiu, assim, ampliar a definição de refugiado.

No ano de 1994, em San Jose (Costa Rica), houve a comemoração dos 10 anos da Declaração de Cartagena, já em um contexto bem distinto, em que a principal preocupação relacionava-se ao como chegar a soluções para as pessoas que tinham fugido de seus países. Em 1992, os refugiados guatemaltecos buscaram formas de diálogo com o governo para organizar a repatriação, em um movimento de retorno coletivo e organizado no qual o ACNUR apresentou-se como um instrumento de mediação. Em 8 de outubro desse ano, em um evento histórico, assinou-se um acordo com as condições para esse retorno. A Declaração de San Jose, dois anos depois, contemplaria a comemoração desse esforço por soluções para o tema de refúgio.

Em 2004, no entanto, acompanhou-se uma piora da situação dos refugiados na região devido à guerrilha e toda a situação da Colômbia, a qual, embora existente há mais tempo, intensificara o fluxo de deslocamentos externos a partir do ano 2000 para países da América do Sul e Central (como Costa Rica, Panamá, Venezuela, Equador e Brasil). Completados 20 anos da Declaração de Cartagena, percebeu-se a necessidade de se elaborar também um Plano de Ação, que viria a ser referendado no México. O Plano de Ação México, de 2004, se tornaria, como de fato ocorreu, um marco de referência para os governos guiarem-se na proteção aos refugiados na região.

Comemoram-se, em 2014, os 30 anos da Declaração de Cartagena, e é a primeira vez que ela será celebrada em um país do Cone Sul (Brasil). Novamente, afirma-se não só a importância de se elaborar uma Declaração, como também a de construir um Plano de Ação levando em conta as principais preocupações das diversas sub-regiões do continente latino-americano e do Caribe (este incluído recentemente). Nesse sentido, houve reuniões de consultas sub-regionais em diferentes países: Buenos Aires (março de 2014), em que se encaminharam propostas dos países do Cone Sul a respeito principalmente da necessidade de avançar no tema das soluções de integração local e do reassentamento solidário, além de se levar em conta a questão da apatridia; Quito (junho de 2014), onde se debateu sobre novas formas de soluções duradouras (por exemplo, a proposta do Brasil sobre migração laboral), integração local e negociações entre o governo colombiano e as FARC (levando-se em conta que, em geral, a repatriação não é a escolha primeira dos refugiados colombianos); Manágua (julho de 2014), em que se ressaltou o novo e grave problema relacionado ao deslocamento forçado em razão dos grupos organizados do crime transnacional, sobretudo do triângulo norte da América Central (Guatemala, El Salvador e Honduras), acarretando inclusive no aumento significativo do número de crianças migrantes e refugiadas; Ilha de Grande Cayman (setembro de 2014), em que se abordou a crescente situação de refúgio e migração mista para os países caribenhos, além de propostas em direção à necessidade de se estabelecer um centro temporário de seleção para reassentamento futuro em países solidários da América Latina.

A partir das propostas dos encontros sub-regionais, estão se dando as negociações para a construção da Declaração e do Plano de Ação 2014-2024, processo que se inicia na data de hoje (08/10/14), em Genebra, no marco do Grupo de Países da América Latina e Caribe, para em novembro chegar-se a um acordo entre todas as delegações. Embora não vinculante, a Declaração de Cartagena tem sido um documento assinado de compromisso dos governos, muitos dos quais incorporam princípios fundamentais em suas legislações. Nesse processo de negociação do documento final,

destaca-se a forte e importante participação da sociedade civil e as recomendações levantadas por esse segmento nas reuniões de consulta sub-regionais.

Por fim, não é por acaso que o Brasil esteja sediando a reunião neste ano, uma vez que se trata de um país construído por migrantes, incluindo aqueles forçados pelo tráfico escravo. Além disso, o país vivenciou um período histórico de brasileiros que tiveram de fugir de seu país por conta da ditadura. Por esses dois aspectos, o Brasil tem no sangue e nas veias a vontade de ser solidário.

João Guilherme Granja iniciou sua exposição exaltando a construção de espaços de políticas de proteção no Brasil com o protagonismo da sociedade civil, a qual seria precursora do sentimento de responsabilidade com as pessoas em deslocamentos decorrentes de violações de direitos humanos de seus países originários. Atualmente, os próprios Estados muitas vezes são responsáveis por violações desses direitos, então é fundamental a atuação da sociedade civil para se afinar constantemente práticas relacionadas ao refúgio. Para tanto, à sociedade civil não deve somente se garantir a participação social, mas a supervisão social, em que ela acompanha as ações do Estado, questionando a estrutura tradicional em que este tutela, controla e às vezes oculta as situações de violação de direitos humanos de migrantes. Guiado por essa preocupação, o Estado brasileiro busca implementar espaços de supervisão social das políticas para mobilidade humana, dentro das quais se inserem os mecanismos específicos da proteção internacional ao refugiado e, em breve, à pessoa apátrida.

O processo Cartagena +30, conforme ele se referiu durante sua apresentação, privilegiou escutar a sociedade não só como testemunha, mas como orientadora de políticas públicas. Nesse sentido, em 2014 ocorreu a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio no Brasil, com o engajamento de entidades não-governamentais e solicitantes de refúgio, fundamental para o aperfeiçoamento de ações futuras tendo em conta que o Estado brasileiro é consciente de que ainda apresenta obstáculos para a implementação de políticas sobre o tema.

Retomando antecedentes de Cartagena +30, apontou para os ciclos decenais surgidos a partir da Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984, quais sejam: San Jose da Costa Rica, em 1994; México, em 2004; e Brasil, em 2014, ocasião em que culminará a construção da Declaração e do Plano de Ação Brasil.

O processo Cartagena +30 engloba a realização de consultas sub-regionais realizadas em 2014 na América Latina e Caribe, em que os principais temas trabalhados foram: a qualidade de sistemas de refúgios, o reconhecimento da situação de refugiado, os fluxos migratórios mistos, a questão da apatridia, a necessidade de proteção das pessoas que se deslocam em razão da incidência do crime organizado, a superação do dilema entre a segurança nacional e as obrigações humanitárias, e as iniciativas inovadoras com relação aos programas de mobilidade. Em cada encontro, preparou-se uma carta-síntese, com o objetivo de atualizar os Planos de Ação.

O evento Cartagena +30 ocorrerá nos dias 2 e 3 de dezembro de 2014 em Brasília, com a representação dos Estados da região, dos países que participaram das consultas, dos organismos internacionais e da sociedade civil. Nele, buscar-se-á organizar um marco não apenas declaratório, mas que implante mecanismos de cooperação, efetivação de políticas e de resposta às novas demandas que a sociedade civil e os solicitantes de refúgio apresentem ao Estado brasileiro, base para se pensar o decênio 2014-2024, a ser pautado pelo objetivo de aprofundamento e expansão dos mecanismos de proteção.

Por fim, retomando pontos expostos, Granja aludiu à situação dos diagnósticos complexos apresentados na Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio, à tentativa de ampliação dos canais de escuta e de supervisão social (como a implantação do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil, o CASC, no âmbito do Ministério da Justiça), e à constatação de que a Política Nacional de Refúgios brasileira insere-se em regime jurídico migratório perverso, excludente e às vezes contraditório com políticas de proteção internacionais. Nessa direção, os desafios são: superar a assimetria entre as ferramentas à disposição do Estado brasileiro para lidar com os refugiados e o Regime Geral de Migrações brasileiro; e alterar o perfil institucional que lida com o refúgio (atualmente realizado por um órgão policial) em direção a um órgão específico civil e especializado no contato com solicitantes refugiados, imigrantes e emigrados brasileiros retornados.

Fabrizio Toledo de Souza indicou que o tema da mesa sintonizava-se com um texto escrito coletivamente pela Cáritas do Rio de Janeiro sobre a definição ampliada de refugiado nos termos da Declaração de Cartagena, e que também dizia respeito diretamente ao trabalho realizado pela Cáritas no atendimento aos refugiados e solicitantes. A lei brasileira 9474 assimilou de forma peculiar o conceito de refugiado de uma maneira ampliada, quando definiu em seu inciso III do art. 1º, “vítima de grave e generalizada violação de direitos humanos”. O texto original da Declaração de Cartagena falava da proteção das pessoas que deixavam seus países porque sua vida, segurança ou liberdade haviam sido ameaçadas pela violência generalizada, pela agressão estrangeira, conflitos internos, violação de direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. O artigo elaborado pela Cáritas era uma compilação sobre as críticas que especialistas do ACNUR faziam à aplicação do conceito ampliado (Cartagena) na legislação interna de cada país.

A partir desse panorama, Souza enunciou o objetivo de, em sua apresentação, abordar um caso concreto atendido pela Cáritas do Rio de Janeiro e como essa questão do refúgio é posta. Sobre isso, o processo de Cartagena +30 deve ser entendido como algo dinâmico, e, portanto, que lança o desafio de atualizar o conceito ampliado de refúgio face aos problemas de hoje. Dentre eles, mencionou a mudança da forma da guerra e da violência no mundo, pois não há mais guerras declaradas entre Estados como no passado, mas conflitos e intervenções dentro dos territórios; e a limitação da classificação entre migrante/refugiado, muito mais tênue e híbrida na prática, e que, não sendo assim considerada, acaba restringindo direitos. O processo Cartagena é a oportunidade de reavaliar a aplicação do conceito de refúgio pelo Estado brasileiro e pensar a definição nos nossos termos, ou seja, quais são os fluxos que chegam ao Brasil e quais são as responsabilidades do Estado nesse panorama.

À luz dessa revisão, apresentou a situação concreta dos migrantes da República Democrática do Congo, que se constituem no maior número de solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro. Desde 2006, é um país que apresenta uma das piores guerras do mundo, com 6 milhões de mortos, 4 milhões de deslocados internos e aproximadamente meio milhão de refugiados. O que se ouve no atendimento a esses refugiados e solicitantes são histórias de terror, sobre aldeias atacadas por grupos rebeldes, populações inteiras que se tornaram reféns desses grupos ou da própria força de segurança nacional, extermínios de tribos, mortes de crianças, mutilações, estupros coletivos, guerras étnicas etc. Congo é considerado, hoje, o pior país para uma mulher viver e não há nele instituições que se possam denominar democráticas. Mas essa é só a parte mais visível do terror para quem trabalha com o tema do refúgio, pois há uma parte mais escondida da história ouvida nas conversas informais com os refugiados a respeito de uma sociedade totalmente atravessada pela violência e pela guerra e que gera

também consequências como o grande número de vítimas de doenças simples de serem tratadas, como a diarreia e febre, mulheres que morrem no parto, miséria, fome, desemprego e cerceamento da liberdade de expressão, dentre outros. Nesse contexto, é raro que alguém ultrapasse 45 anos. A guerra, portanto, não é aquela feita apenas por soldados, mas é toda essa forma de violência que modula as relações sociais, que transforma cada diferença em conflito mortal, que coloca a vida sempre como uma questão de mera sobrevivência.

Perante situações como esta o que interessa para as entidades que trabalham com solicitantes de refúgio em relação à Declaração de Cartagena é a possibilidade de atualizar o instituto de refúgio de forma que ele se torne justo diante dos problemas de nossa região – e por “nossa região” não se deve entender apenas a relação do Brasil com a América Latina, mas também com o continente africano. Trata-se de uma proposta de retomada da Declaração de Cartagena, fortalecendo sistemas complementares de proteção e sistemas de determinação e status que sejam mais pautados pela objetividade (ou seja, análise mais objetiva dos casos em lugar da investigação subjetiva). Por fim, tem-se a esperança de que o instituto de refúgio refira-se a um direito que diga respeito à vida em sua condição reativa, mas também na sua condição afirmativa, uma vida em sua dignidade plena. O mecanismo de proteção eficiente e justo seria aquele que realmente considera as razões objetivas do país de origem, não apenas da perspectiva do Estado que acolhe, mas também do ponto de vista das pessoas que fogem.

5.4 Exposições “Novos fluxos migratórios” e “Ações do CNig/MTE na área do trabalho, face aos novos fluxos migratórios para o Brasil” (14:00h)

A mesa foi composta por Jorge Peraza (Organização Internacional para as Migrações/OIM) e Paulo Sérgio de Almeida (Conselho Nacional de Imigração/CNig do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE), e moderada pelo Pe. Marcelo Monge (Cáritas de São Paulo).



recebem em lidar com a questão em seu todo.

Com o tema “Novos fluxos migratórios”, Jorge Peraza iniciou sua exposição com o questionamento: o que acontece no mundo que impulsiona, hoje, as pessoas a se deslocarem? Aludindo às notícias internacionais diárias no último mês envolvendo situações de migração, demarcou como é intenso o fenômeno migratório no plano global e como há uma dificuldade dos países que

O panorama econômico mundial não deixa ver perspectivas diferentes. De forma não alentadora, índices de desigualdade entre países com mais e menos dinheiro vêm aumentando; a perspectiva de crescimento econômico de países da América Latina foi rebaixada pelo FMI; e, no mercado mundial, empresas transnacionais buscam se instalar em locais mais baratos para produzir, pagando salários mais baixos. Além disso, a partir de um trabalho realizado por OIM e CNig sobre a imigração haitiana no Brasil, levantaram-se os impactos de fatores ambientais e de mudanças climáticas para a migração (como no caso do terremoto de 2010). Ou seja, há uma combinação de fatores que influem hoje para o deslocamento de pessoas, de modo que, no caso do Brasil, é muito difícil precisar a tendência migratória (se vai aumentar ou refluir).

Os novos fluxos migratórios devem ser pensados nesse panorama e em uma perspectiva de dinamismo. Historicamente, o Brasil acolheu muitos fluxos migratórios, mas, pelas estatísticas, segue tendo uma porcentagem pequena de migrantes face à sua população total e comparando-se com outros países. Não obstante, é fundamental estabelecer políticas e marcos regulatórios para que esses fluxos se deem do modo mais adequado e para que não haja distinções de tratamento entre migrantes, como se houvesse migrantes “desejáveis” e “indesejáveis”. Ante esses fluxos, e se temos uma política de abertura às migrações, é necessário assegurar que ela seja de fato para todos – algo que não prática não vem ocorrendo.

Além disso, é fundamental avançar na postura que os Estados seguem tendo em relação à sua soberania e segurança nacional. Existem critérios, como o de saúde pública, que podem levar um país a restringir ou mesmo impedir a entrada de migrantes em seu território e o tema do ebola tem evocado sinais nessa direção. No entanto, sabe-se que se são postas políticas migratórias restritivas, os fluxos migratórios continuarão se dando, porém às escondidas.

Lamentavelmente, o contexto atual parece às vezes não favorecer que os processos migratórios se deem dentro de um marco de direitos adequado. É importante refletir o quanto o crescimento econômico ou o não-crescimento global influem no aumento da xenofobia e políticas mais restritivas, como o endurecimento do controle de entrada de migrantes. Ante essas políticas restritivas, não é de se estranhar a emergência de problemas relacionados com o tráfico de seres humanos e de grupos de pessoas que lucram com a demanda de migração frente a aparelhos coercitivos nas fronteiras.

Em relação ao futuro, na América Latina, existem países em que as taxas de desemprego vêm aumentando fortemente. Tais situações lançam a interrogação sobre a ativação de novos fluxos regionais e para fora da região latino-americana. O que se tem mais claro é que, ante o aumento de políticas restritivas, pode-se esperar que se deem mais fluxos migratórios em situações inadequadas. Os países que eram tradicionalmente destino desses migrantes incrementaram seus controles, obrigando os migrantes a explorarem novas rotas. O Brasil está sendo parte dessas novas rotas.

Outra interrogação é se os dispositivos internacionais de defesa dos direitos dos migrantes são capazes de responder às novas situações. Pergunta-se se não teria chegado o momento de se criar um quadro normativo internacional capaz de responder de maneira mais coerente e clara, pois, embora haja vários dispositivos de proteção (como a Convenção de Proteção dos Trabalhadores Migrantes, os Protocolos de Palermo, disposições em nível interamericano, a resolução para o tema das crianças desacompanhadas, a Convenção para os Direitos das Crianças), eles encontram-se dispersos. É preciso um marco mais consolidado em matéria migratória – e isso, novamente, choca-se com a apelação de muitos Estados em seguir mantendo sua soberania, o que leva a não se discutir o assunto em fóruns multilaterais ou bilaterais.

A exposição seguinte, de Paulo Sérgio de Almeida, versou sobre o assunto “Ações do CNIg/MTE na área de trabalho, face aos novos fluxos migratórios para o Brasil” e foi aberta com um reconhecimento ao trabalho de associações e entidades da sociedade civil na recepção e construção dos mecanismos legais de defesa dos direitos dos migrantes – fundamental em um contexto em que o Estado ainda não conseguiu, de maneira estabelecida, a acolhida adequada aos migrantes.

Em seguida, teve-se à sinalização de um novo cenário vivido no Brasil com relação à questão migratória, associado a mudanças internas por que vêm passando o país. Essas mudanças internas seriam: um nível de emprego estável, apesar do quadro de crescimento econômico extremamente baixo; crescimento do valor real do salário mínimo, com a melhoria da condição dos trabalhadores brasileiros; e redução do processo de desigualdade. Esse quadro produz um cenário mais atrativo para a vinda dos migrantes, aliado também às dificuldades enfrentadas por países que eram destino mais tradicional dos fluxos. Assim, o Brasil apresenta-se como uma nova rota; não à toa aumentou o número de migrantes recebidos em 2008, durante a crise mundial, invertendo inclusive seu fluxo migratório.

Outra mudança é que, nessa conjuntura nacional, há um novo olhar em relação às migrações: os migrantes deixam menos de ser vistos sob a perspectiva de ameaça à segurança nacional ou como um peso a mais no mercado de trabalho, para ser mais pensados como pessoa humana, sujeitos de direitos e promotores também de desenvolvimento do país. Sinal disso é que os fluxos migratórios que afluíram para o Brasil não foram combatidos. O CNIg tem colaborado nessa nova visão, com a produção de documentos sobre os direitos dos migrantes e sua contribuição para a economia do país.

Mas ainda há a tensão entre visões sobre migrações (direitos humanos *versus* segurança nacional) e é necessário consolidar uma nova política migratória para o Brasil. As políticas devem enfatizar as motivações das migrações, e novamente o trabalho assume posição de destaque, por ser a força propulsora dos principais fluxos migratórios. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dos 230 milhões de migrantes no mundo, 90% é formada por trabalhadores e pessoas que buscam um trabalho decente.

A própria OIT percebe que existe a necessidade de reforçar o quadro institucional que apoia e defende os direitos dos trabalhadores migrantes. As convenções que vêm postulando essa nova visão do trabalho, em sua maioria, são devedoras da reflexão de organismos tripartites (governos, trabalhadores e empregadores). Nas convenções da OIT existe uma preocupação crescente em afirmar os direitos dos trabalhadores migrantes e o reconhecimento do valor de seu trabalho (a exemplo da recente Convenção 189, referindo-se aos trabalhadores domésticos); no entanto ainda são poucos seus Tratados que falam das migrações.

Assim, o trabalho deve ter papel central em uma futura institucionalidade sobre migrações. Embora com legislação ultrapassada, o Brasil dá alguma resposta face aos novos fluxos migratórios, estimulando a parceria entre os diversos órgãos governamentais e outras organizações. Exemplo disso foi o primeiro grande desafio enfrentado pelo país com relação ao tema, qual seja, o fluxo recente de migrantes haitianos e a decisão de dar-lhes a acolhida humanitária, com destaque para a criação e emissão de vistos humanitários por parte do Conare e CNIg (Resolução Normativa 97/2012).

No mesmo sentido, existe uma preocupação em atender de maneira mais adequada a chegada de migrantes senegaleses, paquistaneses, bengalis, entre outros. Mesmo que eventualmente negada sua condição de refugiados, é necessário compreender a situação desses migrantes, que permanecem inseridos no território do país pelo exercício do trabalho. O CNIg, em acordo com o Conare, vem buscando acompanhar a situação desses trabalhadores migrantes no que se refere à regularização de sua documentação. Mas não se sabe o que irá ocorrer com novos solicitantes enquanto não se aprovar uma nova legislação sobre migrações que garanta mecanismos de documentação.

Essa incerteza na legislação gera dificuldades preocupantes, pois retardam a formulação de políticas de acolhimento mais bem definidas, de regularização da situação de migrantes, de prestação de melhores serviços a eles, e de suporte aos estados e municípios – o que vem a onerar o sistema de assistência social brasileiro.

Finalizando, Almeida observou que não é verdadeira a associação imediata de migrantes a trabalhadores escravos, uma vez que as situações flagradas pelo MTE abrangem também brasileiros. O CNIg, em parceria com governos estaduais, vem promovendo uma discussão ampla sobre as condições de inserção no trabalho dos migrantes. Com base em todas essas questões, tem insistido na elaboração da Política Nacional Migratória e tem defendido que o Brasil ratifique o Tratado Internacional sobre os direitos dos migrantes (Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias), tomando-o como a referência principal para a formulação do quadro legal de defesa desses trabalhadores.

5.5 Exposição “Iniciativas e processos legislativos em trâmite atualmente na área de migrações” (17:00h)

A mesa seguinte contou com a apresentação de Marcia Sprandel (assessora do Senado Federal) e foi coordenada por Gabriel Godoi (advogado, assistente de proteção no ACNUR).

Marcia Sprandel abriu sua fala ressaltando a importância da pressão política da sociedade sobre o Legislativo. Com o recurso de uma exposição em power point, a apresentação foi dividida em duas partes: a primeira, sobre o que está tramitando hoje na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a respeito dos temas “migrações” e “estrangeiros” (sendo o segundo tópico mais representativo do que o primeiro); a segunda, sobre a importância do trabalho de advocacy/lobby no Congresso, o qual tende a ser visto sob uma conotação negativa devido aos lobbies empresariais. Porém, há um lobby “do bem” que precisa ser feito porque os parlamentares funcionam muito no corpo a corpo, no contato pessoal.

Em outubro de 2014, havia 106 matérias (ou seja, Projetos de Lei ou Propostas de Emenda à Constituição) no Congresso Nacional que tratavam de migrações ou estrangeiros. Na Câmara, são 73 matérias, tais como os PLs que buscam alterar a Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) ou que versam sobre residência provisória, visto de permanência, extensão aos estrangeiros de benefícios sociais, ampliação dos direitos dos brasileiros no exterior, direitos de trabalhadores estrangeiros no Brasil, reconhecimento de profissão e diploma, aquisição de terras por estrangeiros, tráfico de pessoas e inclusão de estrangeiros no Livro dos Heróis da Pátria. No Senado, são 33 matérias, tocando assuntos como alteração do Estatuto do Estrangeiro, ampliação dos direitos dos estrangeiros, sobre trabalhadores em embaixadas, sobre a instalação do escritório da OIM (que se encontra na Comissão de Relações Exteriores), etc.

As PECs (Propostas de Emenda à Constituição), tanto na Câmara como no Senado, visam ampliar os direitos políticos dos estrangeiros, no sentido de poderem ser eleitores e elegíveis (referentes ao Art. 5º, Art. 12, Art. 14 e Art. 45 da Constituição Federal). Atualmente, o estrangeiro no Brasil não vota e não pode ser votado; a mudança dessa situação é uma demanda antiga, pois enquanto os migrantes não votarem, não terão força no Congresso (e é possível que a PEC 325/2004, de J. Boeira, do PT/SC, seja votada ainda este ano). Dada a semelhança de conteúdo entre várias PECs, há uma tendência de as mesmas serem apensadas e se transformarem em uma só proposta para dar celeridade ao processo. No entanto, elas ficaram paradas por muito tempo, pois a força política do estrangeiro é muito pequena no Congresso. Por isso, novamente, a mobilização da sociedade pela aprovação das matérias é muito importante para quebrar essa inércia.

Além disso, foram mencionadas as PECs que ampliam os direitos políticos de estrangeiros no exterior (uma na Câmara e outra no Senado), e que tratam de permitir, aos brasileiros residentes fora do país, o voto também para deputados.

No Congresso Nacional, tramitam também projetos de alteração do Código Penal relacionados a migrantes. Nos anos de 2012 e 2013, criou-se uma comissão no Congresso para alterar todo o Código Penal. Nesse período, elaborou-se uma proposta até então inexistente no Código Penal em vigor: um capítulo só sobre crimes relativos a estrangeiros. Hoje, no Código Penal, quando se faz referência ao estrangeiro, os tipos penais estão distribuídos e não reunidos como uma questão só. Porém, segundo o Projeto de Lei do Senado 236/2012 (José Sarney), cria-se o título específico “XIV. Dos Crimes Relativos a Estrangeiros”. Segundo Sprandel, essa proposta é muito negativa, pois institui um título próprio para

ligar estrangeiro a criminalidade – tanto que, quando divulgada, várias entidades se posicionaram contrariamente a ela. No entanto, apesar das críticas, o relator só acatou um artigo relativo a refugiados; o resto do texto manteve-se e está pronto para ser votado no plenário. Há vários artigos problemáticos, tais como os relacionados a “Introdução Clandestina” e “Declaração Falsa”, que podem enquadrar qualquer pessoa que abriga um estrangeiro.

Em seguida, abordou-se o Projeto de Lei 7370/2014, que juntou propostas da CPI do tráfico de pessoas da Câmara e do Senado, e cujo relator é o deputado Jordy. O PL propõe mudanças no Estatuto do Estrangeiro (para que a vítima do tráfico de pessoas tenha direito a visto permanente, e para que o estrangeiro permaneça em situação regular no país enquanto tramitar seu pedido de regularização), apreciados positivamente pela expositora.

Há também propostas de alteração total do Estatuto do Estrangeiro, que é uma legislação antiga, de 1989. Apesar de ela estar sendo atualizada por resoluções do CNIG, há um interesse grande que ela mude. Nessa direção, há o PLS (Projeto de Lei do Senado) 288/2013 (já aprovado em duas Comissões); há o PL 5655/2009, proposto pelo governo Lula, que já está há muito tramitando e talvez tenha perdido algo de sua atualidade em função das resoluções do CNIG e Tratados do Mercosul; e há uma terceira proposta de uma comissão de especialistas criada pelo Ministério da Justiça de uma nova lei de estrangeiros, que está em discussão no CNIG. Quando esta última proposta for de consenso, um parecer dela poderia ser apresentado na Comissão de Relações Exteriores como um substitutivo, e muito se poderia ganhar em termos de processo legislativo.

Por fim, retomando a importância do trabalho de *advocacy* ou *lobby* junto a deputados e senadores, Sprandel recomendou a leitura do “Guia para orientar ações de Advocacy no Congresso Nacional”, produzido pela OIT e disponível na internet (www.oit.org.br). O guia oferece orientações sobre a estrutura, os procedimentos e os ritos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, visibilizando os caminhos possíveis para ações de *advocacy*. Essas orientações são importantes para poder dialogar e falar de igual com os políticos. *Advocacy* é uma atividade legítima, pois é próprio da democracia o processo de negociação.

Antes de abrir o espaço de perguntas, o mediador Gabriel Godói ressaltou o fato de estar em trâmite no Congresso a adesão pelo Estado brasileiro à Convenção da ONU sobre os Direitos dos Trabalhadores e seus familiares, além do andamento de propostas que modificam o Estatuto do Estrangeiro para ampliar os direitos políticos destes no Brasil, e projetos que estão ligados a uma nova política migratória. As instituições que trabalham com migração têm uma concordância de que é necessária uma política que contemple um plano nacional de acolhimento para o estrangeiro, migrante ou refugiado – inclusive esta foi uma recomendação da Santa Sé ao Estado brasileiro em Genebra, em 2012, no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Dentro desse marco político, foi elaborado um anteprojeto de lei sobre determinação da condição de apátrida – e a mobilização da RedeMiR foi importante nesse sentido. Godói problematizou também o título XV do Projeto de Lei do Senado 236/2012 face à definição de que modelo de hospitalidade quer-se construir no país. A inauguração de um título “Dos Crimes relativos a Estrangeiros” no Código Penal, ao criar novos crimes para punir condutas que já estão no Código Penal hoje, parece acabar consolidando um raciocínio de ver o estrangeiro como inimigo potencial.

5.6 Exposições “Participação social: legislação e debate” e “Vamos encontrar nossas crianças (prevenção ao tráfico)” (09/10/2014, às 15:30h)

A mesa foi moderada por Cyntia Sampaio (OIM) e teve as exposições de Paula Pompeu Laís Mendonça, em um primeiro momento, e Ricardo Paiva (Conselho Federal de Medicina), em um segundo momento.

A primeira exposição foi feita por Paula Pompeu e Laís Mendonça com o tema “Participação social: legislação e debate”. Sobre migração e políticas públicas, mencionaram-se as novas implicações do fenômeno migratório no contexto da globalização do capital e fechamento de fronteiras; a questão da migração tratada na perspectiva da cidadania e dos direitos humanos; e o aumento da migração para o Brasil, bem como as implicações em termos de políticas públicas.

As políticas públicas podem ser influenciadas pela participação social. O direito à moradia, direitos da infância e juventude, política solidária, estatuto da juventude, estatuto da igualdade racial resultaram de demandas vindas dos movimentos sociais. Entre os espaços institucionalizados de participação social, destacam-se: conselho de políticas públicas; comissão de políticas públicas; conferência nacional; ouvidoria pública federal; mesas de diálogo; fórum inter-conselhos; audiência pública; consulta pública.

A migração é um tema intersetorial que abarca e pode ser abordado em diferentes espaços de participação. Cada espaço institucionalizado, tendo uma finalidade própria para a participação, não está isolado dos demais e não pode estar descolado dos outros processos em andamento.

Mas há dilemas dos espaços institucionalizados de participação social. Nos conselhos e comissões de políticas públicas nem sempre as regras de seleção dos participantes são suficientemente abertas, e pode haver representantes com pouca conexão com os movimentos sociais de base. Em conferências nacionais, há dificuldade para monitorar os resultados dos processos e cobrar os seus resultados. Audiências e consultas públicas algumas vezes ocorrem quando as principais decisões já foram tomadas.

Dentre os Conselhos Nacionais que podem tratar da questão migração, foram citados: Conselho Nacional de Imigração (CNIg); Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Conselho Nacional de Erradicação de Trabalho Escravo; Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; e o Conselho Nacional de Assistência Social.

Fez-se também um apanhado sobre as Conferências Nacionais que discutiram o tema da migração entre os anos de 2003 e 2012. Nesse período, ocorreram 88 conferências nacionais, e em 13 delas foram identificadas propostas de promoção dos direitos dos migrantes e refugiados (65 proposições no total). Essas propostas surgiram, por exemplo, nas I e II Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (realizadas em 2005 e 2009) e nas IX e XI Conferências Nacionais de Direitos Humanos (em 2004 e 2008). Dada a baixa incidência da temática migratória nas conferências, questionou-se se há falta de representação de migrantes e refugiados, invisibilidade do tema para a sociedade como um todo ou proibições relativas à participação social dos migrantes.

Ainda sobre o tema migratório, tomou-se o exemplo de São Paulo, que realizou a audiência pública “Acesso à Cidadania, Direitos Civis e Participação Política dos Imigrantes”, requisitada pelo Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Migrantes no Brasil. Neste município, cada subprefeitura que apresenta pelo menos 0,5% de estrangeiros em sua população abriu uma vaga de conselheiro, que cumpre o papel de exercer o controle social sobre planejamento, ações e gastos públicos e sugerir políticas públicas.

Por fim, mencionaram a importância também da participação social em espaços não institucionalizados, por ser a única forma de garantir a autonomia da sociedade civil, por ser necessária para definir as demandas de associações e movimentos antes de partir para os espaços de diálogo e negociação e posicionar-se frente ao poder público, e por ser necessária para fazer com que os representantes da sociedade civil realmente a representem. Entre as formas de participação não institucionalizadas, foram citadas associações, movimentos sociais, confederações, fóruns, redes e articulações.

Em seguida, Ricardo Paiva apresentou o tema “Vamos encontrar nossas crianças (prevenção ao tráfico)”. Iniciou sua exposição observando que é impossível quantificar o número de crianças desaparecidas no mundo, mas a UNICEF calcula algo em torno de 2,2 milhões. Estima-se que 1,2 milhão de crianças sejam traficadas por ano, fundamentalmente para realizarem trabalho escravo.

Os modos de desaparecimento são, por ordem, fuga decorrente de maus tratos, rapto, abandono, e sequestro. As crianças desaparecidas são alvo de exploração sexual/pedofilia, adoção (venda), trabalho escravo e extração (comércio) de órgãos.

No panorama internacional, a maior parte dos desaparecimentos se dá na África e Ásia. Nos EUA, 450.000 crianças desaparecem por ano.

No Brasil, foi realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sob relatoria da deputada Andreia Zito (PR), para investigar o desaparecimento de crianças. Dessa CPI, resultaram ações como: a Lei Federal nº 11.259/2005, conhecida como lei de busca imediata; a criação de um cadastro nacional de crianças desaparecidas (em que atualmente constam 1.600 cadastrados, número considerado desatualizado); a iniciativa de criar banco de DNAs; e a ferramenta de envelhecimento digital (embora apenas o Paraná a possua).

São registrados em média 50.000 casos anuais de desaparecimento de crianças no país. Desses, 25% referem-se a São Paulo, estado que apresenta o maior índice de desaparecimento, seguido por Rio de Janeiro. As fugas de casa compreendem a causa de 76% dos casos, muitas vezes associadas a maus tratos e alcoolismo. O governo brasileiro reconhece que 10 a 15% das crianças desaparecidas não são reencontradas.

Entre as ações de prevenção ao desaparecimento de crianças, mencionaram-se: ensinar desde cedo à criança o nome completo do pai e da mãe; tirar o quanto antes o RG da criança; orientar a não dar informações ou receber presentes de qualquer desconhecido que se aproxime; conversar sempre com os filhos e conhecer as pessoas que convivem com eles; às pessoas que necessitam de atenção especial, garantir que levem sempre dados de identificação consigo; atentar ao uso que os filhos fazem de computadores com internet, etc.

Em casos de desaparecimento, recomenda-se buscar as seguintes instituições: delegacia mais próxima; disque 100; Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (tel.: (61) 3429-9336); Serviço de Busca de Paradeiro da Cruz Vermelha (tel.: (21) 2221-0658); e Polícia Federal (denúncias sobre tráfico de seres humanos). Citaram-se também o ICMEC e o *Missing Kids*, organizações que integram redes de resgate a crianças desaparecidas, constituídas por diversos países americanos e europeus.

Em relação à atuação de médicos, Paiva sugere a criação de um cadastro latino-americano associado a centros de divulgação internacional.

Após as exposições, foi aberto espaço para debate.

5.7 Trabalho em grupos e encaminhamento da síntese: “Acolhida, integração de imigrantes e incidência em políticas públicas: priorização de propostas” (10:00h)

Foi apresentada uma matriz de propostas recolhidas da prática e das pendências não atendidas ao longo dos dez anos de atuação da RedeMiR. Essa matriz trazia 11 propostas de diferentes áreas. Cada grupo regional priorizaria as propostas, destacando as 3 de maior importância e listaria ações para sua efetiva implementação, assinalando inclusive se tais propostas seriam de responsabilidade local ou nacional.

Os trabalhos foram sistematizados nos quadros a seguir.

Grupo de Trabalho da Região CENTRO-OESTE

Ordem	Área Temática	Propostas sintetizadas	Ações de Incidência da Sociedade Civil	Âmbito
1	Legislação	Adotar uma nova Lei de Migrações, ratificação da Convenção dos Trabalhadores Migrantes e aprovação da PEC que permita o voto aos estrangeiros residentes no Brasil.	- Organizar uma equipe no estado que faça a interlocução com os deputados e senadores na defesa da legislação (sobre migração).	Local e Nacional
			- Promover reuniões e debates sobre os temas de legislação sobre migração.	Local
2	Trabalho, Inserção Laboral e Empreendedorismo	Criar mecanismos para prevenir a exploração no trabalhador migrante e refugiado e para facilitar o acesso de dos mesmos ao mercado de trabalho formal: documentação, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, empreendedorismo.	- Estabelecer termo de cooperação técnica com a Superior Regional de Trabalho.	Local
			- Estabelecer parcerias com instituições afins.	Local
			- Produzir e divulgar informações escritas/impressas em outros idiomas, para trabalhadores e empregadores.	Local e Nacional
3	Educação e Cultura	Educação: Ampliar e divulgar os cursos de português e cultura brasileira para migrantes e refugiados. Cultura: Estimular a produção cultural das comunidades migrantes residentes no Brasil, e favorecer ambiente intercultural voltado à interação harmoniosa entre os migrantes e a sociedade brasileira.	- Propor às universidades, escolas públicas e institutos Técnicos Federais, a criação e/ou ampliação de cursos de língua portuguesa.	Local e Nacional
			- Organizar eventos culturais, integrando os migrantes e refugiados à sociedade brasileira (elaborar calendário de eventos culturais).	Local

Grupo de trabalho da REGIÃO SUDESTE

Ordem	Área Temática	Propostas sintetizadas	Ações de Incidência da Sociedade Civil	Âmbito de Atuação
1	Legislação	Adotar uma nova Lei de Migrações, ratificação da Convenção dos Trabalhadores Migrantes e aprovação da PEC que permita o voto aos estrangeiros residentes no Brasil.	- Fortalecer a participação de imigrantes e refugiados(as) em esferas públicas de deliberação e promoção dos direitos.	Local e Nacional
			- Propor alterações em uma das PEC's, e logo que a mesma representar-nos da melhor maneira, apoiar sua aprovação.	Local e Nacional
2	Saúde	Garantir o acesso à saúde básica, preventiva e atendimento específico à população de interesse na chegada ao país (vacinas, exames laboratoriais e tratamento emergencial, entre outros).	- Sensibilizar os trabalhadores das UBS com palestras e encontros de formação.	Local e Nacional
			- Incidir para que o Ministério da Saúde elabore e distribua cartilhas informativas sobre as doenças e os mitos relacionados à população migrante. A sociedade civil pode sugerir tópicos relevantes para a comunidade migrante com base na experiência acumulada e nas realidades regionais.	Local e Nacional
3	Trabalho, Inserção Laboral e Empreendedorismo	Criar mecanismos para prevenir a exploração no trabalhador migrante e refugiado e para facilitar o acesso de dos mesmos ao mercado de trabalho formal: documentação, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, proteção do trabalhador e empreendedorismo.	- Publicar em outros idiomas o "Guia sobre trabalho no Brasil para haitianos" e distribuí-lo amplamente entre os migrantes e refugiados.	Local e Nacional
			- Estabelecer parcerias com o MPT e demais órgãos relacionados ao trabalho e emprego para desenvolver as seguintes atividades: *Sensibilização e prevenção da exploração; *Parceria com o "Sistema S" *Influenciar na qualificação dos SINES e na sensibilização de seus funcionários; *Sensibilização das universidades quanto à validação dos diplomas dos(as) imigrantes/refugiados/apátridas e brasileiros retornados.	Local e Nacional

Grupo de trabalho da REGIÃO NORDESTE

Ordem	Área Temática	Propostas sintetizadas	Ações de Incidência da Sociedade Civil	Âmbito de Atuação
1	Abrigo Temporário, Locais de acolhida	Abertura de novas unidades de acolhida temporária para receber migrantes e refugiados chegados ao país, atenção especial a grupos familiares.	- Fortalecer a rede de parceiros locais.	Local
			- Articular-se com atores do poder público, em especial, a Secretaria de Assistência Social para provocá-lo para a causa, pois os abrigos têm uma estrutura voltada para abrigar a população em situação de rua e não respondem às especificidades da população migrante.	Local

			- Estabelecer um recurso para ser gerenciado pela sociedade civil para o acolhimento do/da migrante.	Nac.
			- Fortalecer os locais de acolhida para fornecer informações básicas necessárias para os migrantes.	Local
2	Educação	Ampliar e divulgar os cursos de português e cultura brasileira para migrantes e refugiados	-Estar atento às necessidades específicas de mulheres e crianças por ocasião da oferta de cursos de português e de cultura brasileira.	Local
			- Incidir junto à Secretaria de Educação para a multiplicação de locais de aula mais próximos à moradia da população migrante.	Local
			- Articular com os Institutos Federais para aberturas de turmas para migrantes (por meios de convênios).	Local
			- Realizar ações educativas para aumentar o interesse da população migrante nas aulas, destacando a importância do certificado do aprendizado do idioma português e também realizar uma pesquisa sobre as causas das faltas dos migrantes às aulas oferecidas.	Local
			- Aliar as aulas de português ao ensino/debate sobre direitos e deveres (Lei Maria da Penha, ECA, Disque 100).	Local
3	Trabalho, Inserção Laboral e Empreendedorismo	Criar mecanismos para prevenir a exploração no trabalhador migrante e refugiado e para facilitar o acesso de dos mesmos ao mercado de trabalho formal: documentação, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, proteção do trabalhador e empreendedorismo.	- Fortalecer parcerias com a Federação de Indústrias, do Comércio e de Agências do Trabalho e Emprego.	Local
			- Fazer ações de esclarecimento junto aos migrantes e aos empregadores sobre as características da documentação de trabalho desta população, incluindo direitos e deveres.	Local
			- Avaliar as especificidades de estudantes estrangeiros que não têm direito a carteira de trabalho para ajudá-los a conseguir alguma fonte de renda legal (estágio remunerado, bolsas de pesquisas, outras formas de auxílios).	Local
4	Promoção da Causa das Migrações	Informar a sociedade brasileira sobre a temática da migração e do refúgio, promovendo valores de solidariedade, respeito e tolerância, reconhecendo direitos e obrigações.	- Provocar a mídia local para a produção de notícias que reflitam valores de respeito à população migrante.	Local e Nac.
			- Estimular a criação de campanhas nas escolas para informar sobre e promover respeito à população migrante.	Local e Nacional
			- Tentar participar de comitês e conselhos (municipais e estaduais) que debatem temas sociais, levando a preocupação com a população migrante.	Local e Nacional

Grupo de Trabalho da REGIÃO NORTE

Ordem	Área Temática	Propostas sintetizadas	Ações de Incidência da Sociedade Civil	Âmbito de Atuação
1	Abrigo Temporário	Abertura de novas unidades de acolhida temporária para receber	- Advogar com o governo municipal e Estado, Secretaria de Assistência Social para abertura	Local

	o, Locais de acolhida	migrantes e refugiados chegados ao país, atenção especial a grupos familiares.	de espaços de acolhida para os migrantes.	
			- Informar-se sobre as políticas sociais e ocupar lugar nos conselhos – SEAS, CRAS, CREAS, CMAS.	Local
			- Pressionar o governo do estado sobre o desvio de função dos abrigos e casas de passagens que estão sendo usadas p/ outras finalidades.	Local
			- Fiscalizar corretamente os abrigos para que os mesmos possam atender aos migrantes e refugiados.	Local
			- Propor a criação de parcerias para abertura de novos abrigos (quando inexistentes) e projetos encaminhar projetos por meio das instituições da Redemir.	Local
			- Se informar sobre boas práticas existentes nas faixas de fronteira para colaborar com o governo.	Local
2	Saúde	Garantir o acesso à saúde básica, preventiva e atendimento específico à população de interesse na chegada ao país (vacinas, exames laboratoriais e tratamento emergencial, entre outros).	- Promover ações de sensibilização junto aos cidadãos e às equipes dos centros de saúde e dos hospitais sobre os direitos e deveres dos migrantes e refugiados.	?
			- Exigir o cumprimento da Lei 6259/75 (Art.10) que estabelece que a notificação compulsória de casos de doenças possui caráter sigiloso (utilizar exemplo dos casos de haitianos).	?
			- Advogar junto ao governo para capacitar funcionários da região de chegada do migrante do refugiado atender esta população considerando suas especificidades.	?
			- Advogar junto ao Conselho Municipal de Saúde a presença de médicos que falem o(s) idioma(s) dos migrantes e refugiados em regiões onde haja uma grande concentração desta população.	
			- Inquietação do Grupo: necessidade, e consequente falta de serviços disponíveis, no campo da saúde mental à população migrante e refugiada.	?
3	Trabalho, Inserção Laboral e Empreendedorismo	Criar mecanismos para prevenir a exploração no trabalhador migrante e refugiado e para facilitar o acesso de dos mesmos ao mercado de trabalho formal: documentação, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, proteção do trabalhador e empreendedorismo.	- Estabelecer parcerias com o Ministério Público do Trabalho, SENAIS, CETAM etc, sensibilizando tais instituições sobre o tema das migrações, direitos e deveres dos migrantes e dos refugiados.	?
			- Solicitar a inserção dos migrantes e refugiados nos cursos do PRONATEC. Há um impedimento para o cadastro desta população no site do programa, pois é pedido o “RG” como documento de identificação do candidato, o que não contempla os estrangeiros que possuem o “RNE”.	?
			- Promover ações de sensibilização com empregadores sobre os direitos e deveres laborais dos migrantes e refugiados.	?

4	Legislação	Adotar uma nova Lei de Migrações, ratificação da Convenção dos Trabalhadores Migrantes e aprovação da PEC que permita o voto aos estrangeiros residentes no Brasil.	- Impulsionar as ações da COMIGRAR para que elas se tornem reais.	?
			- Advogar junto ao legislativo para a aprovação de uma nova Lei de Imigração.	?
			- Advogar pelo direito ao voto dos migrantes e dos refugiados.	?
			- Advogar pela concessão automática da residência permanente para os refugiados.	?

Grupo de Trabalho da Região SUL

Ord em	Área Temática	Propostas sintetizadas	Ações de Incidência da Sociedade Civil	Âmbito de Atuação
1	Legislação	Adotar uma nova Lei de Migrações, ratificação da Convenção dos Trabalhadores Migrantes e aprovação da PEC que permita o voto aos estrangeiros residentes no Brasil.	- Promover fóruns, audiências públicas, palestras, seminários e etc, envolvendo as universidades nestes espaços, para debate e reflexão da temática.	?
			- Promover ações de Lobby nas casas federais que a proposta da nova legislação seja votada, envolvendo as representações políticas locais e estaduais nessa articulação. Junto a essa ação, mobilizar uma ação nacional com a presença dos próprios imigrantes nessa ação.	?
			- Implantar e implementar os comitês estaduais descentralizando também para os regionais/municipais.	Local
2	Abrigo Temporário, Locais de acolhida	Abertura de novas unidades de acolhida temporária para receber migrantes e refugiados chegados ao país, atenção especial a grupos familiares.	- Promover debates e reflexões junto aos órgãos públicos municipais e estaduais para viabilizar a efetivação desses espaços.	?
			- Informar que o MDS abriu edital para os Estados mapear os locais onde a demanda é mais urgente.	?
3	Trabalho, Inserção Laboral e Empreendedorismo	Criar mecanismos para prevenir a exploração no trabalhador migrante e refugiado e para facilitar o acesso de dos mesmos ao mercado de trabalho formal: documentação, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, proteção do trabalhador e empreendedorismo.	- Compartilhar de materiais orientativos já existentes de experiência como Porto Alegre, São Paulo e do Ministério da Justiça de cartilhas contendo direitos e deveres trabalhistas para os trabalhadores migrantes e empregadores.	Nacional
			- Incentivar o cadastro único dos trabalhadores migrantes no SINE.	Nacional
4	Educação	Ampliar e divulgar os cursos de português e cultura brasileira para migrantes e refugiados	- Buscar parcerias com universidades núcleos de educação para descentralizar cursos em espaços mais acessíveis aos imigrantes.	?
			- Incentivar a implantação nas universidades da Cátedra Sergio Vieira de Melo.	?
			- Mobilizar e motivar voluntários/estagiários para a promoção dos cursos de português nas entidades.	?
			- Promover oficinas sobre o sistema educacional brasileiro para orientação sobre procedimentos para regularização e validação dos certificados dos imigrantes.	?

			- Advogar pela promoção do Ensino Integrado: ensino público + empresas + instituições filantrópicas.	?
			- Buscar a inserção dos imigrantes refugiados no Sistema S.	?
			Inquietação do Grupo: Como fazer a tradução juramentada dos certificados de ensino médio e outros da população? Quem assume esse custo?	?
5	Saúde	Garantir o acesso à saúde básica, preventiva e atendimento específico à população de interesse na chegada ao país (vacinas, exames laboratoriais e tratamento emergencial, entre outros).	- Mutirão de atendimento da população migrante em parceria com os postos de saúde (UBS).	?
			- Motivar o cadastramento no SUS e SUAS.	?
			- Produzir cartilhas com orientação e informações quanto aos direitos na área da saúde e os locais de atendimento.	?
			- Propor uma capacitação aos técnicos da área da saúde e conselhos das respectivas profissões, principalmente no que tange a saúde mental da população migrante.	?
			- Propor um diálogo entre a RedeMiR e o Ministério da Saúde para viabilizar a proposta dentro do Programa mais Médico acordado com os municípios, que tenha como um dos critérios de seleção de um profissional para uma determinada região, a identificação da nacionalidade desse médico com os locais onde há um fluxo migratório mais específico e que tenha essa identificação com o profissional.	?

AÇÕES DE INCIDÊNCIA – NÍVEL NACIONAL

Os temas priorizados seguem resumidos por região no quadro abaixo. Considerando apenas os três primeiros temas priorizados e atribuindo um sistema de pontos¹, chegamos à seguinte priorização global como um posicionamento das entidades participantes do X Encontro das Redes em 2014:

2. Área Temática	Ordem de prioridade indicada					Total de pontos atribuídos
	C. Oeste	Sudeste	Nordeste	Norte	Sul	
Legislação	1	1		4	1	9 pontos
Abrigo Temporário, Locais de Acolhida			1	1	2	8 pontos
Trabalho, Inserção Laboral e Empreendedorismo	2	3	3	3	3	6 pontos
Saúde		2		2	5	4 pontos
Educação e Cultura	3		2		4	3 pontos
Promoção da Causa das Migrações			4			0 pontos

¹ Onde, 1ª. Prioridade = 3 pontos / 2ª. Prioridade = 2 pontos / 3ª. Prioridade 1 ponto.

Tomando em conta os temas priorizados e as ações de incidências indicadas expressamente para serem realizadas em âmbito nacional, segue o quadro abaixo:

Legislação	- Organizar uma equipe no estado que faça a interlocução com os deputados e senadores na defesa da legislação (sobre migração).
	- Fortalecer a participação de imigrantes e refugiados(as) em esferas públicas de deliberação e promoção dos direitos.
	- Propor alterações em uma das PEC's, e logo que a mesma representar-nos da melhor maneira, apoiar sua aprovação.
Trabalho, Inserção Laboral e Empreendedorismo	- Produzir e divulgar informações escritas/impressas em outros idiomas, para trabalhadores e empregadores.
	- Publicar em outros idiomas o "Guia sobre trabalho no Brasil para haitianos" e distribuí-lo amplamente entre os migrantes e refugiados.
	- Estabelecer parcerias com o MPT e demais órgãos relacionados ao trabalho e emprego para desenvolver as seguintes atividades: *Sensibilização e prevenção da exploração; *Parceria com o "Sistema S" *Influenciar na qualificação dos SINES e na sensibilização de seus funcionários; *Sensibilização das universidades quanto à validação dos diplomas dos(as) imigrantes/refugiados/apátridas e brasileiros retornados.
	- Compartilhar materiais de orientação já existentes e de experiências como Porto Alegre, São Paulo; materiais do Ministério do Trabalho e IMDH e do Ministério Público do Trabalho: cartilhas contendo direitos e deveres trabalhistas para os trabalhadores migrantes e empregadores.
	- Incentivar o cadastro único dos trabalhadores migrantes no SINE.

5.8 Exposição "Orientações sobre Saúde para os Agentes Sociais que atuam com Migrações" (14:00h)

A última mesa foi mediada por Ir. Rosita (IMDH) e Cyntia Sampaio (OIM) e trouxe a apresentação de Marcus Quito (Ministério da Saúde, membro do CONARE), com orientações de saúde – tratando em especial do ebola – para agentes que lidam com a questão migratória.

Quito abriu sua exposição falando da necessidade de se discutir os aspectos associados ao surto de ebola especialmente na tentativa de sensibilizar a respeito do grau de vulnerabilidade associado a deslocamentos e esclarecer a questão junto a agentes de Estado e demais atores que fazem parte da proteção internacional, a fim de diminuir a ansiedade e de contribuir na acolhida mais eficiente, humana e solidária a migrantes.



Contextualizando, o surto do ebola vem acontecendo desde o final do ano passado na costa ocidental da África; é um vírus com alto poder infectante; foi descoberto às margens do rio Ebola em 1976 por Piot, pesquisador europeu; e o surto atual é considerado o mais impactante para a saúde pública internacional. Primeiro, porque vem se arrastando ao longo do tempo. Esse aspecto, associado ao alto grau de letalidade, agrava a preocupação geral sobre o assunto, mas é necessário desconstruir o pânico – que é um caos para quem lida com a saúde pública e com fluxos migratórios.

A doença é, sim, considerada gravíssima (grau de classificação de agente biológico nível 4). A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência internacional de saúde pública em 8 de agosto com o intuito de amparar e angariar mais esforços e recursos para os países afetados pelo surto,

e não para reforçar os países a erguerem medidas contra o deslocamento de pessoas. A iniciativa, portanto, é fortalecer as medidas humanitárias para resolver o problema do surto na localidade. Assim, trabalha-se com a noção de que não é verdade que o ebola vai colocar em risco todos os países do mundo. A análise de risco que se faz é relacionada aos países acometidos pelo surto, com disseminação estendida da doença, quais sejam: Guiné, Serra Leoa e Libéria.

Nesse momento, o surto nesses 3 países está fora de controle. O vírus tem alto poder de infectante, mas só ocorre pelo contato próximo. O contágio se dá por contato com secreção, sangue ou excrementos – diferente, por exemplo, do sarampo, que se transmite pelo ar. A transmissão só é percebida se a pessoa estiver manifestando os sintomas. Os profissionais de saúde são, assim, considerados o grupo de maior risco de infecção. Mas, novamente, na análise, o risco está associado aos países onde está ocorrendo o surto; em função disso, a orientação e estratégias internacionais para a contenção do surto internacional são direcionadas para conter a transmissão de ebola nesses 3 países (foram pontuais a existência de casos em outros países da África, como Nigéria e Senegal, de pessoas que adquiriram a doença nos países onde ocorre o surto, e, uma vez que não houve mais casos, esses países estão sendo considerados livres do ebola).

Um importante aspecto de disseminação maciça nos 3 países tem a ver com a forma como as pessoas tratam os corpos dos familiares mortos, de contato muito próximo. Esse caráter cultural contribui na infecção, pois o cadáver continua transmitindo o vírus. Trabalha-se com um cenário de alta gravidade para esses países, com medidas sanitárias de restrição de saída. A orientação da ONU é restringir a saída das pessoas que têm sentido manifestação de sintomas ou tenham tido contato com pessoas doentes. Essa é a única orientação restritiva que tem acontecido no mundo.

Saindo do cenário da África ocidental, a análise de risco feita se dá a partir da perspectiva de ingresso da doença nos países. No caso do Brasil, trabalha-se com duas linhas de hipótese. A primeira é quando uma pessoa chega ao Brasil e, com alguns sintomas, apresenta-se ao serviço de saúde relatando ter tido contato com uma pessoa doente na região do surto. Há um protocolo de ativação nesses casos: o serviço de saúde é responsável por acolher e será responsável por executar medidas já previstas. A segunda hipótese refere-se a um cidadão que está em deslocamento por avião ou navio e é caracterizado como caso suspeito, após ter estado na região de surto e manifestado sintomas. Nesse caso, há protocolos para os aeroportos e portos. A estrutura de recepção nesses casos está preparada.

Existe ainda uma terceira análise de risco, mas de risco considerado muito superficial, relacionada ao ingresso via fronteira seca. O Ministério da Saúde tem trabalhado bastante para desconstruir alguns mitos, principalmente com a Polícia Federal, sobre a entrada do vírus a partir do deslocamento de estrangeiros vindo desses países via fronteira seca. A avaliação demonstra que essa possibilidade é remota (em estudo da ONU que listou 30 países com risco de entrada de ebola, o Brasil aparece com 5% de probabilidade, associada principalmente ao aeroporto de Guarulhos). De todo modo, as orientações para os profissionais de saúde ou que trabalham com migração nas fronteiras são: havendo caso de estrangeiro que manifeste sintoma, deve-se imediatamente envolver a Anvisa (que tem telefone 24h por dia para contato). Após essa comunicação, automaticamente o protocolo passa a funcionar, envolvendo Ministério, secretarias de saúde e postos locais. O caso suspeito será monitorado, assim como os agentes de fronteira que estiveram em contato direto com ele.

Considerado isso, insiste-se para que não haja diferenciação de tratamento de migrantes e para que não se pense que é necessário estar paramentado para atender um cidadão africano, por exemplo. Sobre os africanos que chegam ao país, a maior preocupação do MS, na verdade, é relativa à malária, doença letal cujo maior desafio de tratamento é o diagnóstico errado, que ocorre em muitos casos e leva o paciente a não ser devidamente medicado. A probabilidade maior de doença é a malária, e ela deve ser descartada quando eventualmente se estiver tratando de casos suspeitos de ebola, que têm sintomas semelhantes em um primeiro momento. Nessa direção, uma coisa que se discute nesse cenário é que provavelmente a letalidade de malária na região extra-amazônica brasileira irá cair, pois

serão feitos testes rápidos para descartá-la, ou confirmá-la, quando se tiver à frente de casos suspeitos de ebola. Seguiu-se um debate e esclarecimento de dúvidas com os participantes.

5.9 Avaliação do Encontro - Síntese

Total de fichas de avaliação preenchidas: 50

Marque com um X sua opção		Ótimo	Bom	Regular	Comentários ou mensagens
1. Hospedagem	Hospedaram-se no local 34 pessoas	27	7	--	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Foi muito bom ➤ Muito bom: quarto, sala, espaços bons; ➤ Cada hóspede deveria ter a chave de entrada do prédio de hospedagem ➤ Local acolhedor
	Não se hospedaram: 16	--	--	--	
2. Alimentação		40	9		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acredito que poderia haver mais opções sem carne; ➤ Ótima. Melhor impossível. Quando há coquetel, pode-se dispensar a janta. ➤ Eu gostei muito da comida. É muito boa. ➤ Pouca variedade de saladas ➤ Bem variada
3. Material distribuído		41	8	1	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eu fiquei muito satisfeito com isto. ➤ Gostei muito; Vai ser um bom subsídio; ➤ Socializar o material ao longo do Encontro ➤ Bem cheio de conteúdo ➤ Não recebi o material por e-mail
4. Informações prévias e organização		40	7		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Excelente ter recebido informações anteriores por e-mail; ➤ Claras, precisas, ajudam muito. Ótimas. ➤ Preparação antecipada ajuda muito a focar os temas e aproveitar melhor o rendimento ➤ Parabenizo pela clareza, agilidade.
5. Confraternização		38	9		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Maravilhosa! ➤ Não participei, por isso não posso opinar; ➤ Parabéns! ➤ Fiquei feliz! Encontrar todas as pessoas é muito bom. ➤ Entrosamento e partilha; ➤ Bem organizada e com surpresas.
6. Conferências e exposições		37	13		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Algumas boas, outras tímidas. ➤ Foram ótimos os temas que permitiram, principalmente, relacionar os casos concretos trazidos pela plateia com a exposição dos palestrantes; ➤ Claras, precisas, dentro da realidade e do objetivo proposto;
7. Trabalhos em grupo		25	18	2	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Muito bom ➤ Não participei ➤ Precisaria mais trabalho em grupos ➤ Sempre ajudam na partilha e novos conhecimentos. ➤ Foi muito bom o trabalho em grupos que fizemos; ➤ Reflexão sobre nossa realidade ➤ Mais tempo para esta atividade. O tempo foi pouco; ➤ Mais tempo para o diálogo regional.
8. Interação entre os participantes/entidades		29	17	1	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma riqueza

À pergunta “Saio do Encontro...” responderam: Feliz: 26; Amimado/a: 28; Confiante: 11; Preocupado/a: 4; Com ideias novas: 19. Outras expressões referidas espontaneamente: Mais esclarecida, Desafiada, Confirmação.

Indique um ponto forte deste Encontro:

- ✓ Seriedade e compromisso da Rede em cumprir seus planos para proteção aos refugiados e imigrantes;
- ✓ A escolha dos temas;
- ✓ As experiências dos representantes das instituições que formam a Rede
- ✓ A troca de experiências entre os participantes, e a oportunidade de conhecer mais membros da Rede;
- ✓ Ouvir experiências;
- ✓ Integração das entidades, assuntos atuais;
- ✓ Participação e maturidade
- ✓ Participação de refugiados e imigrantes;
- ✓ A organização do Encontro e atenção do IMDH;
- ✓ Integração;
- ✓ Troca de experiências;
- ✓ Troca de experiências, desafios e conquistas entre as diferentes entidades;
- ✓ O ambiente, os temas, a confraternização;
- ✓ Os palestrantes convidados foram bem selecionados e contemplaram os anseios da Rede
- ✓ Panorama sobre legislação, questões de saúde e trabalho; as proposições dos grupos;
- ✓ As exposições dos convidados, a participação de muita gente pela primeira vez;
- ✓ Participação dos imigrantes e fortalecimento das redes e parcerias, ajuda na troca de experiências e o enriquecimento mútuo;
- ✓ Iniciativas e processos legislativos em trâmite (apresentação de Marcia)
- ✓ Integração, muita informação;
- ✓ Confraternização
- ✓ Os 10 anos da Rede, a integração com migrantes e refugiados, o tema da migração em trâmite no Congresso;
- ✓ Troca de experiências com formação
- ✓ O nível das apresentações dos relatores;
- ✓ A liderança discreta da Ir. Rosita Milesi
- ✓ Oportunidade de partilha
- ✓ O tema do Encontro, as exposições;
- ✓ Lutas pelos direitos dos Refugiados e dos migrantes;
- ✓ A conferência de Márcia Sprandel (2)
- ✓ A integração no debate
- ✓ A caminhada da rede e participação de pessoas novas: migrantes e refugiados
- ✓ As exposições possibilitaram um conhecimento grande (2)
- ✓ A recepção na chegada;
- ✓ A integração e interação entre os participantes (2)
- ✓ As palestras e os conteúdos precisos;
- ✓ A dinâmica do Encontro
- ✓ A troca de experiências e saberes no movimento de articulação e fortalecimento da Rede;
- ✓ Processos Legislativos
- ✓ Os temas discutidos e debatidos e a convivência (3)
- ✓ As mesas muito boas, com temas bem esclarecedores;
- ✓ Informações prévias e organização;
- ✓ Interação entre a sociedade civil e o Estado;
- ✓ Encontro de pessoas, sensíveis à causa do migrante e refugiado;
- ✓ Os trabalhos em grupo;

Indique um ponto fraco do Encontro:

- ✓ No momento, não tenho nenhum;
- ✓ Problemas de internet que não funcionou (2)
- ✓ O tempo curto para temas tão abrangentes;
- ✓ Não houve pontos fracos;
- ✓ Pouco tempo de debate (4)
- ✓ Não houve tempo para passear;
- ✓ A pedagogia fraca;
- ✓ Faltou alguma dinâmica durante a tarde;
- ✓ Faltou haver diariamente uma parte celebrativa da vida – mística em cada dia, como no início.
- ✓ Muito conteúdo para ser absorvido;
- ✓ Só um participante por entidade; seria bom que mais pessoas pudessem participar;
- ✓ Pouco tempo para partilhas locais;
- ✓ Pouca interação com a assembleia (diálogo);
- ✓ Faltou a presença e fala “oficial” da Igreja (CNBB);

Em novo Encontro eu gostaria de:

- Ser convidado (4)
- Aprofundamento de métodos de ação junto aos migrantes;
- Que continuassem as boas palestras!!
- Direito de voto para os migrantes e refugiados;
- Políticas Públicas de proteção ao Migrante e ao Refugiado;
- Um diálogo com o Governo sobre a nova lei de migrações;
- Discutir migração inserida nas políticas públicas;
- Participar do encontro (2)
- Mais atividades lúdicas, cine-forum
- Continuar aprofundando as propostas até que sejam efetivadas;
- Reduzir o número de exposições. É melhor 2 do que 3 expositores;
- Um debate sobre os egressos estrangeiros;
- Ter Mística no começo de cada dia;
- Ter capacitações com diploma;
- Pontuar os grandes desafios da migração;
- A possibilidade de ampliar a participação por entidade;
- Incluir falas/experiências de imigrantes e refugiados;
- Compor uma mesa com os próprios migrantes;
- Mais espaço para partilha da Assembleia (3)
- Considerar a organização como ponto importante, assim como foi realizado este Encontro;
- Ter mais oportunidade de conhecer o trabalho das organizações presentes;
- Ter um resumo dos avanços do Encontro;
- Que Estados e Organismos internacionais sejam mais práticos e úteis em seus planos. Menos discurso e mais ação, a exemplo da sociedade civil;
- Apresentações culturais brasileiras e de imigrantes;
- Ter um espaço nas mesas de trabalho para dar visibilidade a alguns projetos “bem sucedidos” de membros da rede (não só no Grupo de Trabalho, mas também nas mesas);
- Que o Encontro fosse mais longo (2)
- Palestra sobre “mercado de trabalho” e sobre “Análise de Conjuntura Social”. Precisamos conhecer a “proposta” do sistema capitalista para repensar a nossa ação. Estamos desperdiçando nossa força (preciosa) e por vezes tem sido em vão, frente ao sistema vigente; faz-se necessário repensar a rever nossos planejamentos, uma vez que o número de excluídos tem aumentado e vai aumentar. Temos muita força, mas ainda não sabemos articulá-la o suficiente para enfrentarmos o sistema capitalista; é claro que não vamos combatê-lo (o nível é mundial e não local), mas temos que entender o que está por trás ou nas entranhas do sistema.
- Discussões que tivessem um enfoque de gênero, diversidade, idade e raça;

- Palestras e debate sobre especificidades da questão do refúgio/migração em relação a gênero;
- Mais tempo para apresentação das entidades da Rede, relatos dos temas que mais tratam em seu cotidiano institucional. Além disso, seria bom incorporar proposições surgidas nos trabalhos em grupo, como, por ex., saúde mental;
- Um balanço de avanços e conquistas dos encontros anteriores;

Observações:

- Gostaria de sugerir a realização de oficinas para orientação e capacitação dos agentes, para melhor atuar no local onde trabalha;
- Parabéns pela caminhada da Rede! Parabéns Ir. Rosita!
- Dar uma visão geral das migrações em todas as cidades; não falar somente em umas e deixar outras que tem um fluxo forte de migrações;

Anexo 1 - PROGRAMAÇÃO

Dia 07/10/2014 (terça-feira)

Chegada e confirmação de inscrições

19:30 (auditório do CCB): Cine Fórum, com exibição do filme Monsieur Verdoux (Charles Chaplin, 1947, 124 min). Acesso franqueado a todos e todas.

Dia 08/10/2014 (quarta-feira)

Hora	Tema	Expositores/Responsáveis
07:30	Café da manhã	
08:30	Mística e apresentação dos participantes	Organizadores do evento
10:00	Intervalo	
10:30	Breve saudação das entidades promotoras Conferência: "Cartagena +30"	Representantes das Entidades João Guilherme Granja (Conare) Andrés Ramirez (ACNUR) Fabrício Toledo de Souza (CARJ)
12:30	Almoço	
14:00	"Novos fluxos migratórios" – Exposição "Ações do CNig/MTE na área do trabalho, face aos novos fluxos migratórios para o Brasil" – Exposição (Debate)	Jorge Peraza (OIM) Paulo Sérgio de Almeida (CNig/MTE)
16:30	Intervalo	
17:00	"Iniciativas e processos legislativos em trâmite atualmente na área de Migrações" – Exposição	Marcia Sprandel (Assessora do Senado)
18:30	Jantar	
20:00	Confraternização	

Dia 09/10/2014 (quinta-feira)

Hora	Tema	Expositores/Responsáveis
07:30	Café da manhã	
08:00	"Participação social: Nova legislação" – Exposição	Ricardo Paiva (Conselho Federal de Medicina)
09:00	"Vamos encontrar nossas crianças (prevenção ao tráfico)" – Exposição	

09:30	Orientações sobre Saúde para os Agentes Sociais que atuam com Migrações	Marcus Quito – M. Saúde
10:30	Intervalo	
11:00	Trabalho em grupos: “Acolhida, integração de imigrantes e incidência em políticas públicas: priorização de propostas”	Ir. Rosita Milesi, Cyntia Sampaio, Izabela Mazão, Pablo de Mattos, outros (coordenadores)
12:30	Almoço	
14:00	Plenária e apresentação das propostas de ação	
15:30	- Comunicações dos participantes - Avaliação	
16:30	Encerramento	
Feliz viagem de retorno e boa missão! ☺		

Parte II – Promoção do Voluntariado

Em 2014, o voluntariado tem sido uma marca e um impulso na atuação do IMDH. Uma grande diversidade de colaboradores tem contribuído permanentemente e tem tornado possíveis atividades que, de outro modo, não teriam ocorrido. Um exemplo claro são as aulas de português, ministradas em três diferentes localidades, horários e níveis, todas a cargo de voluntários. Várias outras atividades – Celebração do Dia Mundial do Refugiado e do Migrante, do Dia Internacional da Criança, entre outras, foram viabilizadas através da colaboração dos voluntários. Também se destaca a presença permanente de voluntários na sede do IMDH, colaborando nos vários serviços – atendimento social, jurídico, encaminhamento e orientações ao trabalho, traslado, aconselhamento, traduções, etc.

É de se destacar ainda a colaboração de voluntários das entidades da Rede Solidária – RedeMiR, que possibilitam a realização de serviços que o IMDH necessita prestar a solicitantes de refúgio, refugiados e migrantes. Segue a relação nominal e a média de horas mensais de cada voluntário:

1	Nome	Vínculo	H/M	Área de colaboração
2	Brenda Gonçalves dos Reis	Permanente	16	Assistência Migr. e Ref. (Sede)
3	Claudina Scapini	Permanente	5	Apoio institucional
4	Daniel Oliveira de Rezende	Eventual	16	Apoio Setor Jurídico
5	Davi Malveira Pinheiro	Permanente	16	Apoio Setor jurídico
6	Dinair Xavier	Eventual	20	Assistência a Migrantes (Rede)
7	Giovanna Monteiro Sidney	Permanente	16	Assistência Mig. e Ref. (Rede)
8	Ingrid de Souza Barbosa	Permanente	16	Assistência Mig. e Ref. (Rede)
9	Kamila Silva Rodrigues Araujo	Permanente	8	Aulas de Português
10	Lola Rodrigues	Permanente	30	Assistência a Migrantes (Rede)
11	Ludmyla Nellen Rocha Barros	Permanente	16	Aulas de Português
12	Luisa Maria Silva Merico	Permanente	16	Assistência Mig. e Ref. (Sede)
13	Marcelo Ricardo Soza Alvarez	Permanente	16	Assistência Mig. e Ref. (Sede)
14	Márcia Anita Sprandel	Eventual	10	Produção Acadêmica
15	Niels Soendergaard	Permanente	16	Assistência Mig. e Ref. (sede)
16	Orlando Fantazzini	Eventual	10	Assistência e Políticas Públicas
17	Osani da Silva	Eventual	15	Assistência Mig. e Ref. (Rede)
18	Patrizia Licandro	Eventual	10	Assistência Ref. e Migr. (Rede)
19	Roberto Marinucci	Eventual	10	Produção acadêmica
20	Roger Hector Jabala Zeballos	Eventual	8	Assistência a Refugiados (Rede)
21	Rosa Maria Zanchin	Permanente	5	Assistência refugiados (Rede)
22	Silvia Helena R. M. Rodrigues	Permanente	32	Pesquisa de mercado de trabalho
23	Sofia Cavalcanti Zanforlin	Permanente	16	Assistência e Comunicação Social
24	Sylvia Amaral Romanelli	Eventual	8	Assistência Mig. e Ref. (Rede)
25	Terezinha Mezzalira	Eventual	5	Assistência Mig. E Ref. (Rede)

26	Valdiza Carvalho	Eventual	10	Assistência Mig. e Ref. (Rede)
27	Carlos Veloso	Eventual	12	Translado e entregas
28	Itacir Cardoso Coelho	Eventual	10	Translado e entregas
29	João e Ceci Cavalcante	Eventual	15	Translado, entregas, doações
30	Pe. Gilberto Versiani	Permanente	20	Assistência Mig. e Ref. (Rede)
31	Pe. Onac Axenat	Permanente	20	Assistência Mig.e Ref. (Rede)
32	Zita Morandi	Eventual	3	Assistência Refugiados (Rede)
33	Marcia Ponce	Permanente	10	Assistência Mig. e Ref. (Rede)
34	Neusa Mafra	Permanente	10	Assistência Mig. e Ref. (Rede)
35	Maria Celina Monteiro Gordilho	Permanente	16	Apoio ao Setor Jurídico
36	Maria das Graças Lima Campos	Permanente	48	Integração, trabalho (sede)
37	Marília Fernandes R. Macêdo	Permanente	16	Apoio ao Setor Jurídico
38	Marlene Silveira Miranda	Permanente	16	Assistência Mig. e Ref. (Sede)
39	Marco Tulio Bicalho Gomes	Eventual	6	Aulas de Português
40	Mateus Soares Brasil	Permanente	16	Assistência Mig. e Ref. (Sede)
41	Moana Silvéria Queiroz Silva	Permanente	16	Apoio Setor jurídico
42	Natália M. Honorato Alencar	Permanente	16	Aulas de Português

Avaliação dos Resultados:

Parte I - Encontro da RedeMiR: a avaliação consta no relato acima. Foi altamente positiva, com resultado excelente, tanto no desenvolvimento do Encontro, quanto nas indicações dos trabalhos em grupo e mais positivo ainda na avaliação, acima compilada. Ótimo e bom foi a avaliação dada pela quase totalidade dos participantes. Houve a participação de **85 pessoas** de 42 instituições do País e internacionais.

Parte II - O voluntariado no IMDH foi das maiores forças e das mais queridas presenças em 2014. Além da grande contribuição que os e as voluntárias tem prestado ao IMDH, é de se destacar que a maioria deles é formada por estudantes que se beneficiam de uma valiosa experiência a enriquecer seu currículo e propiciando um contato com pessoas em situação de vulnerabilidade às quais passam a dedicar sua atenção. Esta é uma riqueza. São inúmeras as pessoas que, após um período de voluntariado no IMDH, optam por dedicar-se integral ou parcialmente a atividades sócio assistenciais ou mesmo atividades profissionais voltadas a esta população. O número de beneficiados através dos serviços dos voluntários é a grande maioria dos atendidos diretamente na instituição. Mas, há outros que, em média, somam aproximadamente **350 pessoas**.

Numero de beneficiários: 435 pessoas

Projeto 06: Aulas de Português para Refugiados e Imigrantes

O projeto **Aulas de Português para Refugiados e Imigrantes** está voltado a oferecer ao público alvo a oportunidade de aprendizado do idioma português, bem como colaborar com outras organizações voltadas a este tema, para suprir uma necessidade básica e favorecer inserção social, laboral e cultural dos refugiados e imigrantes no País.

Período de Realização: De 01/01/2014 a 31/12/2014

Atividades:

- Organizar, fazer parcerias, acompanhar e promover aulas de Português, como segunda língua, visando desenvolver as seguintes habilidades: compreensão, expressão, leitura e escrita.
- Introduzir imigrantes e refugiados na cultura brasileira.
- Produzir, obter e propiciar material que favoreça o aprendizado do idioma português;
- Favorecer a comunicação com os nacionais e com as instâncias e espaços de trabalho e de vida social, cultural e religiosa.
- Viabilizar o Passe Livre para os interessados, residentes em regiões distantes do local das aulas.
- Motivar e envolver voluntários
- Firmar projeto de extensão com a Universidade de Brasília pra aulas de português.

Público Alvo: Refugiados, solicitantes de refúgio e Imigrantes.

Recursos Financeiros: do IMDH através de doações.

Recursos Humanos: Assistente de Integração, Professores da UNB, Alunos do UnB e voluntários

Abrangência: Distrito Federal

Desenvolvimento do Projeto

Atividade 1 – Português para Imigrantes e Refugiados no NEPPE/UNB

O Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiro – NEPPE, da Universidade de Brasília, promove cursos de ensino da língua portuguesa aos estrangeiros mediante aulas regulares focadas na comunicação escrita e oral e nas necessidades práticas dos alunos, facilitando a interação do estrangeiro ao novo cenário social. No âmbito da parceria firmada entre IMDH e NEPPE, foi criado um curso específico para imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados.

Em 2014, mantida a parceria, houve um aumento no número de vagas ofertadas. As aulas no primeiro semestre iniciaram no dia 17 de março e foi encerrado no dia 9 de maio. No segundo semestre o curso iniciou-se no dia 3 de setembro e estendeu-se até o dia 23 de outubro. O curso acontece de segunda a quinta-feira, das 19 às 21 horas na Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte, Edifício Multiuso 1, bloco C, sala 28/04.

1º Semestre de 2014

Período: 17/03/2014 a 09/05/2014

1ª turma	
Afzal Iqbal	Paquistão

Ahmed Taha Abdelrazk Zaghloul	Egito
Albaraa Hamou	Síria
Bashar Sabbagh	Síria
Edwine Maurus	Haiti
Guerdy Sully	Haiti
Hasan Aljeer	Síria
Justin Sayuma Buloba	RDC
Khalil Kalout	Síria
Mahmoud Sagherji	Síria
Mamadou Moyyho Diallo	Guiné
Mohamad Adi	Síria
Nadim Alokla	Síria
Shaaan Albakkour	Síria
Wisam Alhanna	Síria
Youdlyne Augustin	Haiti

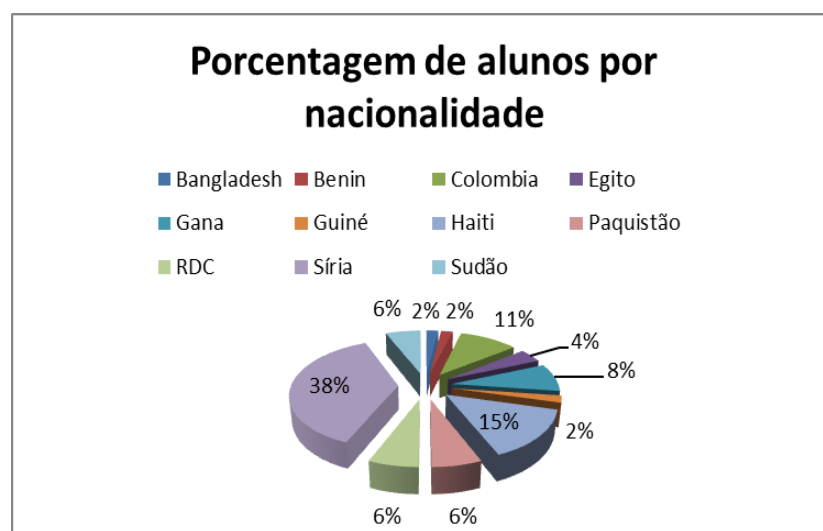
2ª turma	
Abdelillah Abdalla Eltahir Dafaalla	Sudão
Alaa Abou Saad	Síria
Amadji Lionel	Benin
Andres Mauricio Vargas Cabrera	Colômbia
David Camilo Vargas Cabrera	Colômbia
Destine Jean Louis	Haiti
Maria Elena Cabrera	Colômbia
Mohamed Abdalla Basheer Musa	Sudão
Mohammed Ebraheem Nachawaty	Síria
Sarah Matilde Cayon Duarte	Colombiana
Shah Faisal	Paquistão
Abubakari Mohammed	Gana
Abubakari Yakubu	Gana
Jude Dieudonne	Haiti
Naser Nasar	Síria

2º Semestre
Período: 03/09 a 23/10/2014

1ª turma	
Amorabi Soki Mampuya	RDC
Kojo Kanis Donkor	Gana
Mhd Adeb Nashawati	Síria
Kweku Hammond	Gana
Usman Shuaibu Umar	Paquistão
Sayed Al Amin	Bangladesh
Regina Desir	Haiti

2ª Turma	
Abdelillah Abdalla Eltahir Dafaalla	Sudão
Jude Dieudonne	Haiti
Hashem Zarzar	Síria
Fátima Ibraheem Al Nassan	Síria
Danny Issa	Síria
Bashar Sabbagh	Síria
Andres Mauricio Vargas Cabrera	Colômbia
Alaa Abou Saad	Síria
Ahmed Taha Abdelrazk Zaghloul	Egito

No total, 38 alunos frequentaram as aulas no NEPE/UNB, sendo que vários fizeram o primeiro e o segundo módulos, outros só concluíram o primeiro (I Semestre de 2014). Distribuição por nacionalidade:



Atividade 2 – Aulas de Português no Varjão – DF

Na vila Varjão, as aulas transcorreram regularmente durante todo o ano, sob a orientação do professor Umberto Euzébio, da Universidade de Brasília. Aos alunos de nacionalidade haitiana, houve a distribuição de uma cartilha, produzida pelo IMDH e Ministério do Trabalho, com conteúdos básicos em Creolle – Português. As aulas, sempre dadas de forma dinâmica, propiciaram aos alunos reproduzir a realidade, como fazer comprar, ir ao médico, pegar o ônibus, procurar trabalho e conseguir emprego.

O curso foi realizado na Casa São José, Quadra 1, Conjunto D, Lote 3, Varjão – DF, espaço cedido gratuitamente pela Associação Cristã do Lago Norte, com quem o IMDH mantém parceria.

A equipe de professores é constituída fundamentalmente por alunos da UNB:

Professor Coordenador: Umberto Euzébio – Telef.: 61-9997595

Luiz Felipe: 9268-7377 formigabiologia@gmail.com

Carolina Rezende: 81401142 carolrezendem@gmail.com

Clara Fontes: 81539478 cfclarafontes@gmail.com

Luisa Maria Merico: 81988700

Jacqueline Larissa: 82442998 jacquinelarissa-lobes@hotmail.com

Isabela Ottoni: 83135833

Ludmyla Nellen: 61-82217319

	Refugiados e Imigrantes que frequentaram as aulas em 2014			
1	Marcelo Ricardo Soza	Bolívia	81350433	Asa Norte
2	Berthony Pierre	Haiti	81335335	Varjão
3	Voltaire Nareisse	Haiti	83295448	Varjão
4	Meleck Joseph	Haiti	82219636	Varjão
5	Simon Barhebwa	Congo	84216042	Varjão
6	Castor Francilien	Haiti	82921858	Paranoá
7	Arnot Lujeune	Haiti	82041191	Paranoá
8	Esta Herard Faustin	Haiti	92501595	Paranoá
9	Cedieu Registre	Haiti	81562122	Paranoá
10	Mauricio Bermudez	Colômbia	91812149	Asa Sul
11	Yainy Zulimay	Venezuela	81034432	Sobradinho
12	Luis Eduardo Colmenares	Venezuela	92490709	Sobradinho
13	Dutles Pierre	Haiti	82896013	Varjão
14	Ricot Dorsainvil	Haiti	83479307	Varjão
15	Ronald Sainvius	Haiti	81706464	Varjão
16	Elisanne Sanon	Haiti	81370975	Varjão
17	Jean Julner Victor	Haiti	86548166	Varjão
18	Marie Valentin	Haiti		Varjão
19	Valentin Yvenson	Haiti		Varjão
20	Rosena Pierre	Haiti	91995893	Paranoá
21	Leonor Norceide	Haiti	91995893	Paranoá
22	Rodacheke Norceide	Haiti	91995893	Paranoá
23	André Norceide	Haiti	91995893	Paranoá
24	Andress Norceide	Haiti	91995893	Paranoá
25	Herold Norceide	Haiti	91995893	Paranoá
26	Jislaine Saint Cleret	Haiti	82665704	Paranoá
27	Wikelson Dumervil	Haiti	83152440	Paranoá
28	Serge A. Otera	Camarões	85521718	Guará
29	Jean Robert Cesar	Haiti		Paranoá
30	Ferdinand Dieuvaïs	Haiti	82219636	Paranoá
31	Eid Baghdadadi	Síria		Asa Norte

Atividade 3 – Aulas em Samambaia Norte

As aulas tiveram início dia 15 de fevereiro e foram encerradas dia 13 de dezembro de 2014. Foram ministradas no turno matutino, na Escola Classe 431, Quadra 431, Samambaia Norte, espaço cedido gratuitamente ao IMDH, graças à parceria estabelecida para viabilização das aulas de português para os refugiados e imigrantes.

As professoras voluntárias foram: Alice Soares Pessoa; Lubna dos Santos Fontoura de Carvalho; Yara da Silva Ribeiro.

Refugiados e Imigrantes que frequentaram as aulas em 2014				
1	Abu Kowsar Shamim		28	Mosarof Hossain
2	Ali Adeim Ahmed		29	Muhamed Utaka

3	Anthony Kwoffie	30	Muhammed Shahed
4	Baba Yussif Umar	31	Muzafar Asharaf
5	Danial Arshad	32	Osumanu Abdulai
6	Emmanuel Boateng	33	Ratan Miali
7	Sthephen Danso	34	Rifaqat Ali
8	Fazal Wajid	35	Rony Ahmed
9	Faustina Adu Gyamfi	36	Salam Issaka Gnan
10	Fusani Mohammed	37	Saminu Alhasan
11	Francis Owcesy	38	Sharife Hamisu
12	Gulizar Hussain	39	Suraqa Adams
13	Haroon Ali	40	Tariq Yousaf
14	Ismail Mohammed Awta	41	Umar Zarin
15	Issah Habibi	42	Sindakar Bashir
16	Issaka Yaber	43	Amar Abbas Bhatti
17	Main Udin	44	Ali Adeim Abdallah Omer
18	Mohammed Eqbal Hosain	45	Inuss Ali
19	Marcus Anthony Kusi	46	Muftaw Hamza
20	Mayiba Koffi	47	Yakubu Abdul Nasir
21	Ibrahim Khalil	48	Jacob Lamptey
22	Ibrahim Abdul Razak	49	Gifty Tse
23	Isaka Ahmed	50	Syed Mustafa
24	Md. Ibrahim Hossain	51	Sinbefo Patrice
25	MD Abdelraheem Eflacky	52	Yan Luís Oabavezo Laczés
26	Mohammed Romzan Ali	53	Sikandar Bashir
27	Mohammed Yussif	54	Oamar Abbas Bhatti

Fonte: Relatório da professora voluntária Lubna, arquivado na secretaria do IMDH

Avaliação dos Resultados:

É um consenso entre os professores e os alunos, afirmar que as aulas de português tem fundamental importância no processo de inserção e integração dos imigrantes e refugiados. A inserção no mercado de trabalho passa fundamentalmente pelo conhecimento prévio e básico do idioma e, tais aulas contribuem imensamente para este processo de inserção.



As aulas de português, tanto na UnB, quanto no Varjão e em Samambaia, propiciam ademais do conhecimento do idioma, uma relação entre os migrantes e refugiados, que de diferentes lugares e culturas, estabelecem entre si laços de amizade e de ajuda mútua, compartilhando ideias, anseios e dificuldades. Portanto, o saldo das aulas de português é extremamente positivo e constitui-se um importante instrumento de integração que a cada ano não somente é mantido, como também ampliado.

O aproveitamento dos alunos foi avaliado como positivo, na proporção das possibilidades de cada um e segundo o tempo que cada aluno conseguiu frequentar as aulas, pois nem todos frequentaram durante ano todo.

Pessoas Beneficiadas: 132

Projeto 07 - Ação Pastoral da Mobilidade Humana

O projeto **Ação Pastoral da Mobilidade Humana** tem a finalidade de oferecer e propiciar aos imigrantes e refugiados meios e oportunidades de manter a fé, de cultivar suas práticas religiosas e de aproximação entre religiões para que a dimensão religiosa, o cultivo da fé e da espiritualidade sejam forças de sustentação em sua vida e alimento na caminhada migratória em busca de paz e de respeito à sua dignidade humana.

Período de Realização:

Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2014 a 31.12.2014.

Descrição das Ações:

Compreende ações que promovam e possibilitem a prática religiosa, o encontro entre religiões, a vivência da fé e encontros de promoção de valores universais:

Visitar as Paróquias e estimular a ação dos fiéis na atenção e acolhida aos imigrantes;

- Promover e fazer-se presente nas atividades inter-religiosas;
- Promover atividades e momentos específicos de celebração e de oração com a participação de imigrantes e refugiados de diferentes religiões;
- Apoiar e colaborar na viabilização de uma Casa de Acolhida em Brasília;
- Realizar reuniões com equipes de pastoral da Mobilidade Humana, informando-as sobre a realidade migratória no DF;
- Envolver outras entidades na ação de acolhida aos migrantes e refugiados, especialmente a Caritas Arquidiocesana e a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz;
- Apoiar e colaborar com entidades da RedeMiR nas atividades pastorais, religiosas e inter-religiosas, quando realizadas em parceria com o IMDH ou que solicitem apoio.

Público alvo: Refugiados, solicitantes de Refúgio, refugiados e migrantes internos;

Metas de Atendimento:

A ação é universal, pela própria característica, e, portanto, as ações estão sempre abertas a toda a população;

Recurso financeiro: A própria capacidade instalada e insumos do IMDH, apoio de outras entidades e confissões religiosas.

Recursos humanos envolvidos: Equipe do IMDH, Agentes de Pastoral e colaboradores.

Abrangência territorial: Local e nacional

Participação dos usuários: A atividade em si já prevê a participação dos usuários

Desenvolvimento do Projeto

7.1 Encontro de Pastoral de Mobilidade Humana na Tríplice Fronteira – Brasil, Peru e Bolívia

O IMDH ajudou a organizar, participou e contribuiu com conferência e durante toda a realização, em Assis Brasil, Acre, do 1º Encontro de Pastoral da Mobilidade Humana das três fronteiras, com o tema “Situação Migratória na Tríplice Fronteira” – BOLPEBRA (Bolívia, Peru e Brasil). **Participaram 45 pessoas**, dos três países.

O Encontro, realizado nos dias 31 de julho a 2 de agosto de 2014, foi promovido pela Pastoral de Mobilidade Humana da Bolívia, pelos Padres Jesuítas e pelas Irmãs Catequistas Franciscanas que atuam em Assis Brasil e contou com a colaboração do Setor Pastoral da Mobilidade Humana da CNBB.



Estiveram presentes, durante todo o encontro, Dom Joaquin Pertinez, Bispo da Diocese de Rio Branco (Brasil), Mons. Eugenio Coter, Bispo do Vicariato Apostólico de Pando (Bolívia) e Pe. Daniel Wankun Vigil, Vigário Geral Do vicariato de Puerto Maldonado (Peru) e Ir. Rosita Milesi, do Instituto Migrações e Direitos Humanos e membro da Pastoral da Mobilidade Humana da CNBB.

Nos últimos anos a tríplice fronteira – Bolívia, Peru e Brasil – passou a ser o caminho de um fluxo migratório intenso, pelo qual tem chegado ao Brasil imigrantes de várias nacionalidades, sendo as mais expressivas a de haitianos e de senegaleses. Muitos destes imigrantes e solicitantes de refúgio, neste trajeto migratório – Haiti, República Dominicana, Panamá, Equador, Peru, Bolívia, Brasil – são vítimas de violações de direitos humanos, de contrabando de migrantes, de tráfico de pessoas, principalmente, crianças, adolescentes e mulheres.

Na proposta de organização do encontro, visando esta aproximação entre as dioceses nesta tríplice fronteira, entre as motivações que levaram à iniciativa está a de que “os países limítrofes integrados por seus governos, sociedade civil e igreja, ainda não puderam articular ações de comunicação para conhecer as situações de vulnerabilidade da população em situação de mobilidade humana, assim como não se tem claramente identificados objetivos e linhas de ação correspondentes a enfrentar e superar estas dificuldades e vulnerabilidades da população em trânsito por estas fronteiras. Assim, como igreja, é necessário gerar espaços de encontro e unir esforços, para visibilizar a temática e articular ações interinstitucionais de atenção, apoio, assistência e orientação a esta população vítima de violação de seus direitos.” Além da valiosa e rica partilha entre as três dioceses, a integração foi um elemento marcante, motivando a todos no sentido de trabalhar em conjunto para identificar as maiores dificuldades, as causas dos problemas e, num terceiro momento, pensar em propostas de ação. A partir das reflexões algumas propostas já surgiram, as quais se referem a:



- Ampliar e fortalecer a equipe de Pastoral da Mobilidade Humana, na Diocese de Rio Branco;
- Dar atenção prioritária às crianças e adolescentes migrantes, sobretudo no enfrentamento ao tráfico e à exploração destas pessoas indefesas, dispensando, também, cuidados e especial atenção às crianças desacompanhadas que chegam ou que são abandonadas nas fronteiras.
- Promover o voluntariado, motivando sempre mais as comunidades a se envolverem e colaborarem na questão migratória e na atenção aos migrantes e refugiados em trânsito nestas fronteiras;
- Promover campanhas de informação sobre o perigo do envolvimento com a droga (um dos grandes males na região), buscando dar visibilidade aos problemas que este crime do tráfico causa às pessoas individualmente, às famílias e às próprias comunidades.

- Fortalecer a aproximação entre a Igreja e suas Pastorais com o Póde Público, para fortalecer ações conjuntas e apoios recíprocos no enfrentamento às questões sociais e às demandas para a devida atenção aos migrantes, independentemente de sua origem ou nacionalidade, para maior defesa dos direitos humanos das pessoas em mobilidade na região da tríplice fronteira;
- Promover um encontro na tríplice fronteira – Brasil, Peru e Bolívia – para debater e propor ações conjuntas voltadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, particularmente de crianças e adolescentes. Grande preocupação nesta área foi expressa pelo Bispo de Rio Branco, D. Joaquin Pertinez.

Destacou-se, também, o desejo de que este encontro da tríplice fronteira se torne uma atividade habitual, anualmente, de maneira institucionalizada para que se possa acompanhar e monitorar o impacto das ações pastorais e intervenções conjuntas, as dificuldades e os avanços no contexto da região.

O Encontro foi também uma grande oportunidade de estreitamento de relações entre as instituições religiosas que atuam na área de mobilidade humana, especialmente migrações e refúgio, bem como entre as três Dioceses – Pando, Puerto Maldonado e Rio Branco. Este primeiro encontro foi rico, valioso, produtivo e animador para todos os e as participantes. Temos certeza de que as ações em continuidade e a expectativa de um próximo encontro, como mencionado, sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas, são iniciativas promissoras de um importante fortalecimento pastoral na região.

7.2 Orientações para a Ação Pastoral junto aos Migrantes:

Por ocasião da Semana do Migrante, para ajudar e apoiar as entidades na atenção pastoral, o IMDH divulgou o texto que segue, elaborado por Ir. Rosita Milesi e Pe. Alfredo Gonçalves:

O capital financeiro e globalizado desconhece fronteiras. Circula livremente entre países e continentes. Capital “andorinha”, “volátil”, “virtual”, como é chamado, percorre o mundo em questão de segundos, com a velocidade de um toque na tecla do computador. Os migrantes, por sua vez, encontram leis cada vez mais rígidas para sua circulação. Erguem-se novos muros, dificulta-se para os trabalhadores o direito de ir e vir. Por outro lado, cresce em toda parte a discriminação, o preconceito e as atitudes xenófobas, ao lado da intolerância para com o outro, o estrangeiro, o diferente. Apesar disso, o fenômeno das migrações adquiriu nas últimas décadas um caráter planetário. Os deslocamentos humanos tornam-se sempre mais intensos, plurais e complexos. As migrações são as ondas aparentes de transformações subterrâneas, correntes visíveis de maremotos invisíveis. Uma espécie de termômetro que, ao mesmo tempo, revela e esconde profundas mudanças de ordem econômica, política, social e cultural. Modifica-se a geopolítica global do planeta.

Esse quadro constitui um tremendo desafio para toda a sociedade e, em especial, para a Igreja. Com razão, esta revista foi batizada de “DISPERSOS”. De fato, uma grande quantidade de pessoas, famílias e grupos humanos experimenta, atualmente, uma permanente diáspora. O quadro universal do fenômeno migratório, por sua vez, tem reflexos e consequências em nível regional e local. Daí o desafio às dioceses, paróquias e comunidades.

No final do século XIX e início do século XX, Dom J. B. Scalabrini, bispo de Piacenza, norte da Itália, sentiu-se interpelado por essa realidade. A partir de sua vida e obra, as congregações scalabrinianas, feminina e masculina, durante mais de cem anos marcaram presença em vários países, incluindo o Brasil. A Campanha da Fraternidade de 1980, com o lema “Para onde vais?” representou novo e significativo impulso no campo da mobilidade humana. Criou-se o SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes, responsável junto à CNBB pela articulação nacional das ações em prol dos migrantes.

E o que fazer? Na tentativa de responder a esse desafio, gostaríamos de começar com a seguinte pergunta: como uma diocese poderia implantar ou dinamizar a Pastoral Migratória? O presente artigo tem a finalidade de fornecer algumas pistas. Não se trata de uma sequência obrigatória de passos para iniciar a pastoral junto aos migrantes. Trata-se, antes, de elementos que podem ser enriquecidos com iniciativas locais. O mais importante é a criatividade a partir do contexto da mobilidade humana onde se efetua a ação pastoral.

Acolhida:

A primeira preocupação de qualquer trabalho com os migrantes é a acolhida. Quem chega e quem parte precisa de apoio. Normalmente essa ajuda restringe-se às relações familiares. O desafio é ampliá-la em nível diocesano, paroquial e comunitário. É importante criar mecanismos para receber bem os que acabam de chegar de mudança, bem como encaminhar os que deixam o local. Aqui valem as “antenas” - pessoas ou equipes atentas à saída ou chegada de novas famílias. A presença da Igreja nestas horas é fundamental, uma vez que as pessoas encontram-se fragilizadas pelo impacto da migração. Podem ser vítimas fáceis do proselitismo e da exploração. A preocupação com escola, emprego, moradia, transporte, creche e outros serviços públicos costumam ser os maiores problemas da chegada. Devem constituir, pois, preocupações da pastoral da acolhida.

No caso dos estrangeiros, acrescentam-se outras preocupações: documentação, língua, inserção na comunidade local. Muitos acabam caindo na clandestinidade, em situação irregular. Isso pode levar os oportunistas, não raro seus próprios conterrâneos, a utilizá-los como mão de obra barata e até gratuita.

No processo de acolhida, é indispensável envolver as comunidades, associações, movimentos, sindicatos e outras organizações de base. Na medida em que tal articulação ocorre, o migrante vai aos poucos se inserindo não apenas no novo bairro ou cidade, mas também nas lutas concretas por melhores condições de vida. Não resta a menor dúvida de que o principal instrumento da acolhida é a visita à família que acaba de chegar. Por si só, ela se reveste de uma importância à qual nem sempre conferimos o devido valor. Visitar é abrir a porta do bairro ou da cidade a quem bate.

Constituir uma Equipe de Pastoral dos Migrantes:

Para iniciar esse trabalho de acolhida e outros, que virão a seguir, é necessário contar com uma ou mais equipes responsáveis. Essas equipes não precisam ser grandes. Quando o são, em geral tornam-se lentas demais. Tem que ser um grupo ágil e móvel, aquela “antena” de que falávamos na introdução. A equipe diocesana pode ser constituída por representantes das equipes paroquiais e estas, por sua vez, constituídas por representantes das equipes comunitárias.

É papel de tais equipes ficarem de alerta à chegada e saída dos migrantes, no sentido de acionar a rede de apoio. Além disso, a equipe deve estar atenta a um diagnóstico sócio-político e econômico constantemente atualizado da realidade migratória. Para isso, ela pode contar com especialistas, assessoria e pesquisas de campo. Deve, ainda, manter a diocese, paróquia ou comunidade informadas dessa realidade, o que pode ser feito através de palestras, encontros, cursos específicos, boletins informativos, cartas.

Evidente que os membros das equipes devem encontrar-se com relativa frequência em todos os níveis. Devem também estar conectados com a Pastoral Migratória em termos mais amplos, vale dizer, com o Serviço Pastoral dos Migrantes, bem como com os organismos responsáveis por esse setor junto às Conferências Episcopais de outros países, de onde se originam ou para onde se destinam os migrantes.

Presença na origem e destino:

A migração, embora apresentando-se nos dias de hoje como um vaivém mais ou menos desordenado, em muitos casos a origem e o destino de determinados grupos ainda continua bem

identificada. É o que ocorre, por exemplo, com os trabalhadores temporários, especialmente os safristas da cana, da laranja, do café, do algodão; os operários de grandes obras da construção civil; as empregadas domésticas; os serviços em geral e outras formas de mobilidade temporária. Nestes casos, é fundamental uma presença regular tanto nas áreas de origem quanto nas áreas de destino.

Nas regiões de destino, muitas vezes alojamentos precários e insalubres, a presença pode ser efetuada através de visitas, atos religiosos, encontros, organização por melhorias e por direitos trabalhistas, ligação com o sindicato e outras associações, estímulo à manutenção dos laços familiares e das práticas religiosas.

Na origem, onde se localizam as famílias e as comunidades, podem-se promover visitas às famílias dos migrantes, encontros de mães, esposas ou crianças, trabalho de sensibilização, romarias, celebrações específicas.

O intercâmbio pastoral entre os dois polos é de vital importância. Neste sentido, os agentes e lideranças das regiões de origem podem se organizar e realizar visitas missionárias aos locais de trabalho. E inversamente, os agentes e lideranças das áreas de destino podem organizar missões populares nas comunidades de onde saem os migrantes.

Com isso, diante da ponte que os migrantes estabelecem entre um polo e outro por motivos de trabalho e sobrevivência, a igreja estabelece também uma *ponte pastoral* entre ambos os polos, com vistas a um acompanhamento evangélico. No fundo, com a saída dos trabalhadores, sofre quem parte e quem fica. A presença pastoral, portanto, deve procurar articular as duas realidades.

Encontros de Migrantes:

Os encontros de migrantes, seja por nacionalidade, categoria ou região de origem, podem se tornar decisivos na criação e/ou fortalecimento das redes de apoio. Nesses encontros é bom que haja espaço para a troca de experiências, pois os caminhos dos migrantes se cruzam e recruzam em inúmeras encruzilhadas comuns. Ademais, esse intercâmbio favorece o aprofundamento das relações, o que ajuda a combater a anomia, a perda de valores e do sentido da vida. São momentos oportunos para a redefinição da identidade, a qual, nos caminhos e descaminhos da migração, sofre golpes muito duros e profundos. Os encontros ajudam a curar cicatrizes do corpo e da alma.

Nem precisa lembrar que tais encontros, além do mais, podem se tornar “trampolins” para o engajamento dos recém-chegados na comunidade, nas lutas locais, no sindicato, nos movimentos populares e outras organizações empenhadas na construção de uma sociedade sem exclusões. São ainda momentos fortes de expressão cultural, como veremos adiante.

Luta pelos Direitos:

Os migrantes e imigrantes, via de regra, constituem presas fáceis da exploração, de tráfico humano, de trabalho escravo. A luta desesperada pela sobrevivência leva a um vaivém que, por vezes, é feito de muitas etapas. De etapa para etapa, a pessoa ou família vê-se quase sempre em condições cada vez mais deterioradas. Trata-se, não raro, de uma trajetória descendente. Esse processo de empobrecimento inexorável e gradativo deixa marcas e fragiliza o caminhante. Ele se torna vulnerável a todo tipo de exploração, tanto mais indefeso quando se trata dos estrangeiros em situação irregular. Daí que a porta de entrada de muitos migrantes no mercado de trabalho seja, em geral, os serviços mais pesados e mal remunerados: construção civil, emprego doméstico, trabalhos temporários, entre outros. Não é difícil encontrar migrantes no trabalho escravo, às vezes junto com seus filhos menores. Para as mulheres, o fim da linha pode ser a prostituição; para a família, a rua; para as crianças, jovens e adolescentes, o mundo das drogas.

Diante disso, a Pastoral Migratória deve estar atenta à luta pelos direitos desses trabalhadores migrantes. Seja, de um lado, o direito ao emprego e os direitos trabalhistas, seja, de outro, a conquista

dos direitos fundamentais a uma vida digna: saúde, moradia, terra para trabalhar e viver, transporte coletivo, educação, enfim, a luta pelas condições básicas de vida e trabalho.

Resgate da história e da cultura:

As dioceses, paróquias e comunidades devem estar de antenas ligadas para a fonte de riqueza que é o migrante. Sua história e cultura carregam tesouros nem sempre reconhecidos. Neste sentido, é bom promover momentos e criar espaços onde os migrantes possam intercambiar e transmitir sua herança histórico-cultural.

Sobre a *história*, seja pessoal ou coletiva, as principais pérolas a apreender são a resistência frente às dificuldades, a solidariedade entre os pobres e peregrinos, a rede familiar de apoio, a persistência na busca de vida melhor. Enfim, parafraseando Euclides da Cunha, o migrante é antes de tudo um forte. Não se deixa abater pelas contrariedades da vida. Caminha sempre, abrindo horizontes novos. Além disso, falar da própria história é uma forma de exorcizar os medos e sombras acumulados pelo caminho. Contar o sofrimento pode ser uma forma de libertar-se de suas lembranças.

Sobre a *cultura*, devemos estar atentos à pluralidade de valores de cada pessoa, grupo ou povo; às diferenças que, longe de nos dividir ou separar, podem trazer um mútuo enriquecimento; às mais diversas manifestações culturais e religiosas; à alegria e às festas de cada grupo. Sabemos que as expressões culturais de qualquer povo estão impregnadas de valores evangélicos, libertadores. São, em última instância, manifestações da vida em suas múltiplas e variadas faces. Altamente positivo será o aprendizado recíproco do respeito pelo outro, o diferente, o estrangeiro.

Um meio de levar tudo isso em consideração é resgatar as festas populares; as comemorações em torno de determinados santos, especialmente os padroeiros; os festivais de música, teatro e outras formas de expressão; comidas típicas e regionais; tradições específicas de cada cultura. Para isso, torna-se necessário abrir os salões paroquiais, ceder espaços, reformular as celebrações, recriar a liturgia, promover encontros de migrantes por afinidades de origem ou trabalho. Essa atenção fará com que os recém-chegados se sintam em casa, não sofram tanto o impacto da mudança, reencontrem seus conterrâneos, reforcem laços rompidos, resgatem sua dignidade e identidade. Numa palavra, dar-lhes-á oportunidade de recomeçar a vida em novas bases, refazendo as raízes e retomando as rédeas do próprio destino. Poderão tornar-se sujeitos de sua história.

Momentos Marcantes:

As equipes da Pastoral Migratória precisam estar em sintonia com os momentos fortes dessa pastoral em nível mais amplo. A Semana do Migrante, o Dia do Migrante, os festivais de música e teatro são, entre outros, alguns exemplos a destacar. Como trabalhar na diocese, paróquia e comunidade no sentido de que tais eventos constituam um tempo oportuno de reflexão, conscientização, organização e ação em prol daqueles que “habitam” o mundo da mobilidade humana?

Por outro lado, iniciativas como o Grito dos Excluídos, as Semanas Sociais Brasileiras, as datas significativas para a índios, as mulheres, os trabalhadores do campo e da cidade - entre outros - não podem escapar à ação da Pastoral Migratória, numa tentativa de participação no processo mais amplo de construção de um “projeto popular e alternativo para o Brasil”.

São momentos oportunos para envolver os próprios migrantes na caminhada da Igreja, para alertar as comunidades da existência de “gente de fora” ao redor de sua casa e para despertar a sociedade sobre o drama de milhares e milhões de famílias muitas vezes expulsas e excluídas, sujeitas a um vaivém que não tem fim.

Formação:

É claro que o trabalho pastoral entre os migrantes requer um diagnóstico atualizado e amplo sobre a realidade do fenômeno migratório, da mobilidade humana em sua abrangência. Acrescido a

isso, requer também um estudo bíblico-teológico e da Doutrina Social da Igreja que possa iluminar tanto a realidade quanto a ação evangélica. E requer ainda um acompanhamento da conjuntura econômica, política e eclesial, com vistas a uma atuação mais eficaz.

Assim, os membros das equipes devem elaborar um programa amplo de formação permanente. Evidente que será necessário contar com assessoria especializada nas mais diferentes áreas de estudo: sociologia, antropologia, teologia, demografia e assim por diante. O programa de formação deve prever três níveis de participação: a) formação destinada a agentes de pastoral, responsáveis diretos pela pastoral migratória; b) formação destinada a lideranças que vão despondo no desenrolar da ação; c) formação destinada aos grupos de base e a pessoas interessadas no assunto. Isso exige programação de cursos, tempos intensivos de estudo e acompanhamento frequente.

O processo de formação, nem precisaria lembrar, deverá estar em correspondência com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) e, mais especificamente, com as orientações de cada diocese, no sentido de um trabalho “orgânico e de conjunto”.

Espiritualidade do povo a caminho:

O último ponto a assinalar é a busca permanente de uma espiritualidade que possa sustentar e dar sentido à ação pastoral entre os migrantes. Alguns elementos ganham especial relevância: a hospitalidade de Abraão diante dos peregrinos; a mística libertadora do êxodo, na experiência dos escravos do Egito; a peregrinação do Povo de Israel a caminho da Terra Prometida; a “teologia da tenda e do cajado”, que atravessa o Antigo Testamento; a coragem e a força dos profetas em denunciar as injustiças e a opressão do povo; a Boa Nova de Jesus, um “andarilho” à procura do Pai e do irmão pobre; o espírito de acolhida expresso no episódio do Juízo Final, o exemplo das primeiras comunidades cristãs, verdadeiras “casas de acolhida” para o povo disperso, como se lê na Primeira Carta de Pedro; os passos de Paulo na formação e visita às comunidades; o carisma de J. B. Scalabrini, considerado Pai e Apóstolo dos Migrantes.

Os elementos de espiritualidade acima, além disso, devem ser enriquecidos pela experiência dos migrantes a caminho. A história pessoal e coletiva acumula pérolas de sabedoria que podem ser resgatadas numa ótica mística. São as lições da estrada, da solidariedade, da resistência, da busca incessante da vida. A experiência de um Deus a caminho com os peregrinos é a herança de muitos migrantes. Herança que interpela e questiona aqueles que têm a tendência a se instalar, a se acomodar. É um convite ao caminho, à transitoriedade da vida, à busca perpétua do Reino, sem esquecer, claro, a construção de uma sociedade sem exclusões de nenhum tipo.

Vale também a dedicação, a coragem e a perseverança de tantos agentes pastorais e lideranças que, ao longo da história e nos dias de hoje, colocaram e colocam sua vida a serviço dos migrantes. Apostaram o sentido da própria vida e da vocação inserindo-se no mundo da mobilidade humana, descobrindo aí o rosto caminhante de Deus.

Enfim, não podemos esquecer o testemunho de tantas pessoas que tombaram pelos caminhos de todo o mundo. Muitos são migrantes anônimos, perdidos por veredas sem saída; outros, personalidades desconhecidas, que às vezes sem o saber adotam a causa do povo retirante; outros, ainda, gente que abre mãos, casa e coração para quem está a caminho, num gesto profundamente evangélico de acolhida.

Conclusão:

O que foi referido não é uma fórmula ou uma receita. São apenas indicações de como iniciar um trabalho pastoral junto aos migrantes, levando em conta a realidade cada vez mais complexa da mobilidade humana.

Entretanto, falta dizer algo. Grande parte das sugestões apresentadas pressupõem uma nova metodologia pastoral, no sentido de conferir maior agilidade e flexibilidade à ação evangelizadora. Isso significa que, num mundo profundamente marcado pela mobilidade, uma atuação dentro das circunscrições diocesanas e paroquiais muitas vezes amarra os agentes e acaba fechando as portas aos migrantes. É preciso pensar em “equipes volantes” que possam percorrer os caminhos do migrante com relativa liberdade de ação. As estruturas eclesiais, do ponto de vista geográfico e jurídico, muitas vezes impedem um acompanhamento efetivo em toda a trajetória da migração.

Essa nova metodologia pastoral inclui, além disso, uma maior abertura ao ecumenismo, ao diálogo religioso e às parcerias com entidades da sociedade civil. Inclui também dinâmicas próprias que levem em consideração a história e a cultura de cada grupo de migrantes. E inclui, por fim, um grande espírito de desinstalação por parte de quem se dispõe a trabalhar no universo da mobilidade humana. Isto significa incorporar a mística do caminho. Em outras palavras, aprender dos próprios migrantes a lição de que estamos todos a caminho, peregrinos sobre a terra, em busca do Reino de Deus, pátria definitiva. O que não quer dizer, em absoluto, abdicar do direito e da luta por uma vida justa e digna aqui na terra.

7.3 Ação Pastoral em Samambaia, cidade satélite do Distrito Federal:

A Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Samambaia Norte (Expansão) é a que concentra o maior número de imigrantes e solicitantes de refúgio, no Distrito Federal. Ainda que, após os primeiros mais de chegada estas pessoas se desloquem para outras cidades satélites, o período mais crítico é sempre vivido em Samambaia Norte, com maior concentração na área de abrangência da citada Paróquia.

Este aspecto levou o IMDH a estabelecer uma parceria com a Paróquia e a iniciar a organização de uma equipe local de atenção aos refugiados e imigrantes.

A Instrução “A Caridade de Cristo para com os Migrantes” é um verdadeiro catecismo para todos nós. Foi neste documento da Igreja e em vários pronunciamentos do Papa Francisco que a Ir. Rosita motivou a equipe inicial: “Nas Igrejas particulares, deve-se repensar e programar a pastoral para ajudar os fiéis a viverem uma fé autêntica no novo contexto multicultural e plurirreligioso da atualidade.

“Os Agentes pastorais são chamados a ajudarem, concretamente, a conjugar a exigência legítima de ordem, legalidade e segurança social com a vocação cristã à acolhida e à caridade. Será importante fazer com que todos reconheçam as vantagens, não só econômicas, que os países industrializados deduzem do regularizado fluxo migratório e, ao mesmo tempo, também tomem sempre mais consciência do fato de que, à necessidade de braços, correspondem aqueles que os têm, isto é, pessoas, homens, mulheres e núcleos inteiros de famílias com crianças e idosos”.

“Sempre permanece grande a importância das intervenções de assistência ou de “primeira acolhida” (pensamos, por exemplo, nas “casas dos migrantes”, especialmente nos países de trânsito rumo àqueles receptores), em resposta às emergências que o movimento migratório traz consigo: alimentação, dormitório, ambulatório, ajudas econômicas, centros de escuta. As intervenções de “acolhida propriamente dita” também são importantes para alcançar a progressiva integração e autossuficiência do estrangeiro imigrante. Lembremos, de modo particular, o empenho para a reunião familiar, a educação dos filhos, o alojamento, o trabalho, o associacionismo, a promoção dos direitos civis e as várias formas de participação dos imigrantes na comunidade aonde eles chegam e vivem. As associações religiosas, sócio caritativas e culturais de inspiração cristã deverão ter o cuidado de envolver os imigrantes nas suas próprias estruturas.



O “estrangeiro” é o mensageiro de Deus que surpreende e rompe a regularidade e a lógica da vida cotidiana, trazendo perto quem está longe. Nos “estrangeiros” a Igreja vê Cristo que “coloca a sua tenda no meio de nós” (cfr. *Jo* 1,14) e que “bate à nossa porta” (cfr. *Ap* 3,20). Este encontro – feito de atenção, acolhida, partilha e solidariedade, de defesa dos direitos dos migrantes e de empenho evangelizador – revela a constante solicitude da Igreja que descobre neles autênticos valores e os

considera um grande recurso humano.

Várias atividades passaram a ser desenvolvidas:

- a) Reunião com paroquianos para constituição de uma equipe de Pastoral da Mobilidade Humana local;
- b) Continuidade às Aulas de Português na Escola Classe 431;
- d) Manutenção de um serviço de assistência emergencial, com fornecimento de alimentos, roupas, objetos de casa, na Paróquia; Pessoas atendidas: 70
- e) Apoio à iniciativa do Centro de Saúde n. 3, de Samambaia, “Ações de Assistência Integral à saúde da População Migrante”, realizada em 20 de setembro de 2014;
- f) cadastramento de famílias para acompanhamento de sua situação de vulnerabilidade e apoio para superar momentos mais críticos;
- g) Visitas domiciliares, aos sábados e domingos. Pessoas visitadas: 275
- h) Acompanhamento e apoio a mães gestantes e aos bebês, bem como apoio com roupas e alimentos;
- i) Celebração da Eucaristia, de modo especial recordando as vítimas de atentados nos países de origem dos imigrantes (Paquistão, Afeganistão, Nigéria): Pessoas envolvidas: 130
- j) Encontros de oração junto com comunidades de outras confissões religiosas.



7.4 Compromissos e perspectivas para 2015 na Arquidiocese de Brasília:

- ✓ Atendimento permanente da sede do IMDH, com fornecimento de informações religiosas;
- ✓ Continuidade e ampliação das atividades religiosas e pastorais na Paróquia N. Sra. das Graças e início da Pastoral da Mobilidade Humana na Paróquia São José Operário, ambas em Samambaia Norte;
- ✓ Realizar, em parceria com a Comissão de Justiça e Paz e com Caritas Arquidiocesana de Brasília, Encontro de Aproximação das Religiões – Dia de Oração pela Paz – a ser organizado no I Semestre de 2015;
- ✓ Manter e ampliar Aulas de Português sistemáticas na Escola Classe 431e iniciar no Centro Educacional 619;
- ✓ Promover, em parceria com o Centro de Saúde de Samambaia, “Ações de Assistência Integral à saúde da População Migrante”, a exemplo da realizada em setembro de 2014;
- ✓ Celebrar, em datas diversas, a Eucaristia pelos diversos grupos de migrantes presentes na região, especialmente rezando pelas populações de seus países, quando atingidas por graves atentados à paz, às pessoas, ou a ocorrência de catástrofes ou atentados;
- ✓ Celebrar a Semana do Migrante e o Dia Mundial do Refugiado (junho/2015);
- ✓ Visitar as casas dos migrantes, perceber sua situação, apoiar e orientar os que estão em situação de vulnerabilidade maior;
- ✓ Avançar na viabilização da construção da Casa do Migrante ou Casa de Acolhida, na Paróquia N. Sra. dos Migrantes, Lago Oeste;

- ✓ Estimular a Pastoral da Mobilidade Humana nas Paróquias, estabelecendo formas de colaborar na atenção e acompanhamento dos imigrantes e dos refugiados, no âmbito de abrangência da Paróquia ou vicariato;
- ✓ Envolver a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese e a Caritas Arquidiocesana e outras entidades em ações conjuntas em favor dos migrantes e refugiados no Distrito Federal;

7.5 Outras atividades

- Parceria na organização do I Congresso de Pastoral da Mobilidade Humana, promovido pelo Conselho Episcopal Latino-americano, realizado no Panamá, de 13 a 15 de maio de 2014. Participantes: 120;
- Participação no Encerramento do Ramadã, festa religiosa do Islã, acompanhando os refugiados muçulmanos residentes em Brasília;
- Colaboração, com palestra sobre tráfico humano, no Encontro de formação da equipe de Pastoral do Migrante, de Brasília. Participantes: 18 pessoas

Avaliação dos Resultados:

O cultivo da fé, a prática religiosa e a vivência das tradições culturais, nas quais se insere também a religião, são elementos importantes para manter viva a esperança e alimentar o espírito frente às dificuldades do dia a dia. Para o migrante e o refugiado, esta dimensão tem um papel fundamental. Por isso, a avaliação que fazemos deste projeto é altamente positiva enquanto valor a ser alimentado e quanto à responsabilidade de favorecer aos imigrantes e refugiados oportunidades de viver sua dimensão de fé e exercer as práticas religiosas que o IMDH estimula e procura favorecer.

É altamente positiva também a assistência que a Pastoral presta, sobretudo em momentos ou fases emergenciais na vida desta população especialmente os recém-chegados. Reconhecemos, contudo, que a ação pastoral ainda é modesta, e se faz necessário avançar significativamente em 2015.

Pessoas beneficiadas: 658

Projeto 08 - Informação Pública, orientação a estudantes, apoio a pesquisadores, publicação e difusão de subsídios.

O Projeto “**Informação Pública, orientação a estudantes, apoio a pesquisadores, publicação e difusão de subsídios**” desenvolve atividades voltadas à sensibilização da sociedade, oferecer suporte e base de estudo a pesquisadores e a estudantes em torno da causa do refúgio e da migração, para fortalecer esta causa de atenção a migrantes, refugiados e retornados, inclusive na questão do enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo.

Atividades:

Compreende serviços de atendimento a comunidade acadêmica, imprensa, organismos governamentais, entidades de defesa de direitos e sociedade civil.

- Atualizar a biblioteca com materiais pertinentes;
- Receber no IMDH e orientar estudantes e pesquisadores ou enviar-lhe materiais pertinentes;
- Atualizar as informações e conteúdos de pesquisa disponibilizados no site do IMDH;
- Divulgar a realidade migratória e sensibilizar a sociedade pela causa e sua problemática;
- Favorecer conteúdos de aprofundamentos da reflexão, de informação e formação sobre migrações, migrantes, refugiados e direitos humanos.

Público Alvo: Estudantes, pesquisadores, acadêmicos e pessoas interessadas no tema.

Período de realização:

Serviço sistemático durante o ano: de 01.01.2013 a 31.12.2014.

Metas:

Atender até 50 pessoas na sede do IMDH;

Remeter materiais, livros, subsídios para até 1200 pessoas;

Atender em média 2 a 3 veículos de imprensa ao mês.

Abrangência: nacional e internacional

Desenvolvimento do Projeto:

Este projeto é de grande abrangência, pois visa divulgar para a sociedade as temáticas do Refúgio, das Migrações, do Tráfico de Pessoas e outros temas relacionados, aspectos estes que a sociedade ainda precisa conhecer melhor para compreendê-los melhor. Assim, com o intuito de aprofundar o debate e sensibilizar as pessoas de uma forma geral, o IMDH produz e difunde conteúdos através dos mais variados meios de comunicação como internet, imprensa escrita, televisão, redes sociais, documentários, entre outros.

Como parte importante, o IMDH também é um espaço de atendimento e orientação a estudantes e pesquisadores, aos quais recebe pessoalmente ou oferece suporte através de materiais enviados ou pesquisados na própria biblioteca fomentando a busca e aprofundamento nas temáticas, além de outras formas de apoio na formação e capacitação de jovens, estudantes e parceiros.

Ações, serviços e atendimentos prestados em 2014:

Tabela 9.1 – Estudantes e Pesquisadores atendidos e orientados na sede do IMDH

Nº	Nome	Profissão	UF/País	Campo de interesse
01	Greichemam P. de Sousa	Téc. Enfermagem	DF/Brasil	Migração
02	Diego Nepomucene Nardi	Estudante	DF/Brasil	Migração

03	Lieselot Vanduyncsager	Pesquisadora	Bélgica	Migração
04	Laura Flório P. de Andrade	Estudante	MG/Brasil	Direitos Humanos e Migrações
05	Raimundo Jorge S. Seixas	Pesquisador	DF/Brasil	Direitos Humanos e Migrações
06	Ludmila Maria Sobral Mira	Estudante	DF/Brasil	Migrantes indocumentados
07	Ohanna Lima Ganem	Estudante	DF/Brasil	Migrantes indocumentados
08	Benjamin Hemenluay	Estudante	EUA	Tráfico de Pessoas
09	Gabriel Felipe F. Dizuer	Servidor Público	DF/Brasil	Migração
10	Husani Durans de Jesus	Estudante	DF/Brasil	Migração
11	Alena Profit	Estudante	DF/Brasil	Migração
12	Patrícia N. Martuscelle	Estudante	DF/Brasil	Refúgio e Migração
13	Glória Maria S. Pereira	Pesquisadora	DF/Brasil	Refúgio e Políticas Migratórias
14	Tuília Botega	Pesquisadora	DF/Brasil	Migração intern. e retornados
15	Dina Araújo	Estudante	DF/Brasil	Migração intern. e refugiados
16	Gustavo Simão	Estudante	DF/Brasil	Refugiados e integração
17	Teresinha Santos	Professora	DF/Brasil	Migração urbana
18	André Ricci Amorim	Estudante	RJ/Brasil	Refugiados e integração local
19	Alice Pessoa	Estudante	DF/Brasil	Migrações e integração

Fonte: IMDH, Brasília – DF

Tabela 9.2 – Matérias divulgadas ou apoiadas pelo IMDH

Nº	Veículo (Jornal/TV/Jornalista)	Entrevista/Material/Informações/Título da Matéria
01	https://www.youtube.com/watch?v=hDoguRgZwrl	<i>Matéria do programa Profissão Repórter da Rede Globo sobre imigrantes e refugiados.</i>
02	http://www.participa.br/comigrar/destaques/imdh-promove-a-primeira-conferencia-livre-sobre-migracoes-e-refugio#.UwIHPGJdUxB	<i>IMDH promove a primeira conferência livre sobre migrações e refúgio</i>
03	Jornal de Brasília	<i>Matéria sobre a festa e comemoração ao dia do Refugiado e Imigrante em 22 de junho de 2014.</i>
04	http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/07/22/interna_cidadesdf,438499/com-o-fim-da-copa-brasilia-descobre-historias-de-ganese-refugiados.shtml	<i>Com o fim da Copa, Brasília descobre história de ganese refugiados.</i>
05	http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2014/08/08/GOVERNO-DO-DF-REALIZA-FORCA-TAREFA-PARA-REGULARIZAR-SITUACAO-DE-250-IMIGRANTES-GANESES.htm	<i>Governo do DF realiza força tarefa para regularizar situação de 250 imigrantes ganese</i>
06	http://brasilnoticia.com.br/cidades/forca-tarefa-ajuda-ganese-que-ficaram-no-df-apos-a-copa-a-pedir-refugio-no-brasil/23158	<i>Força Tarefa ajuda ganese que ficaram no DF após a Copa a pedir refúgio no Brasil</i>
07	http://globoTV.globo.com/rede-globo/dftv-2a-edicao/v/governo-anuncia-forca-tarefa-para-ajudar-ganese-que-ficaram-em-brasilia/3551975/	<i>Governo anuncia força tarefa para ajudar ganese que ficaram em Brasília – Reportagem exibida no DFTV 1ª e 2ª edição.</i>
08	http://globoTV.globo.com/rede-globo/dftv-2a-edicao/v/ganese-querem-ficar-no-brasil-apos-a-copa/3493929/	<i>Reportagem DFTV sobre os Ganese</i>
09	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/08/governo-do-df-realiza-forca-tarefa-para-regularizar-ganese-	<i>Governo do DF realiza força tarefa para regularizar ganese refugiados.</i>

	refugiados.html	
10	http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/565164/administracao-de-samambaia-auxilia-ganese-no-pedido-de-refugio/	<i>Administração de Samambaia auxilia ganese no pedido de refúgio</i>
11	https://www.youtube.com/watch?v=iuRtXkHCsBU	<i>Reportagem sobre o Encontro das Redes 2014 na TVT</i>
12	http://noticias.r7.com/distrito-federal/df-record/videos/criancas-refugiadas-no-df-ganham-festa-11022014	<i>Festa das crianças 2013 - Rede Record DF</i>
13	Programa Repórter Justiça da TV Justiça	<i>Repórter Justiça - Refugiados (14/06/14)</i>
14	http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/sejudh-se-reune-com-jesuistas-e-instituto-de-migracoes-e-direitos-humanos	<i>SEJUDH se reúne com jesuistas e Instituto de Migrações e Direitos Humanos</i>
15	http://tribunadonorte.com.br/noticia/ebola-imigrantes-negros-sao-o-discriminados-depois-de-caso-suspeito-em-cascavel/296041	<i>Ebola: imigrantes negros são discriminados depois de caso suspeito em Cascavel</i>
16	http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/02/webdocumentario-destaca-historia-de-haitianos-trafficados-ao-brasil	<i>Reportagem fala sobre Webdocumentário que conta como vivem os haitianos que vieram para o Brasil. Documentário contou com o apoio e colaboração do IMDH.</i>
17	http://en.radiovaticana.va/news/2014/11/18/vatican_conference_on_pastoral_care_of_migrants_opens/1111506	<i>Reportagem relata sobre o VII Congresso Mundial de Pastoral das Migrações organizado pelo Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes com o tema “Cooperação e desenvolvimento na pastoral dos imigrantes”, em Roma, Itália. Ir. Rosita proferiu conferência sobre Mulheres Migrantes.</i>
18	http://radios.ebc.com.br/revista-brasil/edicao/2014-11/cartagena30-traz-para-o-debate-em-brasil-questao-do-refugio-e-da	<i>Cartagena+30 debate a situação de refugiados e apátridas</i>
19	http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=ES&cod=83667	<i>Migración en Brasil: inclusión del otro no es algo natural y automático, sino un trabajo de apertura</i>
20	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/no-brasil-lider-estudantil-bengali-vira-arrumador-de-hotel.html	<i>No Brasil, líder estudantil bengali vira arrumador de hotel. Entrevista com Faruk Hussain.</i>
21	http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/imigrantes-sao-discriminados-apos-suspeita-de-ebola-no-pr	<i>Imigrantes são discriminados após suspeita de ebola no PR</i>
22	http://www.csmonitor.com/World/Americas/2014/0719/World-Cup-visitors-try-to-make-their-Brazil-stays-permanent-by-claiming-asylum	<i>Reportagem sobre os ganese que vieram para o Brasil</i>
23	http://www.korazym.org/18462/migranti-ruolo-donna-trasmissioni-dei-valori/	<i>Sobre o VII Congresso Mundial de Pastoral das Migrações.</i>
24	http://www.cnbb.org.br/imprensa-1/arquivo/pastoral-da-mobilidade-humana/15413-congresso-mundial-em-roma-	<i>Congresso Mundial em Roma discute mobilidade humana</i>

	discute-mobilidade-humana	
25	http://www.cnbb.org.br/imprensa-1/arquivo/pastoral-da-mobilidade-humana/14658-imdh-e-pastoral-da-mobilidade-humana-atendem-ganesees-que-buscam-refugio-no-brasil	<i>IMDH e Pastoral da Mobilidade Humana atendem ganesees que buscam refugio no Brasil</i>
26	http://globo.v.globo.com/globo-news/globo-news-politica/t/globonews-alexandre-garcia/v/alexandre-garcia-o-aumento-nos-pedidos-de-refugio-de-estrangeiros-no-brasil/3532594/	<i>Programa Alexandre Garcia sobre o aumento dos pedidos de refúgio no Brasil. Contou com a participação de Ir. Rosita e Luis Fernando Godinho, porta voz do ACNUR.</i>

Fonte: IMDH, Brasília – DF

Tabela 9.3 – Subsídios enviados pelo IMDH e pessoas ou instituições interessadas no tema

Material/Publicação	Pessoas beneficiadas
60 anos de ACNUR – perspectivas de futuro	05
Caderno de Debates nº 03	04
Caderno de Debates nº 04	03
Caderno de Debates nº 05	20
Caderno de Debates nº 06	45
Caderno de Debates nº 07	235
Caderno de Debates nº 08	728
Políticas Públicas para as Migrações Internacionais (Português)	68
Políticas Públicas para as Migrações Internacionais (Espanhol)	70
Povos em Itinerância	12
Perguntas e respostas para migrantes, refugiados e refugiadas (Folder)	170
Folder do IMDH	151
Contribuições para políticas públicas voltadas à Migração para o trabalho - OIT	01
Direito Internacional dos Refugiados	16
Cartilha Crioulo Haitiano – Português	235
Apátrida (produção do ACNUR e parceiros)	04
Guia de Informação Sobre Trabalho Aos Haitianos	17
Cartilhas para Solicitantes de Refúgio no Brasil – ACNUR	65
Cartilhas para Refugiados no Brasil – ACNUR	35
Campanha da Fraternidade sobre Tráfico de Pessoas	150
“Direitos da Mulher” (produção do ACNUR e parceiros)	93
Direitos e Deveres dos Solicitantes de Refúgio e Refugiados no Brasil	37
Enfrentamento ao Tráfico Humano – Grupo de Trabalho da CNBB (Folder Informativo)	72
Tráfico de Pessoas (Ministério da Justiça)	87
Perfil Migratório no Brasil	13
Protegendo refugiados no Brasil e no Mundo	04
Refúgio no Brasil – A Proteção Brasileira aos Refugiados e seu Impacto nas Américas	08
Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo – II Seminário Nacional	67
Trajetórias Interrompidas	03
Revista Mundo Jovem – Edição com matéria sobre tráfico de pessoas	16

Jornal da CNBB – Edição sobre tráfico de pessoas	25
Livro “Haiti por si” (Crioulo)	02
Livro “Haiti por si” (Português)	03
Migração internacional e trabalho doméstico – Mulheres peruanas em Brasília	06
Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas	75
La migración haitiana hacia Brasil	01
Apostila Aulas de Português	88
Orientações para trabalho no exterior (cartilha)	03
Revista REMHU - edição nº 43	01
Revista Labor	03
Total de beneficiados	2.649

Resultados obtidos:

A contribuição do IMDH, em 2014, foi significativa nos debates em torno do Refúgio, das Migrações e do Tráfico de Pessoas, pois tem atendido inúmeras solicitações da imprensa, falada e escrita, e sempre forneceu as informações necessárias para a formulação e divulgação de matérias em trono de temática. A chegada contínua de novos imigrantes e solicitantes de refúgio, especialmente neste ano os haitianos, ganeses e paquistaneses, bem como o tema da Campanha da Fraternidade sobre Tráfico de Pessoas, tem sido um tema ao qual houve atenção especial e permanente do IMDH. Pelos meios disponíveis, (próprios: pagina web, facebook) e dos veículos de imprensa, contribuiu para esclarecer e passar informações tanto à própria imprensa, quanto à sociedade, a fim de atingir o maior número possível de pessoas, sensibilizá-las e envolvê-las na causa do refúgio e migrações. A referência a 26 matérias é apenas uma pequena parte do total de produções para as quais o IMDH tem contribuído.

Atendeu a 19 estudantes, orientando-os em suas pesquisas, teses e dissertações. Enviou materiais de interesse a 2.649 pessoas e entidades. Percebe-se na sociedade e no meio acadêmico um crescente interesse pela temática. Como resultado geral, na avaliação nossa e dos demais participantes, podemos classificar como excelente o resultado deste projeto, destacando que houve também um considerável aumento de pessoas interessadas em colaborar com o trabalho do IMDH.

Pessoas beneficiadas: 2.668

9 – Quadro Síntese do número de pessoas beneficiadas- 2014

Item	Ação/Projeto	Pessoas Beneficiadas
1	Migrantes internos: documentação básica fundamental para o acesso aos direitos sociais	275
2	Imigrantes: defesa de processos, documentação, orientações, etc.	3.462
3	Refugiados: atendimento social, acompanhamento de processos, apoio material, orientações para o trabalho e acesso a direitos.	1.591
	Refugiados: setor de proteção e elegibilidade, atendimento a casos especiais, reunião familiar, etc.	668
4	Enfrentamento ao Tráfico Humano: Campanha da Fraternidade sobre o tema, prevenção ao tráfico e sensibilização da sociedade.	1.358
5	Rede Solidária para Migrantes e Refugiados: capacitação de agentes, pessoas assistidas no País, envio de materiais e orientações.	435
6	Aula de Português para Imigrantes e Refugiados	132
7	Pastoral da Mobilidade Humana	658
8	Informação Pública, orientação a estudantes, apoio a pesquisadores, publicação e difusão de subsídios.	2.668
Total		11.247

A todas as pessoas que acompanharam, colaboraram, trabalharam e rezaram para que o Instituto Migrações e Direitos Humanos pudesse realizar sua missão, deixamos nosso maior agradecimento. Temos clareza e certeza de que o mais importante não é o IMDH, ele é apenas um instrumento. Importantes são todos aqueles e aquelas que, como filhos e filhas de Deus, a partir desta missão, puderam encontrar uma luz para seu caminho, um pouco de consolo em seus momentos difíceis, um apoio para minimizar seu sofrimento e suprir necessidades básicas e emergenciais, uma oportunidade para recuperar ou reabrir horizontes para reconstruir sua vida com dignidade.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2015

Ir. Rosita Milesi
Diretora